

TEXTOS E DEBATES

N.º 06
1999/2000



ISBN 1413 - 9987

REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E GEOCIÊNCIAS DA UFRR

ANO 6
VOLUME 6
1999/2000

EDIÇÃO ESPECIAL
1999/2000

TRANSIÇÃO DE UMA ERA

TEXTOS E DEBATES

Publicação semestral do Centro de Ciências Sociais e Geociências da Universidade Federal de Roraima.

Reitor

Prof. Dr. Fernando Antônio Menezes da Silva

Vice- Reitor

Prof. Dr. Reginaldo Arruda Sampaio

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Geociências

Prof. Dr. José Augusto Vieira da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Erwin Frank - Deptº de Antropologia - UFRR

Prof. Dr. José Augusto Vieira - Deptº Geografia - UFRR

Prof. Dr. Luiz Pereira - Deptº de Economia - UFRR

Prof. Drª Maria Luíza Fernandes - Deptº de História - UFRR

Prof. Dr. Nilson Cortez Crócip de Barros - Deptº de Geografia - UFPE - Recife - Pe

Prof. Dr. Reginaldo Arruda Sampaio - Deptº Agronomia - UFRR

EDITORES

Prof. Ms. Paulo Rogério de Freitas Silva

Profª. Ms. Márcia d' Acampora

Prof. Ms. Ricardo Borges Gama Neto

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E GEOCIÊNCIAS
UFRR - CAMPUS DO PARICARANA
JARDIM FLORESTA - BOA VISTA - RR
CEP: 69.305 - 270
FONE/FAX: (95) 623 - 9072

TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima

V. 06, nº 06, (1999/2000)

Boa Vista - RR: UFRR, 1999/2000

Semestral

ISBN 1413-9987

SUMÁRIO

Editorial

Artigos

Elementos estéticos do trabalho científico: sua importância para a prática pedagógica do educador

Prof. **Wanderley Gurgel de Almeida**

Uma religião sem caráter

Prof. **Eduardo Gusmão de Quadros**

Ecotradições da Amazônia

Prof. **Erwin H. Frank**

A influência das línguas Africanas no Português brasileiro

Prof.^a **Alessandra M. Lemos Albert**

Do pioneirismo à história: Prof. Diomedes Pinto Sauto Maior

Prof.^a **Luiza Câmara Beserra Neto**

Prof.^a **Tereza Kátia alves do Nascimento**

Aspectos geológicos e geomorfológicos da Ilha da Maracá, Roraima.

Prof. **José Augusto Vieira da Costa**

Prof. **Vladimir de Souza**

Prof. **Marlene da Costa Pinho**

Venezuela / Brasil: Evolución de sus relaciones diplomáticas durante la guerra fría

Prof. **Alejandro Mendible**

Clio e os filhos do sol

Prof. **Raimundo Nonato Gomes dos Santos**

Progreso Tecnológico y desarrollo económico: una aproximación Marxista para el enfoque humano del desarrollo.

Prof. **Roberto Argelio Frías Jiménez**

Prof. **Alan Lemos**

Alguma coisa está fora da ordem

Prof. **José Francisco Luitgards Moura**

ERRATA

Devido a um problema de revisão, informamos que a Resenha do Prof. Jaci G. Vieira será publicada no próximo número desta revista.

EDITORIAL

A revista "Textos e Debates" aqui apresentada, em sua sexta edição, é fruto da vontade de uma equipe e do apoio de outras tantas pessoas. Ao apresentá-la desejamos agradecer esse apoio dado, principalmente, pela administração superior da Universidade Federal de Roraima.

Neste momento, em que a humanidade inicia um novo século e um novo milênio, o destaque dado nesta edição a este período é importante, já que é uma questão intrínseca nas Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política e Antropologia), na História e na Geografia, áreas de estudo do Centro de Ciências Sociais e Geociências.

Finalmente, gostaríamos de convidá-los a abrir esta revista para que possam, através do conhecimento contido nestas páginas, participar conosco do início desta nova era.

Os Editores

Elementos estéticos do trabalho científico: sua importância para a prática pedagógica do educador

Wanderley Gurgel de Almeida*

Este artigo traz algumas reflexões sobre a validade da prática pedagógica, quando quem a dirige, muitas vezes faz um discurso científico e ergue uma postura pseudo-científica. Então é, ainda, um primeiro olhar direcionado para o sentido e as consequências na aprendizagem a partir do conhecimento teórico e prático do professor com o “fazer científico”, ou seja, com os meios da produção científica.

Por ser um olhar de quem está envolvido tanto por conhecimentos teóricos quanto experiências que buscam alcançar uma práxis, daí ser este pensar ainda modesto, de quem o exercita, olhando para o passado e presente, com o objetivo de facilitar a aquisição de um saber com possibilidades reais de ser inscrito e expresso no ser de quem está no processo ensinar – aprender há 7 anos.

Preparando-se para um olhar

Para que haja uma melhor comunicação dos objetivos deste trabalho, necessita-se um esclarecimento sobre a construção do olhar, ou seja, das “lentes” existentes e empregadas nesta visão endógena e exógena dos reflexos da prática pedagógica não científica.

No curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande no Norte (URRN) no período de 1990 a 1994, participei de vários Encontros de Coordenadores de Projetos, e a princípio, essa participação era feita apenas para estar “inteirado” das atividades que vinham sendo realizadas e aquelas que estavam por fazer.

Simultaneamente à graduação, era bolsista do Programa Especial de Treinamento em Ciências Sociais – PETCIS – evento que reunia atividades de estudo e prática de pesquisas teóricas e de campo, com direcionamento e concentração antropológicos.

Quando em 1997, cursei Especialização em Metodologia do Ensino Superior e da Pesquisa Científica, fui revivendo cenas anteriores, a medida em que percebia o quanto o fazer necessitava do saber a fim de ser.

* Licenciado em Ciências Sociais e Especialista em Metodologia do Ensino Superior e da Pesquisa Científica pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Professor de Didática na Escola Estadual de Formação de Professores de Boa Vista – RR, e Prof. Voluntário de Ecologia Cultural pelo Depto. de Antropologia da UFRR. Texto apresentado durante o Seminário Científico Pedagógico da Amazônia – Universidade de Matanzas “Camillo Cienfuegos” – CUBA Escola Técnica Federal de Roraima (28 e 29 de fev. 2000)

Outro cenário que compõe esta visão, é a experiência de ensino realizada concomitantemente a estes estudos. Como residia no interior do Estado, não era estranho e difícil encontrar algum graduando ou graduado exercendo o magistério. Assim aconteceu comigo. Neste período, estive como professor de Inglês, Língua e Literatura Brasileira, História, História da Educação, Sociologia e Psicologia, bem como pude vivenciar até a função de Supervisor e Diretor Escolar, e Coordenador da Secretaria Municipal de Educação do Município de Caraúbas – RN.

Assim sendo, e com os constantes constrangimentos que sentia ao ver e ter o meu fazer pedagógico analisado, dei-me conta da gravidade dos inválidos procedimentos de estudo, ensino e produção de textos e pesquisas que eram feitos por mim, por meus colegas de cursos, alunos e companheiros professores, causando-me uma sensação não de quem está à margem de um poço, mas de quem está no fundo dele.

Ainda na Especialização, encontrei condicionamentos para realizar pesquisa e Monografia sobre uma questão bastante discutida naquela época, envolvendo a possibilidade de uma resistência ao discurso da Escola Frankfurtiana, de reprodução ideológica. Este trabalho foi feito sobre gincanas escolares, com o propósito de verificar se era possível a instalação de resistência em meio à reprodução, dentro de uma atividade bastante realizada em diferentes escolas.

Quando em março de 1998 cheguei a Boa Vista - RR, já tinha consciência das dificuldades que trazia, mas também coragem e algumas reflexões sobre como enfrentar as múltiplas barreiras presentes no processo ensinar-aprender sobretudo, no fazer pedagógico.

Aqui, a realidade constatada por onde passei, era igualmente manifestada. Junto a graduandos do Curso de Ciências Sociais, Comunicação Social e algumas outras licenciaturas da Universidade federal de Roraima, Escola Técnica federal de Roraima e Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, em que fui professor substituto nas áreas de Antropologia e Educação, testemunhei dificuldades diversas, todas envolvendo esta problemática. Alunos e colegas professores apresentavam muitas dúvidas que iam desde formas elementares de leitura, redação e organização científica, além de “ruídos” quando da apresentação de trabalhos que elaboravam. Ou ainda, um fator mais marcante: problemas no saber-fazer pedagógico, traziam dificuldades na exposição-construção do saber e, daí, na decodificação e aprendizagem. Uma correlação entre o saber, o ser e o saber-fazer científicos.

Com apoio nos elementos mencionados, há fortes vestígios para que se estude as interferências da forma de condução do saber científico na aprendizagem, sobretudo na expressão exterior desse Conhecimento, ou seja, na estética do trabalho científico.

Um olhar ao horizonte

Sendo a construção do saber um processo que além do movimento, tem dinâmicas diversificadas, esta atividade requer competências abstratas e concretas dos atores que nela interagem, porque interpretam múltiplas realidades, em cenários muitas vezes ímpares.

O papel social do educador, hoje, já não se perfila, apenas, pela detenção de saberes teóricos e empíricos. Mas, quer um canal condutor de transformações internas e externas de pensamentos e comportamentos, estando imbuído de poderes gestores e capazes de gerarem auto superação individual e coletiva.

Aonde encontrar instrumentos e habilidades promotores dessa competência? Uma primeira indicação encontra-se a partir da concepção de escola, local primeiro da ação do educador, base bastante considerável para vê-la com a tarefa de “transmissão-criação sistematizada da cultura, entendida como o resultado da intervenção dos homens na realidade, transformando-a e transformando a si mesmos” (RIOS, 1997:45).

Substantivamente, este educador-transformador deve buscar e até fazer a própria aprendizagem, porque é parte integrante dessa ação educativa. E, sendo o ato educativo escolar um fenômeno global que a tudo e a todos recorre e permeia, faz-se social e universalmente, porque tem metas definidas tanto nas políticas de financiamento e gestão, quanto no ensino, currículos e programas, extensivos a processos de ensinar e aprender como um todo.

Nesta razão, é justo lembrar o pensamento de LIBÂNEO ao considerar que o canal-instrumento do educador é a ação educativa ou mesmo a prática educativa:

“Não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade” (1992:17).

Portanto, educar não é exercer uma função pedagógica qualquer ou apenas desenvolver este ou aquele programa de ensino. Para além disto, educar na escola é um processo ao qual o professor não se “apresenta” simplesmente, pois o ensinar-aprender preexiste a ele, considerando-se o processo natural e cultural perpassado através da convivência grupal. Enfaticamente, ele deve buscar e dominar múltiplos saberes teóricos e práticos; pois como alguém pode estimular uma pessoa a desvendar aspectos obscuros da vida, da natureza e do universo, se ele próprio não assim procede? E se procede, que garantias, embora que provisórias, pode dispor ao aprendiz?

Para tanto, o educador precisa despertar para a consciência de que os resultados de

seu trabalho permanecem na vida do educando. O que se aprende na escola, geralmente põe-se como parâmetro maior, seja na linguagem, no comportamento ou mesmo em qualquer escala de valores, individuais e grupais. E a seguir, passa-se a difundir o que foi apreendido daquele que o ensinou na escola.

Assim, qualquer ensino ou ação educativa escolar, nem sempre é útil a uma perspectiva de sociedade mais solidária e menos desigual em todos os aspectos. Se o educador firma seus passos em caminhos que conhece, se é capaz de ensinar a outros educadores e educandos os passos do caminhar, se sabe ser e fazer aprendizados; então, o conhecimento que resulta da interatividade entre ele, o educando e educadores em qualquer cenário em que estejam interpretando, ocorre melhores possibilidades de superação para problemas e construção de pensamentos e atitudes mais solidárias.

Ser novo, postura nova – um desafio pedagógico do educador

Com toda a importância que tem, o saber popular traz suas virtudes e dificuldades. Sua composição e manifestação se dispõem ao educador como subsídio, ponte para a transposição do dogmatismo e condição assistemática no enfoque pedagógico científico.

Sendo a escola um ambiente transformador de diferentes saberes, cumpre a missão de despertar no educando de qualquer nível ou modalidade de ensino, a intuição e o ceticismo, elementos expoentes do conhecimento científico inversamente ao senso comum. Para que sua prática não adquira características do fazer não escolar, ele necessita de uma postura nova por onde pense, haja e se expresse cientificamente; ou seja, movido por orientações racionais onde se dará o conhecer, o compreender, o interpretar, o explicar e o relacionar do saber que constrói, sem os quais, arrisca-se, além da razoável possibilidade de dificultar o processo ensinar-aprender, de ter o seu esforço, metodologia e avaliação rejeitados por serem incoerentes à aceitação universal, porque negligencia a procedimentos de cientificidade.

Um exercício de cientificidade que o educador escolar deve sempre fazer é buscar a compreensão de que as verdades são, no mínimo, provisórias. Isto faz com que o produto do seu trabalho, igualmente o seja. Caso se reserve numa postura tradicional de “dono do saber” e “senhor absoluto da verdade”, suas contribuições não adquirirão profundidade suficiente para ir vencendo os obstáculos que surgem com as novas experimentações e teorias ficando, portanto, inválido o conhecimento escolar por ele desenvolvido.

Mas, como formar uma postura educativa nova? Sem mais poder acomodar-se, o educador deve tomar por base alguns elementos, os quais são aqui sugeridos, recorrendo a alguns relatos de FREITAS (1993):

- Pesquisa Científica: É um instrumento de construção sistemática do conhecimento. Tem como finalidade a busca e a solução para um problema identificado. O que resulta desta investigação deve acrescentar algo ao saber

anterior, o que também precisa ser comunicado e tornado de domínio público.

- Respaldo Teórico: Este fator restringe a amplitude dos fenômenos, definindo sua pertinência e contribuindo para a delimitação do estudo e a definição metodológica utilizada.
- Método científico: Um meio confiável, pelo qual deve ocorrer. É um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos com os quais se legitimam os elementos anteriores.

De fato, se o educador escolar realiza, direta ou indiretamente, um embate epistemológico entre o saber comum e o saber científico, seu perfil sofre influências. Defende-se que não poderá conformar-se com o recebido em livros e outros recursos pedagógicos, mas deve-se testar e produzir informações com criatividade e inovação. Para isto, há de recorrer ao que já fora escrito pois, afinal, tratar-se-á de um acréscimo ao conhecimento, o que não é fácil, porque necessitará quebrar tradições e desenvolver atitudes novas, diferentes das que são tomadas no cotidiano, no senso comum.

O educador escolar pode adquirir e praticar o conhecimento científico em teoria e ação. Satisfará toda necessidade de compreensão, elaboração e execução de projetos e pesquisa e construção de textos didáticos e relatórios. Esta especificidade contempla desde saber escolher o tema, justificar razões teóricas e práticas do trabalho, formular problemas, definir objetivos, hipóteses e termos; e discutir a fundamentação teórico metodológica. O fazer conhecimento científico igualmente reivindica um aprendizado sobre o espaço que irá estudar, ou seja, o campo da pesquisa. Assim, procurará aprender sobre fontes de coletas de dados, amostragem, população alvo e elementos; quando então, acrescentará ao seu aprendizado instrumentos de coleta, montagem de cronograma, orçamento e normatizações técnicas para citações, notas de rodapé e referências bibliográficas; essas últimas, nas versões sempre atualizadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para trabalhos que possam ser publicados no Brasil.

Entre o presente e o futuro

Os desafios que o docente enfrenta são constantes. Alguns protestam por conta do desinteresse dos alunos, falam do mau comportamento e comentam sobre os reflexos sociais e culturais na educação escolar. Todavia, quase não se ouve falar sobre a qualidade da prática pedagógica, algo inadiável em tempos de globalização.

Hoje, os meios de formação profissional para o magistério são inúmeros em todos os níveis e modalidades do ensino. É possível encontrar diferentes formas de flexibilização destes cursos, especialmente em nível Médio, Superior e Pós Graduação, como ocorre no Estado de Roraima, através do Projeto Caimbé I e II, Magistério Parcelado Indígena, Licenciaturas e Especializações; e áreas afins.

Ao exposto, uma pergunta faz-se pertinente: Por que o discurso de que nada se faz

pela qualidade do ensino, permanece inalterado? Será a qualidade na educação escolar apenas um desejo, um símbolo que se quer apenas venerar? É que os resultados já deveriam estar se manifestando. Mas, parece que só virão no amanhã. Muitos docentes desejam somente ascender nos títulos, numa carreira individualista. E esquecem de que seu trabalho, sua profissão é coletiva. Podem até aderir àqueles programas, porém, por melhores que sejam seus formadores, isto não significa melhoria na prática pedagógica e na aprendizagem; uma constatação que pode ser feita pelas múltiplas deficiências que docentes e discentes tem apresentado nos diferentes lugares e contextos aqui expostos.

Como reivindicar uma sociedade nova, se não há inovação no compromisso político daquele que ensina? Nisto, percebe-se uma profunda incoerência, porque em se tratando de competências pedagógicas há sempre lacunas; e, por reflexo, se estendem à aprendizagem e à vida de quem está no processo ensinar-aprender. Na vida do docente, conformando ao reprodutivismo; do discente, a letargia intelectual, cultural, política, social e econômica, o que poderia ser diferente se, além do compromisso político pedagógico, o docente construísse em si uma identidade de educador, implicando numa leitura interior e exterior de si e do mundo, e numa prática coerentemente coletiva, o que passa por uma visão e ação científica. Talvez, com este ser novo e postura nova, uma sociedade nova deixe de ser algo tão longe, mas, uma realidade próxima, como diz Paulo Freire:

A SOCIEDADE NOVA

“ O que é uma sociedade sem exploradores nem explorados? É a sociedade em que nenhum homem, nenhuma mulher, nenhum grupo de pessoas, nenhuma classe explora a força de trabalho dos outros. É a sociedade em que não há privilégios para os que trabalham com a caneta e só brigações para os que trabalham com as mãos, nas roças e nas fábricas. Todos são trabalhadores a serviço do bem”
(1985:77).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, C. L.; KELLEN, Vicente. *Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez, 1985.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar um projeto de pesquisa*. 3 ed, São Paulo: Atlas, 1991.

FREITAS, Iêda Maria Araújo Chaves. *Curso de introdução à metodologia do trabalho Científico*. URRN (mimeog.), Mossoró, RN, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Corte, 1992.

RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e competência*. 6 ed, São Paulo: Cortez, 1997.

WERNEK, Hamilton. *Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo*. Petrópoles, RJ: Vozes, 1992.

“O meu passado não é mais meu
companheiro. Desconfio do meu
passado”.

Mário de Andrade

Até meados da década de 30, o “aniversário do Brasil” era celebrado dia três de maio, rememorando a data da primeira missa realizada no país. As escolas reuniam seus alunos, hasteavam a bandeira, entoavam o Hino Nacional. O evento que simbolizava o nascimento da nação brasileira era, portanto, um marco religioso, e não a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral. Era através deste marco que o Estado buscava fomentar o espírito cívico do povo brasileiro (Bittencourt,1991).

A utilização de um evento religioso para simbolizar o nascimento da nação já ocorria em Portugal. Na ex-metrópole, considerava-se a Batalha de Ourique, em 1139, a origem do país. Em meio a esta batalha, Cristo teria aparecido ao rei D.Afonso Henrique para assegurar-lhe a vitória perante os “infiéis” mulçumanos. Seu reino seria fundado sobre a “rocha firme” do Cristianismo, sendo assim, o império português possuiria a missão de anunciar o nome santo de Cristo “às nações mais estranhas” (apud.Azzi,1987;17).

A versão do “achamento do Brasil” pelo acaso não quer dizer outra coisa. Presente nas primeiras obras históricas sobre o Brasil (Gândavo, Salvador), atribuir a chegada de Cabral às “calmarias”, significava que Deus havia guiado os portugueses para aquelas paragens longíquas. Esta “teoria” servia de justificação para a posse portuguesa da nova terra diante das pretensões dos outros países. Ainda nas décadas de 20 e 30 deste século, tal versão era transmitida na maioria das obras históricas, sendo defendida na monumental “*História da colonização portuguesa no Brasil* (Dias;1921-1924).

Esta concepção providencialista do processo histórico, defendida inclusive pelos “positivistas” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Wehlig,1999), começou a ser posta em questão no início do presente século. Neste período, alguns intelectuais estavam buscando novas explicações para a situação brasileira, o que resultou em novas visões do passado. Estes autores, almejavam identificar a herança deixada pela colonização portuguesa – seja ela cultural, racial ou política – na tentativa de romper com tais “cadeias”, expressando também nas suas obras um projeto de novo país.

O desejo por mudanças estruturais relacionava-se com o novo campo de forças que emergia. A urbanização, a industrialização, os movimentos operários e dos militares de

* Professor Substituto do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

baixa patente imprimiam novas cores à paisagem social brasileira. Em nível cultural, uma manifestação símbolo deste processo é a Semana de Arte Moderna (1922). Em torno dela reuniram-se artistas e intelectuais pregando a modernização do Brasil. Mas era necessário haver uma modernização a partir de quem somos; da brasilidade. A identidade brasileira surgiu como núcleo do novo arranjo de problemas colocados pela intelectualidade nas décadas de 20 e 30.

Neste cadinho constituíram-se os “redescobridores do Brasil” (Reis,1999/Mota,1977). São autores que, investigando o passado do país, ofereceram “retratos do Brasil” de grande impacto. Tornaram-se “clássicos”. Sendo a religiosidade um dos traços característicos do povo brasileiro, principal objeto destes estudos, analisaremos como quatro escritores do período – Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio prado Júnior – concebem o fenômeno religioso em suas obras.

Pecados do Brasil

A obra de Paulo Prado, *Retrato do Brasil* (1928), causou grande impacto em sua época. As idéias ali expostas muito influenciaram os estudos que se seguiram pela década de 30. O autor era uma espécie de mecenas do modernismo, tendo sido um dos patrocinadores da “Semana”. *Macunaima*, de Mário de Andrade, foi dedicado a ele. Devido a sua paixão pelas artes, possuía grande erudição literária. A aproximação dos estudos históricos deu-se sob a orientação de Capistrano de Abreu.

Em seu texto, Paulo Prado tentou pintar um retrato da alma do brasileiro. Esta seria marcada pela tristeza. No Brasil, escreve ele, “o véu da tristeza se estende por todo o país, em todas as latitudes, apesar do esplendor da natureza, desde o caboclo tão mestiçado de índio da bacia amazônica, até a impassibilidade soturna e amuada do paulista e do mineiro” (1997;143). Os brancos eram aventureiros, desterrados, queriam apenas enriquecer e abandonar o país; os índios foram escravizados, perseguidos e destruídos pela cobiça dos brancos; os negros, além de cativos, corromperam com seus costumes “dissolutos” toda a sociedade (id.;148s).

Mas, e os mestiços? Eles são importantes, pois desde a chegada dos brancos foram ininterruptamente produzidos pelo “erotismo exagerado” dos colonizadores. A mestiçagem, de início, pode promover indivíduos com grande vigor (id.;192). Entretanto, com o suceder das gerações tornam-se físicos, fracos, “indefesos contra a doença e os vícios” (id.;193). O pior, conforme o autor, é que os males “não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas acompanhadas de uma profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos...” (id.;139).

A tristeza do brasileiro seria fruto de dois pecados. Pecados capitais, na teologia católica. Paulo Prado descreve a formação da sociedade brasileira a partir da “luxúria” (primeiro capítulo) e da “cobiça” (segundo capítulo). Apesar de existirem poucos trechos específicos sobre religiosidade na obra, a religião lhe estrutura. Obviamente, o autor não

afirma ser a mão vingativa de Deus a causa do drama brasileiro. Vivia-se as consequências das ações humanas na história e dos valores que as nortearam. A história brasileira teria sido marcada por valores execrados no cristianismo. A grandiloquência das palavras santas e desejos pios tornava-se completamente desvirtuada da realidade permissiva, promiscua, escandalosa.

O terceiro capítulo (“A tristeza”) inicia com a chegada do Mayflower a Massachusetts. Lá a “rigidez da lei puritana” guiou a ação dos colonizadores. Um país rico, marcado pelo esforço e pela liberdade, foi o resultado. Nos Estados Unidos da América, “a religião, estabelecida em condições favoráveis de higiene moral, preparou a atmosfera saudável em que pôde prosperar a nação” (1997;133). No Brasil, os princípios cristãos pouco atuaram sobre nosso caráter. Faltou-nos “o elemento religioso, a resistência puritana da Nova Inglaterra, a hierarquia social dos velhos pioneiros americanos, o instinto de colaboração coletiva” (id;196).

A consciência da pecaminosidade, forte no meio protestante, não havia disciplinado as nossas relações sociais. A “obsessão diabólica” (id;106) por prazer e riquezas impediu o progresso da nação. Para Paulo Prado, o Brasil não progrediu, ele apenas cresceu como “uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado” (id;199).

O cimento da nação

Em Gilberto Freyre a religião torna-se onipresente. Abordando a vida cotidiana das famílias brasileiras na época colonial, as manifestações do sagrado encontram-se nos espaços mais recônditos da “*Casa-grande & Senzala*” (publicada em 1933). Isto ocorre porque o catolicismo é, conforme este autor, uma “liturgia social” no país (1992;22).

Na obra do “mestre de Apipucos”, o cristianismo português aparece como festeiro, alegre, sincretizado com o islamismo e com outras religiões. Se fosse “ascético, ortodoxo, enterrando a liberdade dos sentidos” – como o protestantismo americano em Paulo Prado – “teria impedido Portugal de abarcar o mundo com as pernas” (id;249-50). A partir deste molde de fé católica a vida social brasileira foi sendo constituída. Freyre fornece diversos exemplos deste processo:

- Era comum um religioso ir a bordo dos navios que aportavam ao Brasil, verificar “a consciência, a fé, a religião do adventício. O que barrava então o imigrante era a heterodoxia; a mancha de herege na alma...” (id;29). O perigo maior na colônia portuguesa não era o estrangeiro, mas o herege.

- “A unificação moral e política realizou-se em grande parte pela solidariedade dos diferentes grupos contra a heresia, ora encarnada pelo francês, ora pelo inglês ou holandês, às vezes simplesmente pelo bugre” (id.;192).

- Foi através “do formidável imperialismo religioso do missionário jesuíta” que os

índios aproximaram-se uns dos outros e do colonizador europeu (id;149).

- “No Brasil, país de formação social profundamente católica, sempre se fez mais questão do que nas Antilhas e no sul dos Estados Unidos da condição religiosa do escravo” (id;352). O próprio negro buscava imediatamente o batismo, pois “pagão” ele seria excluído do convívio e considerado inferior (id;353).

Pode-se concluir com a categórica afirmação de que “o catolicismo foi realmente o cimento social da nossa unidade” (id;30). Paradoxalmente, esta sólida base do edifício social mantém-se na superficialidade. A história brasileira é caracterizada pela vitória do privado sobre o público; o senhor-de-engenho subjugou o clero (id;LVII). A fé e a doutrina amoldaram-se aos interesses dos diversos grupos. Por isso, inúmeras práticas religiosas descritas em Casa-grande & senzala parecem estar sempre encobrendo algo.

Um trecho famoso da obra trata da erotização das devoções religiosas (1992;246s). Os interesses da procriação teriam abafado tanto a moral quanto a ortodoxia católica. As mulheres estéreis chegavam a esfregarem-se nuas nas pernas de S.Gonçalo, enquanto os outros fiéis continuavam a rezar, de olhos abaixados, é claro (id;248). Logo após este parágrafo, o autor lembra a relação entre cultos de fecundidade e cultos agrários. Os ritos religiosos servem, então, para fazer chover, obter boas colheitas, afastar as pragas, etc. (id;248s). Os exemplos poderiam multiplicar-se.

O próprio clero amoleceu sua conduta sob os calores tropicais. Ao invés de serem exemplares para tantos fiéis amasiados, a sociedade colonial presenciou “o livre arregaçar de batinas para o desempenho de funções quase patriarcais, quando não para os excessos de libertinagem com negros e mulatos” (id;443). Afirma Freyre que foram “raros, entre nós, os eclesiásticos que se conservaram estéreis; grande número contribuiu liberalmente para o aumento da população” (id;445).

Votos religiosos não cumpridos, doutrinas adaptadas, ética desvirtuada; em Casa-grande & Senzala o catolicismo desfigura-se. Ao ocupar tantos lugares e funções, a fé cristã perdeu seu conteúdo. Parece mais ser um conjunto de símbolos compartilhados que um sistema religioso. A igreja tinha por missão converter e terminou convertida ao “caráter” de cada cultura: índia, branca negra ou mestiça. A religião cristã dissolveu-se neste caldo cultural que caracteriza, conforme o autor, o povo brasileiro.

Raízes da evolução

Os primeiros livros de Caio Prado Júnior (1933) e de Sérgio Buarque de Holanda (1936) apontam para as novas forças que surgiam no campo social das décadas de 20 e 30. A oligarquia cafeeicultora não recuperou-se do abalo sofrido com o “crack” de 1929. A revolução de 30 havia ocorrido, todavia o Brasil continuava com os mesmos moldes culturais e políticos da época imperial. O início da “Era Vargas” não favorecera uma maior participação popular. Pelo contrário, os movimentos sociais que o apoiaram foram reprimidos e perseguidos. É com esta visão que ambos constróem sua crítica à formação

social brasileira. A propalada democracia, afinal, não passava de um “lamentável mal-entendido” em nossa história, conforme afirmou Buarque de Holanda (1963;153). Desta forma, em seus estudos, eles procuraram explicar (Prado Júnior) e compreender (Holanda) como isto havia ocorrido, visando contribuir para reverter tal processo excludente.

As referências religiosas são quase ausentes no texto de Caio Prado. A obra aborda a “*Evolução política do Brasil*”, constituindo sua inovação a “interpretação materialista” da história brasileira (1991;7). Não creditamos, contudo, ao objeto de estudo ou a seu enfoque teórico este fato. O catolicismo era uma religião estatal até a instauração da república, época em que a obra termina. Seria plausível analisar as relações entre igreja e estado. Quanto ao fundamento teórico, encontramos nos textos de Marx e dos marxistas uma rica análise político-social dos fenômenos religiosos (Assman e Mate;1979). Tal análise não aparece no texto em questão. Ao tratar do conflito entre jesuítas e colonos, por exemplo, o autor diz ser apenas um conflito para monopolizar o braço indígena, pois a Companhia de Jesus “almejava a constituição na América de seu império temporal” (1991;25). Este tipo de análise é facilmente encontrada na historiografia anterior (v.g. Abreu,1982).

No texto de Sérgio Buarque de Holanda, a religiosidade possui maior presença, mas é tratada somente em alguns parágrafos. Baseado em Max Weber, Holanda analisa as *Raízes do Brasil* construindo tipologias. A religião é utilizada para exemplificar tais tipos, não sendo uma motivação importante na configuração das práticas sociais, conforme os estudos weberianos (Weber,1997). A Companhia de Jesus é colocada como um exemplo do autoritarismo que marca o “espírito ibérico” (1963;11). A igreja portuguesa e colonial seria indisciplinada, desorganizada, constituída por religiosos negligentes e gananciosos, da mesma forma que os colonos portugueses ou, então, as cidades coloniais implantadas pelos “semeadores” (id.;116-17). O caráter “cordial” do brasileiro poderia ser percebido, dentre outros exemplos, pela intimidade com os santos e nas expressões religiosas predominantemente sentimentais, onde “o próprio Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo” (id.;141).

O compromisso com a transformação parece ter atenuado nestes autores a análise sobre a influência da religião. A religiosidade significava retrocesso, alienação, passividade. Gilberto Freyre foi considerado pelos “paulistas” como o defensor de um mundo que estava deixando de existir (Reis,1999;59). O mundo religioso faria parte deste processo. Além da esfera religiosa aparecer impotente para forjar uma ética, para influenciar o “caráter do brasileiro” (como dizia-se no período), ela foi perdendo a importância nas obras dos “explicadores do Brasil” (Mota,1977).

A imagem da religião exposta nestas quatro obras “clássicas” é a de um catolicismo fraco. (Digo catolicismo, pois a religiosidade afro-brasileira e ameríndia pouco foram estudadas, fazendo exceção à Gilberto Freyre que, mesmo abordando-as, privilegia a “contribuição do português”). A igreja seria sempre derrotada no processo colonizador, adaptando-se ao mesmo. A própria intelectualidade ligada à igreja falava de uma religião “superficial”, “exterior”, “farisaica”, “fruto da ignorância popular”. O bispo

D. Antonio Mazzaroto, em 1931, declarava que a religião popular “apenas se reduz a exterioridades e aparências, que só alimenta os sentidos sem penetrar a alma (apud. Azzi, 1994:96). Nos dois grupos, como se vê, apesar dos esforços por uma ruptura, a representação sobre a religião não é tão distinta. O povo brasileiro, na ótica da elite, teria uma religião sem caráter, uma religião Macunaíma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. Brasília: UNB, 1982.
- ASSMAN, H. e Mate, R. (org.) *Sobre la religión*. Salamanca: Sígueme, 1979.
- AZZI, Riolando. *A cristandade colonial: mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AZZI, Riolando. *Neocristandade: um projeto conservador*. São Paulo: Paulus, 1994.
- BITTENCOURT, Circe M. F. *As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas*. In: Pinsky, Jaime (org). *O ensino da história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1991.
- DIAS, Carlos M. *História da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: litografia nacional, 1921-24.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Brasília: UNB, 1963
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- REIS, José C. *As identidades do Brasil*. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1999.
- WEBER, Max. *Sociologia de la religión*. Madrid: Istmo, 1997.
- WEHLIG, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Introdução:

Desde os trabalhos pioneiros de Betty Meggers (1957.1970) e Julian H. Steward (Coord., 1946-50, especialmente: Vol.III., 1945, P.883-900), a “ecologia cultural” tem inspirado parte considerável da discussão antropológica (nacional e sobretudo internacional) sobre a Amazônia. E, mesmo que é verdade que ela saiu algo de moda na década passada¹, isso não se deve a qualquer “falsificação” das suas premissas fundamentais (ontológicas, epistemológicas e metodológicas) senão (sobretudo!) ao fato de que, nos mais de 25 anos que dominava o campo, nunca conseguiu apresentar um modelo único, igualmente aceito por todos, da “causa última” e/ou do “mecanismo” detrás da sua tese básica de uma relação direta (“causal”, “sistemática”, “funcional” ou também “dialética”) entre a especificidade de um meio ambiente particular e a cultura daqueles que o ocupam². Em vez disso, se caracterizava (e se caracteriza até hoje) pela persistência, lado a lado, de vários modelos, as vezes logicamente incomensuráveis, todos tentando dar conta daquela mesma relação³.

A extraordinária amplitude de pontos de vista epistemológicos dos quais já foi analisada a relação entre o homem e o seu meio-ambiente na Amazônia dificulta inclusive qualquer intenção de resumir os resultados alcançados. Dai que a maioria daqueles que já tentaram tal resumo, afinal se contentaram com a enumeração de uma série de “debates” que surgiram em certos momentos históricos ao redor de hipóteses específicas, como aquela sobre a suposta “infertilidade” dos solos amazônicos que marcou os anos 60 (vide entre outros: Meggers 1957, Carneiro 1961, Oberg 1955 e Roosevelt 1980), ou aquela da década 70, sobre a “escassez de proteínas” na dieta de caçadores indígenas (Carneiro

* Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da UFRR.

¹ Que viu a volta de todas as ciências sociais sobre paradigmas mais interpretativas, textuais.

² Não faltaram, por certo, nunca intentos de encontrar uma fórmula teórica capaz de satisfazer a todos. Por exemplo: o altamente inspirador “Ensaio sobre a evolução da cultura” (subtítulo!) de Pulliam e Dunford (1980), o livro sobre “Estratégias para a sobrevivência” de Jochim (1981), ou também as teses de Boyd / Richerson (1985) e Ellen (1982). Na realidade, se alguns observadores já descobrem uma volta da “ecologia cultural” no palco da discussão antropológica internacional (Descola e Pálsson 1996), os trabalhos aos quais se referem questionam diretamente a oposição “cartesiana” entre a “natureza” e a “cultura”, que sempre ficou inquestionada, mesmo nos intentos de “síntese” acima indicados. Para uma boa história da ecologia cultural, escrita ainda no seu auge, vide: Orlove (1980).

³ Vide: o “neo-evolucionismo” de Steward (1949, 1955 e Steward, Ed. 1946-1950), White (1959) e Carneiro (1961, 1970), o “possibilismo” de Meggers e Evans (Meggers 1970, Meggers e Evans 1957), o “materialismo cultural” de Harris (1980, 1985; Ross Ed. 1980, e Harris e Ross, 1987), os inúmeros trabalhos inspirados pela “teoria das sistemas” (Moran 1974, 1990, e muitas contribuições em: Gross, Ed., 1973 e Hames e Vickers, Eds., 1983), até a “sociobiologia” de Chagnon e Irons (1979) ou a “etologia humana” de Fox (1976).

1970, Gross 1975, Lathrap 1968, Harris 1977, Chagnon Hames 1979; vide também o meu próprio resumo deste debate em Frank 1986).

Neste trabalho tentarei resumir alguns resultados, ao meu parecer ainda válidos da ecologia cultural na Amazônia, centrado no conceito de "eco-tradições", conceito novo que – ao mesmo momento de tentar pensar a relação entre o homem e o meio ambiente na Amazônia deste angulo mais dinâmico, dialético, mesmos mecanicista - enfatiza o fato que, ao longo da sua ocupação por seres humanos, já existiam e, em parte pelo menos, persistem ainda, lado a lado (frequentemente, no “mesmo” ambiente geral) **vários** sistemas estruturalmente bem distintos de interação homem / ambiente na Amazônia que obedeceram/obedecem pressões ou determinações diversas, aos quais “reagiram / reagem” de maneira específica e particular, produzindo “respostas culturais” variadas e até, as vezes, opostas.

Esboçarei quatro de tais “eco-tradições” associadas com (e/ou dominantes em) fases distintas da penetração e ocupação indígena e não indígena da Amazônia; pois, duas delas são de origem pré-colombinas (da qual sobrevive ainda tão somente uma!) e as outras duas surgiram na área em consequência da chegada do “homem branco”.

Os nomes destas tradições são plenamente provisórias. São eles: (1) a *tradição dos grupos locais acéfalos*; (2) a *tradição dos cacicados da várzea*; (3) a *tradição dos “individualistas marginalizados”*, e finalmente (4) a *tradição “ocidental” globalizadora*.

Representantes típicos da primeira tradição (desde a pré-história até hoje) são as sociedades indígenas da “terra firme” na Amazônia (Descola 1994). Mas, as (raras e atualmente já extintas) sociedades (realmente) **tribais**, formadas nos séculos XVIII e XIX por escravos negros escapados de seus “donos” de descendência europeia (Price, Comp. 1981) também participaram dela.

Por completo “ameríndia” é a segunda tradição, elaborada e vivida pelas hoje desaparecidas sociedades indígenas (cacigascos) que – no momento da chegada do homem “branco” à área - ocuparam os margens e ilhas do rio Amazonas e dos seus afluentes ocidentais principais.

A terceira tradição é a estratégia de vida de milhares de índios “des-tribalizados” na Amazônia atual, assim como de milhares de não indígenas igualmente marginalizados, ambos popularmente identificados como “caboclos” ou “colonos”. Trata-se de uma estratégia de vida na Amazônia que se formou nos séculos XVII a XVIII (aliás: principalmente nas áreas “esvaziadas” pelo brutal colapso demográfico das populações indígenas) e que experimentou o seu auge no início do século XX para, nas últimas décadas, ceder rapidamente diante da quarta tradição.

Esta última tradição é a estratégia de sobrevivência da grande maioria dos habitantes não-indígenas atuais da Amazônia, todos por completo dependente da participação direta e contínua em mercados atualmente já globais de dinheiro, produtos, serviços e de força de trabalho. Trata-se de uma “ecotradição” que tem pouca

particularidade "amazônica", e da qual temos pouco que falar.

A especificidade dela é que substitui o processo eco-cultural básico de "adaptação" (Bennett 1976, Athens 1988) pela implementação técnica das mesmas condições de vida, nitidamente "artificiais", satisfazendo "standarts" de uma vida "cômoda", "satisfatória" e até "feliz", originários dos centros do sistema "global" atual: a Europa e os Estados Unidos.

Poderíamos ainda identificar uma quinta tradição, algo intermediário entre a primeira e a segunda. Essa tradição híbrida, que integraria todos, ou quase todos, os grupos locais acéfalos de regiões específicas, as vezes bem extensas, em "sistemas de interdependência regional" (Arvelo-Jiménez e Biord 1997, Biord-Castillo 1985), seja por assinar a eles posições diferenciadas dentro de hierarquias morais supra-tribais⁴, ou seja por envolvê-los em redes regionais de intercâmbio (que, com frequência, se baseiam em "necessidades locais" plenamente "artificiais"), por via de regras de exogamia local - com ou sem descendência unilinear⁵.

Mas, neste trabalho, não contaremos essa tradição híbrida (mesmo que seja de ampla distribuição na Amazônia indígena) como tradição própria, distinta daquelas acima indicadas (sobretudo da tradição número um), principalmente porque acreditamos que as "sociedades regionais" por ela criadas, mesmo que objetivamente "reais", **não existem**, nem jamais existiram como tais, no olhar das suas próprias integrantes que - junto com os membros da ecotradução um - *seguem se identificando localmente*⁶.

Com exceção da última, cada uma destas quatro ecotraduções tem a sua própria de variabilidade interna.

Dentro da estratégia das "comunidades acéfalas", por exemplo, podemos diferenciar entre caçadores e coletores, por um lado, e agricultores (do tipo "corte e queima") por outro lado. Não cabe dúvida que, sob as condições ecossistêmicas da Amazônia, até num **mesmo** ambiente geral, agricultores estarão capazes de alcançar densidades demográficas muito mais altas, unidades locais mais numerosas e estáveis, etc. que qualquer sociedade de caçadores e coletores, o que deveria lhes permitir desenvolver expressões culturais (sobretudo "materiais") mais diversificadas.

Num segundo momento, poderíamos ainda diferenciar os agricultores "de mandioca" na Amazônia dos agricultores de macaxeira, bananas, milho e algum outro cultivo, como fonte principal de calorías. Poderíamos também diferenciar entre aqueles com carne (caça) e os com peixe como fonte protéica principal. Tais diferenciações se

⁴ Vide o caso das sociedades do alto Rio Negro e Uaupês; Chermela 1983, Hugh-Jones 1979.

⁵ Vide o caso dos Mundurucú: Murphy 1978. A grande rede regional de intercâmbio formado pelos dois grupos circum-roraimenses dialetais de Kapon (Akawaio e Patamona) e Pemon (Makushi e Pemon) se encontra exemplarmente analisada em: Butt Colson (1973 e 85) ou também: Thomas 1972.

⁶ Nada ilustra melhor a enorme confusão a que estes fatos dão origem, as vezes, que justamente o caso do já mencionada rede regional de intercâmbio que Butt Colson denominou "curcum-roraimense". Vide: Frank, MS.

justificam pelo fato de que a adoção de uma ou outra fonte principal de calorias ou proteínas, sob as condições ambientais da Amazônia, desperta - como consequência - "necessidades" e "oportunidades" de desenvolvimento cultural bem diversas.

Mas, neste trabalho, não nos ocuparemos dessas diferenciações internas. Ao contrário, o que nos importa é aquilo que **reúne** as diversas sociedades pertencentes a mesma ecotradição num único "tipo" de vida socio-cultural.

As Sociedades Acéfalas:

Começaremos, pois, com a tradição numero um, a dos grupos locais acéfalos de ameríndios, não só porque ela constitui provavelmente a mais antiga de todas na Amazônia, mas sobretudo, porque é aquela a qual ainda pertence a grande maioria dos grupos autóctones atuais da área. Em consequência deste fato, é ao mesmo tempo a tradição etnologicamente mais estudada e documentada.

O ambiente particular desta eco-tradição é o "hinterland" amazônico. Isso implica que os territórios dos povos que a ela pertencem, carecem de extensões significativas de terras aluviais, ou que as terras aluviais dos quais dispõem, são regados por rios de água "preta" ou "clara" (Sioli 1991:31-36⁷). Ora, é um dos postulados mais amplamente aceitos da ecologia cultural que - por causa disso - os integrantes desta ecotradição têm um estreito limite de densidade demográfica e grupos locais minúsculos (em geral, menos que 150 integrantes). Mesmo assim, para não causarem degradação irreversível do seu meio ambiente, acredita-se que estão obrigados a manter um padrão de vida seminômade, gerando pressões específicas que - supostamente - modelam as suas práticas sociais e políticas e até as suas normas e valores⁸.

Os representantes melhor conhecidos desta tradição são, sem dúvida, os Yanoama (Chagnon 1968 e 1974; Smole 1976; Ramos e Taylor 1979). Embora, pertencem a ela também, por exemplo, os também intensamente estudados "Jívaro" (Aguaruna / Shuar / Ashuar) da área fronteriza entre o Peru e o Equador (Harner 1972, Descola 1986 e Ross 1976) e muitos outros. As **diferenças culturais concretas** entre os diversos representantes desta tradição na Amazônia são, sem dúvida, enormes. O que nos permite, então, os reunir numa única "tradição"?

Como o próprio nome já indica, é - sobretudo - o seu modo de organização político-social: todas estas sociedades são caracterizadas pela ausência total de "órgãos reais e efetivos de poder" (Clastre 1987:27). Isso não significa que inexistam controles

A importância eco-cultural do acesso (ou da falta de acesso) a extensões significativas de terras aluviais depositadas por rios de água branca (ou: de origem andina) é etnohistoricamente inquestionável (Frank 1987, Porro 1993 e 1995). Daí que não cabem os recentes intentos (Roosevelt 1991, 1997) de pôr em dúvida essa distinção como fator explicativo central da distinção entre as ecotradições 1 (mais 3) e 2 na área.

⁸ Como, por exemplo, as relações entre os gêneros (Siskind 1973), ou também as estratégias de caça (Hames e Vickers, Eds., 1983) e guerra (Ferguson 1995).

sociais nestas sociedades, tão somente, que tais controles são sempre indiretos (implicando “autoridade” e não “poder”, nos famosos termos de Clastre). Em concreto: não tem ninguém neste tipo de sociedades que, por função ou cargo fosse autorizado a ‘dar ordens’, ou até socialmente obrigado a tomar decisões para os demais.

Mas, se a ecologia cultural realmente produziu **algum** resultado de valor, então esse, de que tal particularidade político-social dos assim chamados grupos indígenas de terra firme é meramente outra consequência do modo de interação particular que eles mantêm com o seu meio ambiente, igualmente (e no mesmo sentido) regulamentado por forças externas (ambientais) e internas (parentesco, visão do mundo, etc.). Sendo obrigados a viver em grupos locais pequenos e altamente móveis os integrantes individuais dos quais são **todos** equipados com a mesma tecnologia (que, com frequência, serve tanto na produção como na guerra), as lideranças se vêm incapazes de monopolizar a força / poder nas próprias mãos (ou nas mãos de um pequeno círculo de aliados deles), incapacidade que reforça aquela moralidade “socio-política” peculiar que constitui a temática central do livro de Clastre.

Ora, a forma mais comum de interação entre membros desta ecotradução e os diversos ambientes que ocupam é a agricultura do tipo corte e queima “complementada” pela caça, colheita e pesca. Os parâmetros determinantes deste modo de produção são:

1) Perda rápida da fertilidade dos solos utilizados pela lavoura (já que não se usa nenhum tipo de adubamento), o que restringe o uso da mesma área (roça) a uns poucos anos (2 a 5), interligada com uma valorização da realidade vivida por estes grupos que associa valor pessoal (de homens e mulheres) com a superprodução alimentar;

2) Uma produção agrícola não sazonal, com poucos (e, em geral, extremamente curtos!) períodos de concentrada inversão de tempo e energia (principalmente o corte da mata), embora, justamente por isso, altamente “produtiva”, tanto em termos de tempo/energia investida versus “energia captada”, como também em termos de energia captada por hectares trabalhados (interligada com uma visão social de conformação individual que associa maturidade e autonomia pessoal com a capacidade de auto-sustentação);

3) Riscos produtivos mínimos (o principal parece a devastação dos cultivos por animais silvestres ou, atualmente também, domésticos), não obstante de uma tecnologia pouco sofisticada (ao mesmo tempo produtiva e da guerra) a alcance de qualquer um. [Ou seja: trata-se de um tipo de agricultura que dispensa “especialistas” (ao mesmo momento de enquadrar a enculturação principalmente como processo de aprendizagem de um saber comunal e não de uma individualização).];

4) Roças familiares ou comunais de tamanhos comparativamente pequenas (especificamente em comparação com os espaços extensos, imprescindíveis nas atividades produtivas “complementarias” como a caça); e finalmente:

5) Falta de balance irremediável entre os aspetos quantitativos e qualitativos da produção agrária (os custo baixos – em termos energéticos e de tempo - da produção de

alimentos altamente calóricos, embora deficientes em proteínas, versus os custos extremamente altos da produção de alimentos de alto teor de proteínas⁹⁾ contrabalaneada, por um lado, por valores culinários, enfatizando comestíveis com alto teor protéico sobre outros, e por outro lado, pela ênfase cultural em igualdade irrestrita¹⁰⁾.

A consequência principal deste tipo concreto de interação homem / ambiente é a eliminação, quase que por completo, de dependências econômicas existenciais entre as unidades produtivas básicas (em geral: famílias nucleares) em nível local e supra-local como fonte principal de coesão social.

Em realidade, o que tem de coesão social neste tipo de sociedade em nível local e supra-local parece que emana, quase que exclusivamente, de necessidades sociais¹¹⁾ e/ou rituais e **não** (como em todas as demais ecotradições) da impossibilidade (até da inimaginabilidade!) de sobreviver (como indivíduo ou família nuclear), mesmo que tão somente por alguns dias, fora de uma ampla gama de conexões supra-familiares (e até supra-locais) indispensáveis. Em realidade, nas sociedades aqui em questão, nem o isolamento total de uma só família nuclear (e, no extremo, até de um só indivíduo!) durante meses e anos inteiros ameaça necessariamente a sua sobrevivência física!

Ora, segundo a ecologia cultural, é justamente esse o ponto chave para entender a absolutamente única dinâmica dos sistemas sociais regionais, compostos por grupos locais desse tipo: a centralidade do parentesco, o intercâmbio "ritual" de mulheres e bens, festas e rituais comunais, mas sobretudo a perene fragmentação dos grupos locais em frações opostas, assim como o equilíbrio precário que, não obstante de tudo isso, se re-estabelece constantemente entre os membros individuais dos grupos locais e/ou os diferentes grupos locais de alguma região, são tantas expressões da auto-suficiência econômica das unidades bases neste tipo de sociedade e das **chances excepcionais** que esta auto-suficiência dá a cada um, de enfrentar qualquer tentativa de dominação, exploração e mando por parte de terceiros.

Os Cacicados:

A segunda ecotradição, aquela dos "cacicados" ou "hierarquias político-sociais regionais" na Amazônia autóctona que os Cocama, Omagua, Yurimagua, Tapajo, etc.

⁹⁾ Os produtos principais da agricultura indígena na Amazônia (mandioca, macaxeira, banana, etc.) são altamente calóricos, embora, deficientes em proteínas, certas vitaminas e minerais. Uma dieta baseada num destes cultivos (que em quase todas as sociedades até agora estudadas quantitativamente, são fonte de entre 85% a 95% de todas as calorias ingeridas!) tão só não provoca sintomas de deficiência alimentícia, se complementado por alimentos ricos em proteínas e minerais. Daí a enorme importância da caça e pesca nas sociedades indígenas deste tipo.

¹⁰⁾ Segundo a ecologia cultural, é sobretudo esta última característica deste modo de produção que bloqueia todas as iniciativas de intensificar a produção, - por exemplo, para sustentar populações mais densas, ou para alimentar elites não produtivas. - Relativo a cada uma das características indicadas acima existe riquíssima literatura etnológica. Para incipientes, recomendamos consultar a rica bibliografia no final de Hames e Vickers (Eds.) 1983, Moran 1990 e Descola 1996.

¹¹⁾ Daí que a análise dos sistemas de parentesco e certos arranjos matrimoniais constitui nesta eco-tradição ao mesmo momento a análise da estrutura política. Vide: os artigos em Kensinger (Ed.) 1984 ou: também Viveiros de Castro (Ed.) 1995.

montaram ao longo do rio principal e os seus principais afluentes de água branca, desapareceu - já pouco depois dos seus primeiros contatos com representantes de nossa quarta ecotradução no século XVI - tão completamente da Amazônia que a (etno-)historiografia desta região os re-descobriu somente uns 40 anos atrás¹². Por causa disso, qualquer reconstrução dela tem ainda um carácter ainda provisório. Mas, mesmo que careçamos de muitos detalhes, já não cabe dúvida que essa foi uma ecotradução profundamente distinta da acima esboçada.

Os cacicados amazônicos ocuparam territórios extensos, bem definidos, separados entre si por faixas amplas desabitadas. No seu interior, eles foram marcados por centros populacionais que os seus "descobridores" europeus não hesitaram em chamar cidades, com altíssimos números de habitantes (freqüentemente, mais que dez mil pessoas) organizadas em hierarquias sociais rígida, incluindo um estrato de "escravos". No âmbito político reinava uma estrita centralização do mando e da administração de justiça e do culto, assim como sistemas eficientes de (re-) distribuição de bens, serviços e obrigações. Até tinha uma profissionalização inicial nos setores de artesanato, do culto e da administração. Na atualidade, o desenvolvimento autônomo e a persistência de tais cacicados na Amazônia pré-colombina durante quase 1000 anos já não podem ser mais duvidados (Vide: Evans e Meggers 1968, Hilbert 1968, Lathrap 1968 e 1970, Meggers e Evans 1957, Sweet 1974, e Raymund et al 1975).

É bem verdade que, relativo às características gerais da sua vida cotidiana, sobretudo, à articulação concreta da sua economia e as estruturas centrais da visão de mundo dos seus integrantes, ainda seguimos com muitas dúvidas. Embora, acredita-se que - igual as sociedades da ecotradução I - eles produziam os seus alimentos em base a uma agricultura de corte e queima, tecnicamente idêntica com aquela dos grupos acéfalos do "hinterland" amazônico, não obstante de certa evidência que, pelo menos em algumas partes, as roças anuais foram complementadas (e, talvez, até substituídas?) por áreas de uma produção mais intensiva, acima de chamados "campos elevados"¹³.

Como explicar então que o seu modo de produção não estancou o seu desenvolvimento demográfico geral no mesmo nível baixíssimo das sociedades do "hinterland"?

Segundo a ecologia cultural, tinha duas diferenças decisivas entre a lavoura praticada nestes cacicados e aquela ainda hoje praticada nas sociedades acéfalas do interior. Primeiro, contrário aquela, a agricultura destes últimos contou com solos de altíssima fertilidade, anualmente renovada pela sedimentação em consequência dos crescentes. Isso deve ter permitido a utilização contínua das roças durante décadas aumentando substancialmente o potencial produtivo por área neste tipo de sociedades, além de reduzir ainda mais o investimento imprescindível de trabalho na lavoura.

¹² Exemplar neste sentido para o médio e alto Amazonas (Solimões) são os trabalhos de Sweet 1974, Grohs 1974, Hemming 1978, Roosevelt 1980 e 1887 e Porro 1993 e 1995.

¹³ Vide: Brochado 1980, Ericson 1980, Roosevelt 1991a, Zucchi e Denevan 1979.

É bem certo que os enchentes cíclicos expuseram a lavoura nestas sociedades a um severo “stress” anual. Mas, acredita-se que justamente por isso eles elaborarão um sistema altamente efetivo de estocamento de provisões (o funcionamento do qual ainda não entendemos bem), passo inicial, talvez mais importante do seu desenvolvimento evolutivo por além das sociedades igualitárias do hinterland.

Supõe-se, além do mais, que a severa inbalance entre os aspectos quantitativos e qualitativos da produção agrária, tão limitante para o desenvolvimento cultural dos grupos acéfalos do “hinterland” amazônico, na várzea resultou muito menos significativa pela substituição quase que por completo da caça pela pesca como forma principal de captar proteínas para “melhorar” uma dieta fundamentada na mandioca. É empiricamente comprovada que a pesca (sobretudo na várzea!) é uma atividade muito mais efetiva (em termos energéticos e em termos de área explorada) que a caça no “hinterland”¹⁴. Por fim, cresce a cada dia a nossa evidência que o cultivo principal nas sociedades da várzea amazônica não foi a mandioca senão o milho ou que, pelo menos, o milho jogou um papel muito mais importante na economia e dieta dos cacicascos da várzea que nas comunidades do “hinterland”. Sabe-se que o milho é um cultivar de mais balanceado valor nutritivo que a mandioca¹⁵.

Mas, seja isso como for, o certo é que, em 1492, a várzea amazônica albergou 1.5 milhões dos 3.7 milhões de indígenas que se acredita que viviam na Amazônia numa densidade de quase 15 pessoas por quilometro quadrado¹⁶.

Ora, sob tais condições, a estratégia de comportamento social das sociedades locais acéfalas, caracterizada (como vimos) pela falta de diferenciação de tarefas, oportunidades e responsabilidades sociais entre os diversos membros, não é mais viável. Qualquer subgrupo local ou regional que, por alguma causa, se decidisse a limitar sistematicamente as opções de parte dos seus integrantes, ou seja, implementar a concentração de força, a estratificação e a especialização interna, resultaria imediatamente e sistematicamente favorecido, impondo a hierarquização do mando pela força nos demais.

Os “Marginalizados”:

A terceira ecotradição, aquela dos caboclos e muitos colonos amazônicos, é uma estratégia híbrida de vida cultural na Amazônia. Ela foi desenvolvida nos séculos XVII e XVIII pelos poucos sobreviventes das “tropas de guerra e resgate”, as “reduções” e outras formas mais ou menos diretas de etnocídio cometidas, desde o século XVI, contra a

¹⁴ Uma aproximação do modo existencial destes povos oferecem dois estudos etnográficos dos descendentes “aculturados” de dois deles: os Shipibo/Conibo do Rio Ucayali (Bergmann 1980) e dos Cocama/Cocamilla do baixo Rio Huallaga (Stocks 1981), ambos no oriente amazônico de Peru.

¹⁵ Vide: Roosevelt 1980.

¹⁶ As estimativas são de Denevan (1967) e, na atualidade são já consideradas “conservadoras”.

população autóctone na Amazônia por representantes/integrantes da ecotradição IV que, desde o século XVI, se encontra em agressiva expansão a nível mundial.

Participaram do seu desenvolvimento também alguns indivíduos de descendência ocidental (e africana) que se perderam (ou refugiaram) no interior das matas amazônicas.

A estratégia cultural de sobrevivência na Amazônica desenvolvida por estes atores combina uma lavoura de subsistência, tecnicamente idêntica com a dos indígenas da primeira ecotradição¹⁷ com a “coleta” de algum “recurso natural” da Amazônia (da castanha ao ouro¹⁸!) a ser trocado por roupa, painéis de ferro ou alumínio, facas, machados, balas ou chumbo, sal e muitas outras coisas que os integrantes desta tradição são completamente incapazes de (re-) produzir, mas, que lhes são indispensáveis. Ou seja: a distinção principal entre a ecotradição III e a ecotradição I é a perda de auto-suficiência (sobretudo: tecnológica) da primeira, perda que condena os seus integrantes a brutal exploração por parte de habitantes, regatões, donos de seringais ou serrarias e outros integrantes e representantes da ecotradição IV na Amazônia.

Daí que alguns pesquisadores talvez não aceitaram a nossa classificação dos caboclos e (certos!) colonos amazônicos como representantes de uma ecotradição autônoma, insistindo que se trate meramente de uma das múltiplas variedades de (sobre-)vivência encontradas por integrantes da ecotradição IV, sob as condições históricas e ecológicas particulares da Amazônia, variedade especificamente pobre e marginal que só logra se manter por produzir a massa da sua subsistência “a modo de índio”, gastando todo o tempo “livre” que este modo particularmente bem adaptado lhes dá para ganhar os poucos trocados no mercado regional que precisa para comprar aí todos os produtos além dos serus estreitos limites tecnológicos de produção.

Mas, nós consideramos esse modo de vida cultural na Amazônia atual uma verdadeira ecotradição porque, mesmo que o caboclo / colono amazônico precisa de instrumentos técnicos “de fora” do contexto por ele mesmo construído e dominado, ele aproveita destes instrumentos na construção de um mundo próprio completamente original, e bem distinto da variedade de “cultura da pobreza” que marca as classes subalternas da ecotradição IV¹⁹. E isso nos parece válido, mesmo que estamos plenamente conscientes que não é tão somente a sua “cultura material” que o integrante desta ecotradição “importa” regularmente (pré-fabricado) da ecotradição IV²⁰.

¹⁷ A grande diferença na lavoura dos integrantes da tradição I e IV faz o arroz e as massas que substituem a mandioca quase por completo.

¹⁸ Mas, de toda maneira, quase nunca de alguma utilidade intrínseca para o próprio caboclo/colono.

¹⁹ É verdade que este mundo próprio segue quase desconhecido. Vide os estudos “excepcionais” de Maués (1990 e 1999), Alves (1993), Figueiredo (1977) e Galvão (1955).

²⁰ A música, por exemplo, a mitologia e as práticas típicas de “lazer” (futebol), até mesmo a religião e a auto-definição do caboclo/colono amazônico como portadores plenos da nacionalidade brasileira (boliviana, peruana, etc.) e de membros (mesmo que “pobres”) da “civilização ocidental”, tudo isso é “importado”. De novo: falamos aqui da origem destes elementos, - não do uso original e plenamente próprio que os caboclos / colonos fazem deles.

As diversas formas históricas, locais e regionais que esta ecotradução já tomou na Amazônia seguem ainda mal conhecidas. Na realidade, quase os únicos representantes dela dos quais temos conhecimentos etnográficos melhores, são os coletores de caucho e castanha do início do século XX²¹. Mesmo assim, quando mais estudos estarão a nossa disposição, o fator distintivo principal a ser identificado será, com certeza, o grau no qual a força de trabalho é dividida entre a subsistência ou a produção para o intercâmbio com agentes da ecotradução IV.

Considero a ecotradução III o “novo ótimo” de interação homem / ambiente numa Amazônia, onde a ecotradução IV tem se transformado num elemento principal e in-ignorable de um “meio ambiente” bio-social; - interação “ótima” já que, àqueles que a pratiquem, lhes é simplesmente impossível um estilo de vida radicalmente-distinto sob as circunstâncias atuais. Isso porque (como vimos acima), contrário ao índio do “hinterland” amazônico, inclusive quando penetra efetivamente nas partes mais afastadas da mata, o “caboclo” amazônico - e sobretudo o “colono” - segue sempre vivendo num mundo **subjetivo** constituído não (ou tão só em parte) por ele mesmo, senão por um contexto socio-cultural do qual se acha membro, não obstante das profundas diferenças no seu estilo de vida.

Na realidade, é essa dependência subjetiva que faz do caboclo/colono amazônico a eterna vítima de regatões, habilitadores, dono de serrarias e outros integrantes da ecotradução IV que, em troca de facões, balas, roupa e bíblias, se apropriam do total da força de trabalho que lhe resta, uma vez gasto o mínimo de esforço imprescindível na sua subsistência. E não tem como escapar de tal exploração: afinal, desde a sua base no interior da mata, em geral, longe dos enclaves da ecotradução IV neste ambiente, resulta bem difícil (embora: imprescindível) para o caboclo/colono estabelecer e manter relações contínuas com a fonte provedora de tudo que precisa e não sabe (re-) produzir ele mesmo.

A Civilização Ocidental Globalizada:

Com isso chegamos finalmente à quarta ecotradução, estratégia de vida na Amazônia na qual se perde por completo o que foi a base comum de todas as três estratégias anteriores: o papel central da agricultura, como principal eixo formador da cotidianidade da grande maioria dos seus integrantes.

É por isso que a ecologia cultural tem, na realidade, pouca coisa relevante para dizer sobre essa ecotradução.

Porque, a eliminação da lavoura como molde da cotidianidade da grande maioria dos seus integrantes (em consequência da exorbitante produtividade per capita daquela minoria dos seus membros que seguem trabalhar a terra “industrialmente” em conjunto com a efetividade das redes, agora já mundiais, de transporte e intercâmbio de – sobretudo

²¹ Mas: vide os trabalhos de Moran (1974 e 1981); Shoemaker (1981) e Nugent (1993) entre outros!

– petróleo, ferro / aço e alimentos em geral) foi, e segue sendo, o grande segredo do seu êxito histórico desta ecotradução e a pré-condição indispensável da possibilidade da sua proliferação global (que, afinal, são a mesma coisa!).

Com ela, a ecotradução IV “se livrou”, quase que por completo, da dependência de condições bio-climáticas que restringe as demais ecotraduções a condições ambientais específicas, capacitando os seus integrantes, a viver e reproduzir a sua cotidianidade em qualquer parte do mundo²².

Embora: a um preço energético bem alto que, até hoje, pode ser pago porque no cálculo do preço da sua fonte de energia principal (petróleo) **não entra** nem o fato da sua ocorrência limitada neste mundo, nem a sua in-renovabilidade e menos ainda, os gravíssimos danos ecológicos em consequência do seu (ab-)uso atual. Esse preço fica para futuros gerações pagarem!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I. *Promessa e Dívida... Valores, Tempo e Intercâmbio Ritual em Sistemas Tradicionais na Amazônia*. Tese de Doutorado, UFRJ, 1993.
- ARVELO-JIMENEZ, N. *Relaciones Políticas en una Sociedad Tribal, Estudio de los Yeçuana, Indígenas del Amazonas Venezoelano*. México, 1974.
- ARVELO-JIMÉNEZ e H. BIOD. **The impact of conquest on contemporary indigenous peoples of the Guiana shield**. in: A. Roosevelt (Ed.): *Amazonian Indians from Prehistory to the Present*, Tucson, 1997. P.55-78.
- ATHENS, J.St. *Competition and Hierarchical Social Organization: The Adaptive Imperative of Evolutionary Ecology*. ensaio lido no 12th International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences, Simposium: Evolutionary Ecology and the Human Condition, Zagreb, 24-31 de Julho, 1988.
- BENNETT, J.W. **Anticipation, Adaptation, and the Concept of Culture in Anthropology**, in: *Science*. Vol. 192, Nº 4242, 1976, P.847-853
- Bergman, R. *Amazon Economics*. Ann Arbor Biod-Castillo, 1980.
- El contexto multilingüe del sistema de interdependencia regional del Orinoco**, in: *Antropológica*, Vol.63-64, 1985. P.83-101

²² Sabemos, por certo, hoje que essa “liberação” era – no melhor dos casos – meramente parcial e momentânea, sendo contra-balançada a médio prazo por novas limitações (esgotamento da energia fóssil, “efeito estufa”, destruição da camada de ozônio, etc.) em nível mundial.

- BOYD R. e P.J. RICHERSON. *Culture and the Evolutionary Process*. Chicago Brochado, J. 1985.
- The Social Ecology of the Marajoara Culture*, M.A.-tese, Urbana. Butt Colson, A, 1980.
- Intertribal trade in the Guiana Highlands, *Antropológica*. Vol.34, 1973, P.1-70
- Routes of knowledge: an aspect of regional integration in the curcum-Roraima area of the Guiana Highlands. in: *Antropológica*, Vol. 63-64, 1985, P.103-149
- CARNEIRO, R. **Slash-and-Burn Cultivation Among the Kuikuru and its Implications for Cultural Development in the Amazon Basin**. in: J.Wilbert (Ed.): *The evolution of Horticultural Systems in South America*, Antropológica, Suplement Publication No.2, Caracas, 1961, P. 47-67
- The Transition from Hunting to Horticulture in the Amazon Basin**.b in: *Proceedings of the VIII International Congress of The Anthropological and Ethnological Sciences*, Vol. 3, Tokyo-Kyoto, 1970, P.244-248
- Chagnon, N. *Yanomamö: The Fierce People*, New York, 1968.
- Studying the Yanomamö*. New York, 1974
- Chagnon, N. e R. Hames (Eds.). **Protein Deficiency and Tribal Warfare in Amazonia: New Data**, in: *Science*, Vol.20(3), 1979, P.910-913
- Chagnon, N. e W. Irons (Eds.) *Evolutionary Biology and Human Social Behavior*, North Scituate, 1979.
- Chernela, A.J. *Hierarchy and Economy of the Uanano (Kotiria) Speaking Peoples of the Middle Uaupes Basin*, Tese de Ph.D., Ann Arbor, 1983.
- Clastre, P. *Society against the State*, New York, 1987.
- Denevan, W. **The Aboriginal Populcation of Amazonia**, in: W. Denevan (Ed.), *The Native Population of the Americas in 1492*, Madison, 1976, P.521-538.
- Descola, Ph. *Le Nature Domestique*, Paris, 1986.
- In the Society of Nature: A Native Ecology in Amazonia*, Cambridge, 1994.
- Descola, Ph. E Gisli Pálsson (Eds.) *Nature and Society: Anthropological Perspectives*, Londres, 1996.
- Ellen, R. *Environment, Subsistence, and System*, Cambridge 1982
- Erickson, C. Sistemas agrícolas prehispánicos en los Llanos de Mojos, in: *América Indígena*, vol.40, 1980, P.731-755
- Evans, C. e B. Meggers. *Archaeological Investigations on the River Napo, Eastern Ecuador*, Smithsonian Contributions to Anthropology, Vol. 6, Washington, 1968.

- Ferguson, B. *Yanomami Warfare: a political history*, Santa Fé, 1995.
- Figueiredo, N. *Amazônia: Tempo e Gente*, Belém, 1977.
- Fox, R. **Human Ethology**, em: *Annual Review of Anthropology*, Vol.5, 1976, P.265-288.
- Frank, E.H. *Ein Leben am Rande des Weltmarkts, - Ökologie und Ökonomie der Comunidad Nativa de Santa Martha*, Bonn 1983.
- Delimitaciones al aumento poblacional y desarrollo cultural en las culturas indígenas de la Amazonía antes de 1492**, in: *Tübinger Geographische Studien*, No.95, 1987, P.109-123.
- MS *Construção Orientalista do Espaço Étnico Roraimense, - ou: Os Taurepang Existem Mesmo?*, Palestra dada na VI Reunião da ABA-norte/nordeste, Belém.
- Galvão, E. *Santos e Virgens: Um Estudo da Vida Religiosa de Itá, Amazonas*, São Paulo, 1955.
- Grohs, W. *Los Indios del Alto Amazonas del Siglo XVI al XVIII*, Bonn, 1974.
- Gross, D. **Protein Capture and Cultural Development in the Amazon Basin**, in: *American Anthropologist*, Vol.77, 1975, P.526-549
- Gross, D. (Ed.) *People and Cultures of Native South America*, New York, 1973.
- Hames, R.B. e W.T. Vickers (Eds.): *Adaptive responses of Native Amazonians*, New York, 1983.
- Harner, M.J. *The Jivaro*, London, 1972.
- Harris, M. *Cannibals and Kings*, New York, 1977.
- Cultural Materialism*, New York, 1980.
- The Sacred Cow and the Abominable Pig*, New York, 1985.
- Harris, M. e E.B. Ross. *Food and Evolution*, Philadelphia, 1987
- Hemming, J. *Red Gold, The Conquest of the Brazilian Indians*, London, 1978
- Hilbert, P.R. *Archäologische Untersuchungen am Mittleren Amazonas*, in: *Marburger Studien zur Völkerkunde*, No.12, Berlin, 1968.
- Hugh-Jones, C. *From the Milk River, Spacial and Temporal Processes in Northwest Amazonia*, Cambridge, 1979.
- Jochim, M.A. *Strategies of Survival*, New York, 1981.
- Kensinger K.M. (Ed.) *Marriage Practices in Lowland South America*, Illinois Studies in Anthropology, No.14, Urbana, 1984.
- Kracke, W. *Force and Persuasion, Leadership in an Amazonian Society*, Chicago, 1978.

Lathrap, D.W. **The 'Hunting' Economies of the Tropical Forest Zone of South America**, in: R.Lee e I. DeVore (Eds.): *Man the Hunter*, Chicago, 1968, P.18-23

The Upper Amazon, *New York*, 1970.

Maués, R.H. *A Ilha Encantada: Medicina e Xamanismo numa Comunidade de pescadores*, Belém, 1990.

Uma outra "invenção" da Amazônia: religiões, histórias, identidades, Belém, 1999

Meggers, B. **Environment and Culture in the Amazon Basin**, in: A. Palerm (Ed.): *Studies in Human Ecology*, Washington, 1957, P.71-89

Amazonia: Man and Culture in an Counterfeit Paradise, Chicago, 1975.

Meggers, B. e C. Evans. *Archaerological Investigations at the Mouth of the Amazon*, Washington, 1957.

Moran, E. **The Adaptive System of the Amazonian Caboclo**, in: Ch. Wagley (Ed.): *Man in the Amazon*, Gainsville, 1974, P.136-159.

Developing the Amazon, Bloomington, 1981.

A Ecologia Humana das Populações da Amazônia, Petrópolis, 1990.

Murphy, R.F. *Headhunter's Heritage*, New York, 1978.

Nugent, St. *Amazonian Caboclo Society*, Providence, 1993.

Oberg, K. *Indian Tribes of the Northern Mato Grosso, Brasil*, Washington, 1955.

Orlove, B.S. **Ecological Anthropology**, in: *Annual Review of Anthropology*, Vol.9, 1980, P.235-273.

Pacheco de Oliveira Filho. **O Caboclo e o brabo**, in: *Encontros com a Civilização Brasileira*, Vol. 11, 1979, P.101-140

Porro, A. *As Crônicas do Rio Amazonas*, Petrópolis, 1993.

O Povo das Aguas, Petrópolis, 1995.

Price, R. (Comp.) *Sociedades Cimarronas*, México, 1981.

Pulliam, R.H. e Ch. Dunford. *Programmed to Learn*, New York, 1980.

Ramos, A. E K.Taylor. **The Yanomama in Brazil** 1979, IWGIA Doc. 37, Copenhagen, 1979.

Raymond, J.S. et all. *Cumancaya, A Peruvian Ceramic Tradition*, Calgary, 1975.

Roosevelt, A. *Parmana, Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco*, New York, 1980.

Chiefdoms in the Amazon and Orinoco, in: R.Drennan e C. Uribe (Eds.): *Chiefdoms in*

- the Americas*, Lanham, 1986, P.153-185
- Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia**, in: W.A. Neves (Org.): *Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia*, Belém, 1991, P.103-142
- Moundbuilders of the Amazon*, New York, 1991.
- Amazonian Anthropology: Strategy for a New Synthesis**, in: A. Roosevelt (Ed.): *Amazonian Indians*, Tucson, 1997, P.1-29
- Ross, E.B. *The Achuara Jivaro*, PhD-Tese não publicada, Ann Arbor, 1976.
- The Evolution of the Amazon Peasantry**, in: *Journal of Latin American Studies*, m No.10(2), 1978, P.193-218
- Ross, E.B. (Eds.) *Beyond the Myth of Culture*, New York, 1980.
- Sahlins, M.D. *The Use and Abuse of Biology*, Ann Arbor, 1976.
- Shoemaker, R. *The Peasants of El Dorado*, London, 1981.
- Sioli, H. *Amazônia, Fundamentos da ecologia da maior região das florestas tropicais*, Petrópolis, 1991.
- Siskind, J. **Tropical forest hunters and the economy of Sex**, in: D.R. Gross (Eds.), *People and Cultures of Native South America*, Garden City, 1973, P.226-240
- Smole, W.J. *The Yanoama Indians*, Austin, 1976.
- Steward, J.H. **Cultural causality and law: a trail formulation of the development of early civilization**, in: *American Anthropologist*, Vol.51, 1949, P.1-27
- Theory of Culture Change*, Urbana, 1955.
- Steward, J.H. (Ed.) *Handbook of South American Indians*, 6 Vols, Washington, 1946 a 1950.
- Stocks, A.W. *Os Nativos Invisíveis*, Lima, 1981.
- Sweet, D. *A Rich Realm of Nature Destroyed*, Tese Ph.D. não publicada, Univ. of Wisconsin, 1974.
- Thomas, D.J. **The indigenous trade system of Southeast Estado Bolívar, Venezuela**, in: *Antropológica*, Vol33, 1972, P.3-37
- Viveiros de Castro, E. (Ed.) *Antropologia do Parentesco*, Rio de Janeiro, 1995.
- Wagley, Ch. *Amazon Town*, New York [Trad.: Uma Comunidade Amazônica, São Paulo, Brasiliense Vol.290], 1953.
- White, L.A. *The Evolution of Culture*, New York, 1959

Zucchi, A. E W.M. Denevan. *Campos elevandos e historia cultural prehispánica en los llanos occidentales de Venezuela*, Caracas, 1979.

A Influência das Línguas Africanas no Português Brasileiro

Alessandra M. Lemos Albert*

“O senhor saiba: eu toda minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo mundo...Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.”

(João Guimarães Rosa: Grande Sertão Veredas).

O trecho acima, retirado de um dos grandes livros da literatura brasileira expressa a maneira particular que caracteriza o português brasileiro na medida em que Rosa tenta escrever como as gentes falam. Sua linguagem representa a entonação e os significados da fala dos sertanejos. Em vista disso, uma pessoa natural de Portugal precisará de um tempo não somente para entender o significado das palavras, como também para entender as palavras per si. Considerando essa particularidade do português falado no Brasil, muitos lingüistas brasileiros propuseram que o “brasileiro” deveria ser classificado como uma língua distinta.²³ É interessante notar que o trecho acima fala de diversidade. Ser único e confirmar a sua singularidade parece ser um desejo comum dos brasileiros. Pelo menos, é o que podemos observar na literatura, programas de televisão, e mesmo no mundo científico. Contudo, tomando a língua como um exemplo, não se pode dizer que “brasileiro” é uma língua diferente do “português.” Na verdade, ela é apenas um dialeto do português, no sentido de se caracterizar apenas como uma variação daquele. Em vista disso, eu vou chamá-lo de “português brasileiro.”

Como um dialeto do português, o “brasileiro” tem suas próprias características e sofrido muitas influências históricas. Uma das influências veio das línguas africanas. Os dois grupos africanos mais importantes representados no Brasil foram os Banto de Angola e os Sudaneses, representando respectivamente os vários dialetos do quimbundo e nagô (Yoruba). Quimbundo e nagô são, portanto, os principais dialetos africanos que influenciaram o português brasileiro.

Por um longo tempo, muitas pessoas “educadas”² lutaram contra a “má” influência da fala dos negros sobre o português do Brasil. Talvez isso explique porque muito mais

* Professora Assistente do Departamento de Antropologia da UFRR.

¹ O português falado no Brasil não tem a mesma entonação e variedades no país inteiro. Varia de acordo com as regiões. Mesmo o português falado em Portugal tem suas próprias variedades. Para o propósito desse trabalho, no entanto, a ênfase será dada ao contraste entre o português de Portugal e o português do Brasil.

² “Educadas” aqui adquire o sentido daqueles que possuem uma educação formal ou um nível de escolaridade correspondente aos ensinos médio e superior. Considerando a dificuldade histórico-social dos afro-brasileiros de terem acesso à esse tipo de educação e de transformarem a sua realidade de classe social mais baixa, (Ver os dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio – PNAD – 1996, acerca da média de anos de estudo dos adultos de 20 anos ou mais por cor e as condições de saneamento, água e esgoto, segundo a cor do chefe do domicílio), percebe-se o quanto afirmar que o português falado por essa população é uma má língua ou um erro

pesquisas têm sido feitas sobre a influência da língua indígena do que sobre a influência africana. No entanto, os dialetos africanos exerceram, de fato, importante papel na construção do português brasileiro.

Esse trabalho consiste numa análise lingüística do impacto das línguas africanas sobre o português brasileiro a níveis de fonética, morfologia, sintaxe e léxico, respectivamente. Depois disso, irei analisar dois importantes movimentos nos quais as línguas africanas são usadas no Brasil, o Candomblé e a música.

Influências a nível fonético

À nível fonético, a influência dos dialetos africanos tem sido estudada pelos autores que seguem. De um lado, Houaiss (1985) aponta a perda do r e s finais, a instabilidade do l final, e a substituição dos ditongos ei por ê e ou por ô. Assim, por exemplo, a palavra esquecer se torna esquecê, mel se torna mê, e cheiro se torna chêro. O fricativo lh adquiriu os som de l, por exemplo, folha se torna fôia. Embora nós podemos observar que tais mudanças ocorreram, esses estudos³ não parecem ser consistentes com os procedimentos científicos. Para verificar as hipóteses apresentadas, seria necessário uma cuidadosa análise dos dialetos portugueses em Portugal e a distinção entre as influências indígena e africana no português brasileiro. Como nada foi feito nessa direção, a formulação de uma hipótese sobre o problema vem em boa hora. Parece ser de comum senso entre os lingüistas brasileiros estudados que a maneira de falar citada acima caracteriza a classe econômica baixa. Como a maioria dos afro-brasileiros pertencem a essa classe, talvez, a relação automática feita pelos autores subentenda ou preconceito ou precipitação na busca de causalidade. É interessante notar, contudo, que essa maneira de falar, exceto pela troca do lh por l, tenha se expandido para as classe média e alta.

Ainda a respeito do sons vocálicos, Megenney (1970) se deu conta de que os sons das vogais das línguas africanas coincidem de perto com as do português da Bahia.⁴ Essa correspondência teria facilitado empréstimos mútuos.

Outra consideração que deve ser citada é o trabalho de Mendonça (1935). De acordo com ele, muitas palavras africanas incorporadas pelo léxico português perderam o som inicial m e n. Para se ajustarem à língua dominante, algumas palavras africanas modificaram sua fonética ao perder o som inicial de consonantes isoladas como m e n. Por exemplo, ndengue se torna dengue, nzambi se torna zambi (ou zumbi), mbunda se torna bunda e mbanguela se torna banguela.

A influência de uma língua sobre a outra tem, pois, caminho duplo. A língua do "mais fraco" parece procurar permanecer de algum modo. Às vezes, o que parece estar morto pode somente ter sido transformado. Há maneiras sutis pelas quais essa

corresponde aos anseios das classes sociais alta e média, principalmente, de manterem à distância potenciais competidores por um espaço no mercado de trabalho.

³ Os trabalhos citados aqui, com a exceção de Megenney (1970), usam a fonética portuguesa como referência, ao invés do Alfabeto Fonético Internacional.

⁴ Megenney fez pesquisa no estado da Bahia, onde a influência de três principais dialetos africanos foi investigada: Yoruba, Ewe e Yjesha. De acordo com esse autor, todos esses dialetos possuem o mesmo som de vogais.

transformação pode acontecer. O trabalho científico consiste em investigar esses modos de transformação, procurando apontar causas e relações.

Influências a nível morfológico

À nível morfológico, Megenney (1970) afirma que a única troca havida entre as línguas africana e portuguesa foi o uso do diminutivo para os nomes próprios incorporados no português através da influência das religiões de domínio Yoruba. No entanto, o processo de duplicação da sílaba forte nas línguas africanas estudadas pode ter, também, influenciado o português brasileiro. A repetição da sílaba afeta, em certo grau, o sentido das palavras pois que indica afeição. Aqui talvez se possa incluir a influência a nível semântico. As seguintes palavras exemplificam o que falamos: dindinha, dodói, bimbinha, papato, Totonha. Essas são basicamente palavras ligadas ao mundo infantil. Exceto pelos nomes próprios, elas são mais usadas no contexto domiciliar. Isso pode provavelmente ser explicado pelo fato de que os primeiros contatos das crianças “brancas” foram com mulheres africanas. Essas mulheres tomaram conta dos filhos de seus “donos.” alimentando-os e ensinando-os o seu jeito próprio de falar português. Gilberto Freire (1964) acreditava que a maneira suave da fala brasileira comparada ao português de Portugal teve sua origem no ambiente “aconchegante” da Casa Grande.

Influências a nível sintático

A colocação do pronome pessoal do caso oblíquo demonstra a influência a nível sintático dos dialetos africanos no português brasileiro. Em Portugal, esse pronome geralmente precede o verbo. No entanto, em Nagô todo pronome que funciona como objeto direto deve ser colocado imediatamente após o verbo. E, essa é, também, a maneira que os brasileiros falam. Indo além, há a mudança de função do pronome pessoal do caso reto que passa a ser usado como objeto direto ao invés de sujeito. Na língua portuguesa isso não é gramaticalmente possível. Porém, essa é a única possibilidade de uso em Nagô na medida em que os pronomes que funcionam como objeto e sujeito são os mesmos. No Brasil, é bastante normal se ouvir as pessoas usando esses pronomes indistintamente.⁵ Por exemplo, eu a vi se torna eu vi você, e eu a fechei se torna eu fechei ela. Essa modificação ocorre apenas no português brasileiro falado e não escrito.

Nós podemos observar também que os brasileiros em geral tentam evitar o uso da segunda pessoa do pronome do caso reto quando conjugam verbos. Costuma-se substituir o pronome tu por você. Isso não acontece porque o pronome você implica formalidade. Ao contrário, tal uso pode estar ligado ao sentimento de pompa que acompanha a conjugação correta do verbo na segunda pessoa do singular. Por isso, muitas vezes, ouve-se você fala ou você falou, ao invés de tu falas ou tu falaste. Como a dificuldade para pronunciar o s final é relacionada com as classes econômicas mais baixas e acreditada ser uma influência africana por muitos autores, a preferência pelo uso do pronome você pode

⁵ Há diferenças entre os estados brasileiros, pois que em Belém do Pará, por exemplo, se nota um esforço de conservação dos modos lusitanos de colocação e uso dos pronomes.

ser um artifício usado pela classe média para continuar falando corretamente. Em outras palavras, a queda do s final da segunda pessoa do verbo não foi, ainda, assimilada pelas classes média e alta. É interessante notar que, em Yoruba os modos e tempos do verbo são indicados por partículas auxiliares colocadas antes do verbo. Essa característica verbal Yoruba de não possuir flexão pode ter influenciado a modo brasileiro de se conjugar verbos. É um fato que, todos os verbos de origem africana que foram incorporados ao português brasileiro são da primeira conjugação (-ar), e nenhum deles é irregular, por exemplo, bombear, xingar, gambelar, e curiar.

Influências a nível do léxico

“The lexical information concerning African influences on Bahian Portuguese was much more abundant than the material at any other linguistic level” (Megenny 1970:123). Megenny fez sua pesquisa sobre esse assunto da seguinte maneira: de 1.740 palavras que foram sugeridas por Edson Carneiro, Deoscoredes M. dos Santos e Renato Mendonça como tendo origem africana, foram escolhidas 604 que ele considerou como africanas de fato para incluir num questionário. Ele preparou, então, um questionário para circular entre os baianos de todos os níveis sociais e grupos raciais. O objetivo da pesquisa era averiguar se, e em que nível, o povo brasileiro havia incorporado essas palavras no seu vocabulário. Trezentas e três palavras foram identificadas pelos informantes como tendo ou uma função ativa ou uma participação passiva. Por função ativa entende-se como palavras que fazem parte integrante do universo cotidiano brasileiro. Participação passiva significa que tais palavras são conhecidas, ainda que não usadas freqüentemente. Megenny encontrou que das trezentas e três palavras reconhecidas, oitenta e três são ligadas ao candomblé, trinta e três às artes culinárias e comidas, vinte e duas são verbos, vinte e três adjetivos, catorze são nomes de instrumentos musicais, sete nomes ligados ao carnaval, sete nomes de adornos e roupas, oito nomes de plantas, e quatro nomes de lugares. Muitas das outras palavras encontradas correspondem à nomes de línguas e tribos africanas, nomes de miscelâneas, enquanto outras são usadas para designar espíritos maus, lugares sinistros, artigos de caça, nomes de chefes, e itens de casa. São exemplos de algumas palavras africanas: caruru, manguzá, bancar, mangar, zombar, banguela, bocó, dengoso, tanga, quenga, muganga, carcunda, capeta, coringa e atabaque.

Um problema interessante a ser investigado é o campo de aplicação dessas palavras. É conhecida a influência das palavras africanas no mundo da religião, música, comidas e utensílios, no entanto, muitos adjetivos e verbos africanos conotam significados de ridículo, escárnio e humor. Pode-se imaginar se estão relacionados à condição de escravidão e às tentativas do povo africano de resistir à essa situação usando de humor ou escárnio social como armas.

Como se pôde ver, a influência africana no português brasileiro se deu em vários níveis lingüísticos. Além disso, dois movimentos sociais têm contribuído para a recuperação dessa influência. Um desses movimentos, o Candomblé, possui uma longa história de perseguição na sociedade brasileira. Atualmente, em muitos lugares como

Bahia e Rio de Janeiro, o Candomblé tem se tornado uma religião exótica e única que define o caráter dos brasileiros. Em outras palavras, há um movimento para recuperar as “nossas raízes” que fez do Candomblé uma religião aceitável. É importante notar, por exemplo, que entre intelectuais e artistas brasileiros, o Candomblé é bastante valorizado e, mesmo, praticado. No entanto, as palavras africanas usadas nessa religião possuem os significados desconhecidos na maioria dos casos. Elas são usadas mais pelo seu apelo emotivo. Como tais palavras correspondem ao arcaico Yoruba, Ewe e Yjesha mesmo na África, elas já perderam o seu sentido de uso.

Outro movimento de recuperação da “Negritude Brasileira” tem acontecido na música. Desde os anos setenta, alguns grupos da Bahia têm trabalhado para o resgate da história do povo negro no Brasil. Nos anos oitenta, o ritmo de suas músicas, baseado principalmente na percussão, se espalhou pelo país inteiro. Olodum e Timbalada são exemplos desses grupos musicais. De um lado, muitas palavras usadas por eles são, apenas, onomatopéias. Por exemplo, a música U-maracá do grupo timbalada apresenta “Orumilá, baticumba meu boi. U-maracá baticum⁶ do tambor. De outro lado, os significados de muitas palavras africanas usadas nessas músicas não são conhecidos da maioria dos brasileiros. Talvez, somente os participantes dos grupos ou, mesmo, alguns intelectuais saibam o significado das palavras. Entretanto, o sentido das palavras per si não parece tão significativo quanto a expressão emocional que elas representam, pois que elas soam, na maioria das vezes, como “gritos de guerra.” Tais gritos são acompanhados de fortes movimentos de braços que parecem servir para manter o outro à distância. A experiência da música e dança negra no Brasil deve ser, sem dúvida, objeto de rigorosa investigação. Para isso, é importante que se considere os movimentos de resistência e/ou adaptação negra à hierarquia da sociedade brasileira. Nas palavras de Megenney (1970:173) sobre a sociedade baiana, vê-se o quanto essa estratificação social tem sido notada por estudiosos já algum tempo:

“Because of this historical background, the conformation of present-day Bahian socio-economic strata displays most of its white membership at the top and the Negro at the bottom, with the mulatto filling a large gap in the middle.”

O relativo silêncio sobre a influência das línguas africanas sobre o português brasileiro pode estar sendo rompido, embora que timidamente, pelo aparecimento de grupos negros interessados em estudar as raízes africanas e pelo desenvolvimento de uma classe média negra interessada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **A Geografia Lingüística no Brasil**. São Paulo: Editora Ática. 1991.

⁶ Baticum é uma imitação do som dos tambores.

- CUNHA, Celso. **Língua Portuguesa e Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1986.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record. 1989.
- HOUAISS, Antônio. **O Português no Brasil**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora. 1985.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio – PNAD**. 1996.
- MEGENNEY, William W. **An Ethnolinguistic Study of West African Influences on Bahian Portuguese**. Ph.D. diss. University of New Mexico, Albuquerque. 1970.
- MENDONÇA, Renato. **A Influência Africana no Português do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1935.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. **A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1977.

Do pioneirismo à História: prof. Diomedes Pinto Souto Maior

Luiza Câmara Beserra Neta *
Teresa Kátia Alves do Nascimento **

Introdução

O presente trabalho objetiva descrever a trajetória e atuação do Professor Diomedes Pinto Souto Maior que está inserida dentro do contexto histórico das migrações para Roraima, visto que este movimento antecede o período da sua chegada na região (início do século XX).

A temática acima apresentada, enfoca que, através da história da humanidade, os movimentos migratórios foram fortemente influenciados para locais que apresentavam algum tipo de atrativo, existindo uma co-relação entre a migração e o pioneirismo de alguns que se destacaram por sua bravura ou por suas funções desempenhadas, contribuindo para a formação básica da sociedade no âmbito social, econômico, cultural e educacional. Sendo assim, o surgimento da cidade de Boa Vista-RR, é parte integrante do processo migratório e evidenciado na cultura da população que foi sendo absorvida gradativamente.

Neste contexto, o marco do pioneirismo analisado neste trabalho, baseia-se na atuação do Prof. Diomedes Pinto Souto Maior, que dedicou-se à educação em Roraima durante quatro décadas. Na busca de reconstituir a trajetória da sua vida, foram coletados materiais através de fontes documentais e entrevistas com seus familiares e ex-alunos, que, direto ou indiretamente foram beneficiados pelos ensinamentos do Prof. Diomedes.

Na oportunidade, será enfatizado a Geografia que era repassada pelo Prof. Diomedes, onde se usava métodos tradicionais e inibida da participação do aluno, através da aula expositiva. Mas essas características, fizeram com que elevasse o nível cultural dos seus alunos, sendo estes preparados para prestarem concursos em qualquer lugar do país.

História e Trajetória do Prof. Diomedes

O marco do pioneirismo surge quando um imigrante deixa sua terra natal e percorre terras estranhas, e, segundo a opinião de SOUZA, I. (1980) sobre migração interna, pode-se considerar como *“um processo social resultante de mudanças estruturais*

* Professora Assistente do Deptº. de Geociências -UFRR (Orientadora)

** Licenciada em Geografia pela UFRR/1998.2

de um determinado país, que provocam o deslocamento de todas as classes sociais, que, por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência noutra”, desta forma, podemos identificar o Prof. Diomedes, que, a exemplo de muitos outros imigrantes, deixou no Estado de Roraima sua contribuição, em especial no âmbito educacional. (Grifo nosso)

Sua trajetória de vida e de serviços prestados no Estado evidencia-se pela dedicação ao magistério quando de sua chegada em 1905 (época em que o município de Boa Vista do Rio Branco estava recém criado e fazia parte do Estado do Amazonas), até 1947, ano do seu falecimento (MAGALHÃES, 1986).

Desta forma, o Prof. Diomedes acompanhou de perto o surgimento da cidade de Boa Vista-RR, seu desenvolvimento e os vários momentos históricos pelo qual passou essa região, como exemplo, a crise da borracha a partir de 1920 e a exploração mineral, que passa a ter um papel preponderante na economia local, que surgiu como alternativa de sobrevivência para as pessoas, atraindo muitos imigrantes.

Vale salientar que, até o início do século XX, o crescimento populacional na região mostrava-se muito tímido. O que contribuiu para tal fato foi o difícil escoamento da borracha pelos rios do Território assim também como sua coleta, devido a planta produtora do látex existente – *Hervea benthamiana* - não ser de boa qualidade, portanto, esta área não sofreu uma invasão intensificada de seringueiros como foi sentida em outras partes da Amazônia (BARROS, 1995).

De acordo com os dados demográficos de 1920, o município de Boa Vista se apresentava com uma população absoluta de 7.424 habitantes. No ano de 1940, (período em que antecede a criação do Território –1943), este número se eleva para 10.541 habitantes, segundo censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Estado do Amazonas. Com a criação do Território Federal do Rio Branco, no ano de 1943¹, que foi acompanhado pelo Prof. Diomedes, intensificou-se o povoamento desta região, e que continuaram nas décadas seguintes, chegando a 18.116 habitantes em 1959 e 28.871 habitantes em 1960 (SILVEIRA e GATTI apud DINIZ, 1998)².

Nordestino como muitos que aqui chegaram, Diomedes Pinto Souto Maior tem suas raízes de origem portuguesa por parte do seu avô, que se fixou em João Pessoa-PB no início do século passado, filho de Joaquim Pinto Souto Maior e Petronila da Cunha Souto Maior, onde desta união, nasceram seus filhos Diomedes Pinto Souto Maior, Samuel Pinto Souto Maior, Joel Pinto Souto Maior, Amável Pinto Souto Maior e Eutália P. Souto Maior.

¹ De acordo com o Decreto – Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, o Município de Boa Vista foi transformado em Território Federal do Rio Branco (LUCKMANN,1989).

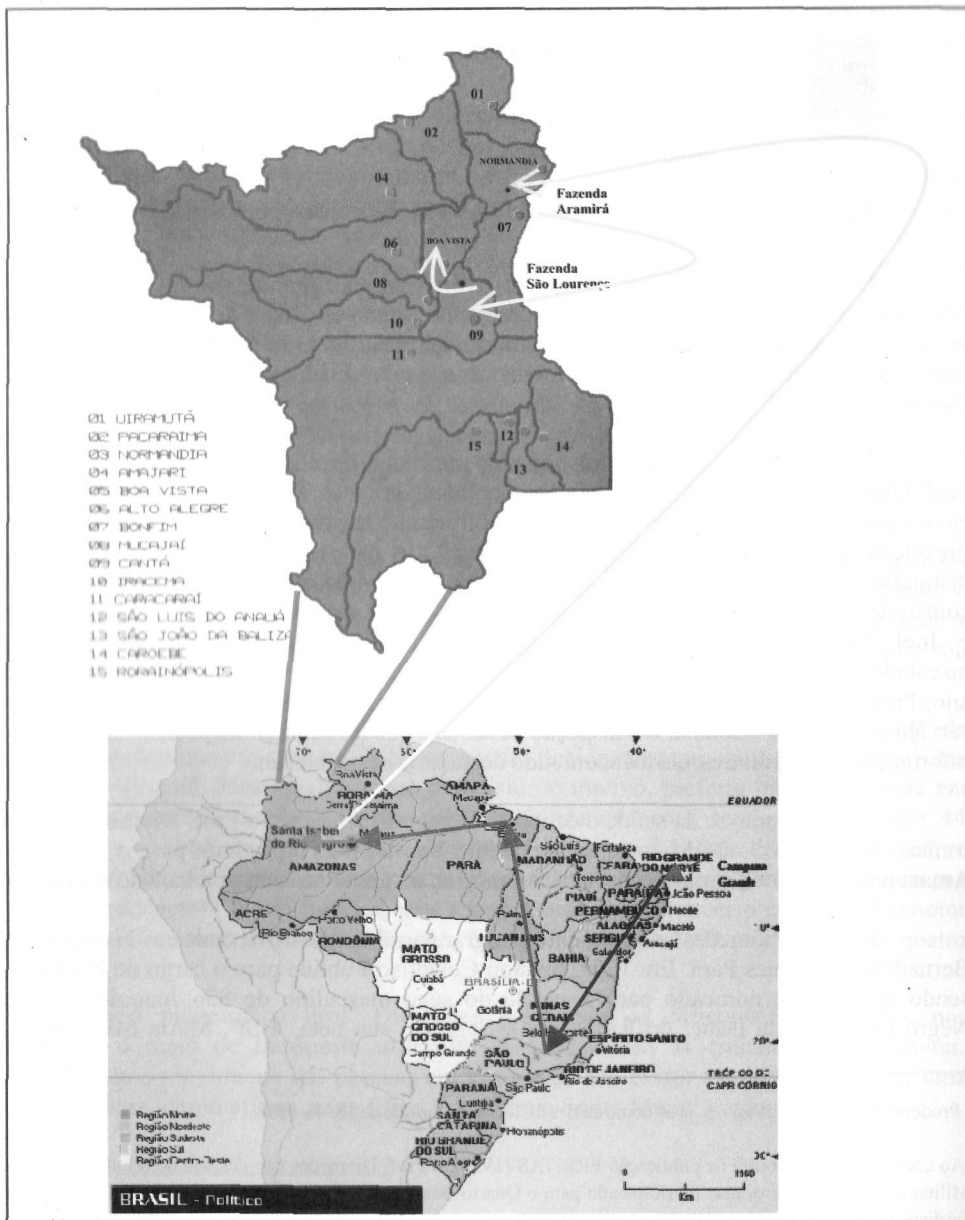
² SILVEIRA, I e GATTI, M. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, **Antropologia**, 4(1): 43-1988.

Conforme documento do Instituto Heráldico Americano em Itapecerica da Serra-SP cedido para os familiares do Prof. Diomedes, certifica que o Brasão da Família "SOUTO MAIOR" consta em seus arquivos³, símbolo de orgulho para todos eles, informa ainda que esta linhagem descende de D. Paio Mendes Sored e sua mulher D. Elvira Godins que tiveram por filho Mem Pais servidor de D. Afonso VIII, o qual fundou casa no vale de SOTO em Portugal, que por ser o maior do lugar, ficou conhecido por SOTOMAIOR. Consta também no presente documento que as gerações futuras incluíram no seu sobre nome essa denominação, que possui vários tipos de grafia e aparece nas formas Sotomaior e Soto-Maior, Sotomayor e Soto-Mayor, Sottomaior e Sotto-Maior, Sottomayor e Sotto-Mayor, Soutomaior e Souto-Maior, sendo que a grafia espanhola é Sotomayor.

Diomedes Pinto Souto Maior, nasceu no dia 03 de Maio de 1879 em Campina Grande no Estado da Paraíba e ainda muito jovem iniciou sua jornada percorrendo o Brasil por várias partes em busca do seu ideal: saindo da Região Nordeste para a Região Sudeste até chegar a Região Norte (figura 01). Até hoje não sabemos se o Prof. Diomedes tinha resolvido fixar definitivamente sua residência aqui na região amazônica, mas, levando-se em conta uma série de fatores já vivenciados e a que ficou condicionado, talvez a resolução de uma completa mudança em sua vida, é quase certo que tenha vindo para o Amazonas com decidida disposição de fincar suas raízes nesta região.

Entretanto, sua vida apresentou duas fases bem distintas e o fim de uma (carreira militar) marcou decididamente o começo de outra, com novos horizontes, almejando o que na verdade seria sua verdadeira vocação: ser professor.

³ O Brasão da Família "SOUTO MAIOR" consta no Livro "Armorial Lusitano", por Antônio Machado de Faria, página 509, arquivado no Instituto Heráldico Americano em Itapecerica da Serra -SP.



FONTE: ATLAS UNIVERSAL ATR CD-ROM (O traçado no mapa da trajetória do Prof. Diomedes foi através de informações e familiares e de documentos).

LEGENDA:






	Imigrou ainda muito jovem (Sem data)
	Imigrou no início de 1897
	Imigrou na metade de 1897
	Imigrou no ano de 1904
	Imigrou a partir de 1905

FIGURA 01: Mapa da trajetória do Prof. Diomedes pelo Brasil

O Prof. Diomedes iniciou seus estudos em Campina Grande, continuou-os em João Pessoa, e, após os cursos preparatórios, desejando tornar-se oficial do exército brasileiro, viajou para a capital Federal juntamente com seus irmãos Joel Pinto Souto Maior e Samuel Pinto Souto Maior, onde tornaram-se alunos da Escola Militar (Realengo-RJ) (NASCIMENTO, 1995).

Desde o tempo de juventude, quando cursava a Escola Militar do Rio de Janeiro, Prof. Diomedes já despontava em sua personalidade grandes ideais, disto resultando o seu envolvimento e de seus irmãos em questões políticas no regime político da época, quando o Presidente do Brasil era Prudente de Moraes ⁴ e o país encontrava-se tumultuado por distorções políticas, tratando-se de combates entre forças do antigo governo (monárquico) com as da nova República, assim, o Prof. Diomedes e seus irmãos (Samuel Pinto Souto Maior e Joel Pinto Souto Maior) foram destacados para Belém-PA, sendo incluídos no estado efetivo do Quarto Batalhão de Artilharia de Posição no ano de 1897, e, no mesmo ano, Prof. Diomedes foi excluído ⁵ deste Batalhão por haver sido julgado incapaz para o serviço do Exército Nacional em inspeção de saúde a que foi submetido, pois, de acordo com informações de familiares, ele foi acometido de malária neste interím.

Ao recuperar-se da saúde e depois de serem dispensados, o Prof. Diomedes e seus irmãos (Joel Pinto Souto Maior e Samuel Pinto Souto Maior), partiram para o Estado do Amazonas, onde Joel, campeão de natação, morreu ao tentar atravessar a baía do rio Negro.

O Prof. Diomedes resolveu então migrar para Manaus-AM, onde casou com a Sr^a. Bernadina Rodrigues Pará. Em 1904, prestou Concurso Público para o cargo de Professor, sendo aprovado e nomeado para a escola do sexo masculino de São Joaquim do Rio Negro (Atual Santa Isabel do Rio Negro). Segundo sua neta, a Sr^a. Maria Mirna Souto

⁴ Prudente José M. Barros foi o 3º presidente da Brasil. Durante período de 1894 a 1898

⁵ Ao contrário do que consta na publicação FREITAS (1998), o Prof. Diomedes não desistiu de estudar na Escola Militar do Rio de Janeiro, mas foi destacado para o Quarto Batalhão de Artilharia e Posição em Belém-PA onde foi dispensado.

⁶ Ao contrário do que está escrito na publicação FREITAS (1998), O Prof. Diomedes e a Sr^a. Bernadina não tiveram 06 (seis) filhos, mas sim, 07 (sete) filhos, sendo que o primeiro, Ubirajara Pinto Souto Maior faleceu ainda criança, segundo informações de familiares.

Maior Sarah, o Prof. Diomedes dizia ser *“a mais bela e nobre missão humana”* (Informação Verbal).

Um ano depois, segundo informações prestadas por familiares, Prof. Diomedes foi transferido para o Norte de Boa Vista do Rio Branco, na Fazenda Aramirá (município de Normandia), localizada nas proximidades do rio Maú de propriedade do Sr. Cavalcante Mello, seu amigo. Nesta localidade, nasceram seus filhos⁶: Ubirajara Pinto Souto Maior em 1905, Jandira Pará Souto Maior em 1908, Aracy Pará Souto Maior em 1909, Joel Pinto Souto Maior em 1911, Joaquim Pinto Souto Maior em 1912, Diomedes Pinto Souto Maior em 1915 e Coema Pará Souto Maior em 1919.

Seguindo sua trajetória rumo ao município, se instalou em uma fazenda de propriedade de José Magalhães às margens esquerda do Rio Branco, denominada São Lourenço⁷. Conforme informações de familiares, no ano de 1921, sua esposa, a Sr^a. Bernadina Rodrigues Pará, veio a falecer sendo sepultada nesta fazenda. Quanto a este acontecimento, o seu ex-aluno Chagas Duarte relembra:

“Muito respeitado e reconhecido pelo seu saber, foi entretanto um homem simples, sem vaidade. Perdeu sua esposa cedo e criou seus filhos com dedicação e amor. A saudade da mulher fazia-lhe sereno, quando no “Dia de Finados” visitava sua sepultura em São Lourenço”. (Informação verbal)

Por razões até mesmo desconhecida pelos familiares ou pela necessidade de trabalhar onde tinha um sonho, o Prof. Diomedes decide morar no município de Boa Vista do Rio Branco. Mas, qualquer que tenha sido o motivo, preferiu levar a sua vida em austera compostura, ditada pela sua consciência intransigente, tendo dedicado por 44 (quarenta e quatro) anos da sua vida ao magistério no atual Estado de Roraima, sempre lecionando em escola pública (em prédio alugado) ou em escolas particulares (na sua própria residência). Neste ínterim, teve a oportunidade de exercer o cargo de Promotor Público da Comarca de Boa Vista do Rio Branco no ano de 1921 por período de quatro meses.

Como pioneiro, o Prof. Diomedes presenciou as dificuldades do local, por exemplo, o meio de transporte utilizado na época eram as embarcações de motor, dificultando o movimento das pessoas em virtude de não existir estradas que ligasse uma região à outra, como afirma a sua filha, Sra. Coema Souto Maior Nogueira:

⁷ A Fazenda São Lourenço estava localizada à margem esquerda do rio Branco, aproximadamente à 8 Km de Boa Vista.

“As coisas eram muito difíceis na década de 1900. Os meios de transporte eram aviões e embarcações que faziam o trecho Manaus/Boa Vista, levando e trazendo passageiros e cargas” (Informação verbal).

Notadamente, as dificuldades também evidenciava-se quanto aos meios de comunicação, pois era de praxe o Prof. Diomedes receber mensagens através da Repartição Geral dos Telégrafos que eram entregues em mãos.

O Prof. Diomedes exerceu o magistério por mais de quatro décadas, preparando várias gerações. Suas experiências eram enriquecidas - apesar das dificuldades da época - com os materiais que possuía, como: livros didáticos, mapas do Brasil e do Mundo, etc. Lecionava a nível de 1ª a 4ª série primária e 5ª série ginásial, ministrando todas as disciplinas elevando o nível cultural de seus alunos, sendo estes preparados para prestarem concursos em qualquer lugar do país, principalmente no Estado do Amazonas, onde eram sempre bem conceituados, como afirma sua filha e ex-aluna Coema Souto Maior Nogueira:

“Muitos dos seus alunos, que se deslocavam para estudar em outros estados, despertavam admiração nos professores, que custavam a crer terem eles cursado apenas o primário, dado o grau elevado de conhecimentos que haviam assimilado, notadamente em Português e Matemática. A aluno seu não podia falar e nem escrever errado. O Português tinha que ser correto, se errasse era imediatamente corrigido.” (Informação verbal)

Ao concluírem o ano letivo, os alunos do Prof. Diomedes recebiam certificados de conclusão e nele constava o conceito final.

O Prof. Diomedes era uma pessoa extremamente organizada, tinha horário para tudo, trabalho, leitura diária, descanso, etc., o seu principal lazer, era ouvir à noite o noticiário da BBC de Londres em português pelo rádio no Mourabar⁸ em companhia dos amigos: Sr. Ermenegildo Sampaio e de Antonio Moura Luitigard.

Os seus ex-alunos guardam na memória alguns acontecimentos, conforme relembra o Sr. Chagas Duarte:

“O Prof. Diomedes vinha todas as noites ouvir a BBC de Londres no Mourabar. Com sua lanterna de longo alcance. Quando ele saía do Mourabar, nós estávamos brincando (éramos mais ou menos 15 alunos). Ele saía e focava na gente, todo mundo se escondia, porque se ele visse alguém e se no outro dia não soubesse a lição, ele ficava bravo e dizia: “Você estava brincando, por isso não sabe a lição”. Em não sabendo a lição, havia o castigo: ficar de pé em frente da turma. (Informação verbal)

A sua ex-aluna a Srª. Maria Teles do Nascimento complementa:

“Para ficar bem informado sobre os assuntos nacionais e internacionais (pois a 2ª Guerra Mundial estava começando), todas as noites ele e muitos outros moradores se dirigiam até

⁸ O Mourabar localizava-se na esquina da Av. Jaime Brasil com a Rua Bento Brasil, hoje funciona uma lanchonete.

o Mourabar, na Jaime Brasil, onde um possante rádio era sintonizado nas rádios Nacional e BBC de Londres, que transmitiam as notícias”. (Informação verbal)

A filha do Sr. Antonio Luitigard Moura, a Sr^a. Carmem Moura Refkalesfky (ex-aluna), fala com orgulho de um relógio que já pertenceu ao Prof. Diomedes:

“Eu tenho um Relógio que existe há mais de 75 anos, que foi do meu pai (Antônio L. Moura), ele comprou do Prof. Diomedes que o trouxe da Paraíba. Em uma festa da Marçonaria foi distribuído um selo com V da Vitória da Segunda Guerra Mundial e foi colocado no relógio. O seu Moisés dividiu ele em três partes e cores diferentes, com o intervalo de vinte minutos cada, que era para facilitar a contagem do tempo do jogo de sinuca no Mourabar”. (Informação verbal)

De temperamento reservado, não visitava ninguém, tendo um grande números de amigos da capital e do interior. No dia de seu aniversário o carinho era bem evidenciado pela grande afluência de pessoas no afã de prestar-lhe homenagens, inclusive, registrando o dia tirando fotografias com seus familiares e alunos. Era comum também receber bilhetes de felicitações dos seus amigos parabenizando-o.

O Professor Diomedes faleceu em 06 de julho de 1947, vítima de um ataque fulminante de “Angina Pectoris”, foi sepultado no Cemitério de Boa Vista, onde encontra-se edificada hoje, a Catedral do Cristo Redentor. Seus ossos foram transladados para o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, localizada no Bairro São Vicente nesta cidade.

Durante o velório, o Sr. Nuno R. Vieira, Secretário de Agricultura na época, discursou, prestando homenagem ao Prof. Diomedes. Este dia é relembado com tristeza por seu ex-aluno Jorge Fraxe:

“No dia de sua morte, estávamos jogando bola em um campo que era ali onde hoje é o “Aipana Plaza Hotel”, quando soubemos, deixamos a partida de futebol e viemos para o velório. Foi uma tristeza geral na cidade”. (Informação verbal)

Análise do Processo Ensino e Aprendizagem do Prof. Diomedes, destacando a Disciplina da Geografia

A metodologia utilizada pelo Prof. Diomedes fundamentava-se na Pedagogia Tradicional, onde sua aplicação era realizada de forma mecânica, desvinculada de uma abordagem crítica e inibida da participação do aluno, tornando-se um marco de referência para todas as demais teorias empiricamente válidas de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento humano que surgiram depois da tradicional (Pedagogias: Tecnicista, Libertadora, Renovada, etc.), formando uma de suas características fundamentais, onde a metodologia tradicional baseava-se mais freqüentemente na aula expositiva e nas demonstrações do professor à classe. Este processo persistiu no tempo em diversas práticas de ensino (LOPES, 1991).

Sendo assim, a Geografia não diferenciava desta realidade, segundo ANDRADE (1993), era baseada apenas nos recursos de memorização, exigia-se dos estudantes que decorassem uma grande quantidade de nomes de acidentes geográficos e de fatos da ocupação humana. Entretanto, somente a partir da década de 30, surgiu uma coleção de livros didáticos escritos por diversos autores, baseados nos princípios de Vidal de La Blache (fundador da escola francesa de geografia) adaptada no Brasil, apresentando-se com textos, não só modernizados e enriquecidos, como também mapas, cartas e fotografias, características estas da Geografia Tradicional.

Os alunos do Prof. Diomedes sabiam todos os municípios do Amazonas de forma memorizada, população, clima, as capitais dos estados brasileiros. Ele fazia questão de todos saberem: todos os países da Europa; que a Inglaterra ficava em uma ilha; onde ficava Gibraltar; o Canal de Suês, Canal do Panamá, sua extensão, profundidade, quando foi feito; quais são os Oceanos que ligam o Canal de Suês, onde ficam as Pirâmides do Egito; o Arco do Triunfo; as Cordilheiras dos Andes; etc...

É dentro deste contexto que o ex-aluno Dorval de Magalhães relembra:

“Na matéria de Geografia, ele dava Geografia Geral e Geografia do Brasil, os alunos da 3ª série sabiam os nomes dos principais acidentes Geográficos do mundo. Onde fica o canal de Suez, canal de Panamá, o Golfo Pérsico, o Golfo do México, o Mar Morto, os continentes e suas áreas, as montanhas, as extensões das baías, profundidades dos mares”. (Informação verbal)

O ex-aluno Raimundo Marques, complementa:

“Em Geografia, não se estudava só os Estados, mas os principais municípios do Amazonas, pela seqüência conforme a distância até Manaus, também os principais rios do Amazonas, etc. Em termos do Universo (à nível mundial), estudava-se os continentes, fronteiras dos países ... e de maneira muniçada mesmo o seu ensino”. (Informação verbal)

Segundo LOPES (1991), na literatura didática a aula expositiva tem sido identificada como a mais tradicional das técnicas de ensino e na educação brasileira sua utilização como meio de transmissão de conhecimentos na sala de aula aparece desde o plano pedagógico dos jesuítas, considerado como o marco inicial do ideário pedagógico nacional, até os mais recentes livros de didática.

Até a década de 30, aproximadamente, predominava nas escolas brasileiras a concepção pedagógica tradicional. É nessa concepção, que LOPES (1991) situa o professor como o centro do processo de ensino, dominando os conteúdos fundamentais a serem transmitidos aos alunos. A importância dada ao papel do professor como transmissor do acervo cultural legou ao chamado ensino tradicional um caráter verbalista, autoritário e inibidor da participação do aluno, aspectos estes transferidos para a aula expositiva, considerada como técnica de ensino padrão da Pedagogia Tradicional. Assim sendo, seria válido questionar se essa atividade ainda poderia ser considerada uma técnica

de ensino capaz de produzir uma aprendizagem duradoura por parte dos alunos.

Como em todo o processo de ensino-aprendizagem, mesmo para a época em que ministrava suas aulas, o Prof. Diomedes utilizava os recursos didáticos disponíveis, conforme declara o seu ex-aluno Sr. Mário Abdala:

“Estudávamos em livros específicos para as disciplinas de Português/Gramática, Matemática/Aritmética, História do Brasil, Geografia Universal e do Brasil. No caso da Geografia, tínhamos que memorizar nomes de rios, montanhas, indústrias, cidades, estradas, os países e suas capitais, etc. A metodologia de hoje é muito diferente da nossa, nós tínhamos o ABC, o Ensino Rápido, o 1º, o 2º e o 3º livro, Alma das Coisas e Páginas Brasileiras, que era um livro volumoso, um compêndio abrangendo todo o Brasil”. (Informação verbal)

Neste contexto, a metodologia do Prof. Diomedes não fugia desta realidade, já trazia consigo uma formação profissional adequada para a época, como afirma a sua neta, Sr^a. Maria Mirna Souto Maior Sarah:

“O vovô Diomedes recebeu uma formação acadêmica da escola tradicional, e esta era a escola que ele conhecia: a escola antiga, tradicional, austera, com o uso da palmatória, sua digna auxiliar na sala de aula. Era exigente, sério, com muita capacidade de liderança. Exigia sempre que seus alunos aprendessem todo o conteúdo a que ele se propunha ensinar. Era um professor do ensino primário, mas os conhecimentos que ele transmitia ultrapassavam o currículo do que hoje chamamos ensino de 2º grau.” (Informação verbal)

Quanto a técnica de ensino utilizada pelo Prof. Diomedes, isto é, a aula expositiva, o seu ex-aluno Sr. Chagas Duarte, declara:

“Era um homem duro, não brincava em serviço, não admitia conversar, brincadeiras, era da época da “palmatória”. O ensino dele era famoso, e mais famosas ainda eram suas “palmatórias”. Suas aulas eram expositivas, tudo com muita clareza e simplicidade, ensinava realmente com conhecimento. Homem estudioso, dedicado à família, de vida metódica, foi sem dúvida um excelente professor. (Informação verbal)

Durante as aulas em sala, segundo as informações coletadas durante a entrevista, os alunos se comportavam da melhor maneira possível, havia muita disciplina, reinava a ordem e maior respeito, de acordo com as exigências do Prof. Diomedes, pois não havia discórdância.

Dentre as técnicas utilizadas, se destacam: o estudo era realizado através dos livros didáticos, leituras orais, interpretação de textos, cópias, ditados, interrogatório oral, exercícios, etc.

A metodologia da época era a tradicional, incluindo o uso da palmatória, onde o Prof. Diomedes identificava por nomes próprio, conforme declara seu ex-aluno Sr. Waldir Abdala:

“Todo o aluno que ele reprendia em sala de aula como na sabatina, ele aplicava a palmatória, que eram duas: CABOCLA e FACEIRA, a Cabocla, era a palmatória leve, feita de Pau-de-Cedro e a outra era feita de Darora, uma madeira mais pesada. (Informação verbal)

No final do ano, os alunos faziam uma avaliação final, que era aplicada pelos inspetores que vinham do Estado do Amazonas e eram sempre bem conceituados, conforme declara o ex-aluno do Prof. Diomedes, Sr. Jorge Fraxe:

“Lembro também, que naquela época vieram examinadores de Manaus. Todos os anos éramos examinados e aprovados.” (Informação verbal)

O seu ex-aluno, o Sr. Mário Abdala também relembra de um acontecimento:

“O nosso exame era feito em novembro, o Estado de Amazonas mandava uma equipe de professores para fazer o nosso exame em Boa Vista, vinham Juiz, Promotor... só vinha gente grande, para fazer os exames.” (Informação verbal)

Com o surgimento de críticas ao ensino verbalista, centrado no professor, o qual contrapunha-se aos chamados métodos modernos de ensino, a aula expositiva passou a ser vista como técnica ultrapassada, sendo os professores que continuavam a utilizá-la como atividade predominante na sala de aula taxados de conservadores e contrários a inovações em sua prática pedagógica (LOPES, 1991).

Considerações Finais

Este estudo procurou mostrar, que uma sociedade se forma e se edifica através de homens com caráter decidido, capazes de influenciar em certos momentos na vida das pessoas, como foi o caso do Prof. Diomedes, imigrante este que, após percorrer por vários Estados brasileiros, em Roraima vivenciou o surgimento como também a evolução da cidade de Boa Vista, ao mesmo tempo que repassava os seus conhecimentos para uma considerável parcela da população.

Tendo em vista que a maior parte deste trabalho esteve voltado para a história oral, foi possível desvendar acontecimentos reais até então ocultos sobre o Prof. Diomedes, e, em algumas oportunidades, poder comprovar através de documentos antigos. Assim, sinto-me gratificada por encontrar o caminho de dirimir todas as dúvidas que ocorreram, mesmo sem poder esclarecer algumas situações, devido o grau de dificuldade da temática com a escala temporal estabelecida, pois, faltaram fontes vivas que viesse oferecer informações mais precisas, por exemplo, o próprio objeto deste Estudo de Caso: o Prof. Diomedes. Mesmo assim, os resultados obtidos são surpreendentes, considerando o fato que os envolvidos neste processo de investigação (familiares e ex-alunos), guardassem “adormecidos” momentos inesquecíveis de suas vidas, na convivência com esse personagem ilustre e muito querido para eles, que foi o Prof. Diomedes, e, nessa ocasião,

revivessem com indiscreta lucidez fatos ocorridos, em um passado já bem distante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e descaminhos da Geografia**. 2. Ed. Campinas, SP: papirus, 1993. 88 p.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995. 272 p.
- FREITAS, Aimberê. **Figuras da nossa história**. Boa Vista: DLM Desenho Letra & Música, 1998. 80 p.
- LOPES, Antônia Osima. Aula expositiva: superando o tradicional. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) **Técnicas de ensino: Por que não?** Campinas-SP: Papirus, 1991. P. 35 – 48. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).
- MAGALHÃES, Durval de. **Roraima: Informações Históricas**. Rio de Janeiro: GRAPHOS, 1986. 160 p.
- NASCIMENTO, Teresa Kátia Alves de e SANTOS, Sharon Cristina Rocha dos. **Documentário sobre o Professor Diomedes Pinto Souto Maior**. Boa Vista: 1995. 50 p. (Mimeogr).
- SILVEIRA, I e GATTI, M. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, *Antropologia*, 4(1): 43-1988.
- SOUZA, Itamar de. **Migrações Internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980. 143 p.

Aspectos Geológicos e Geomorfológicos da Ilha de Maracá, Roraima.

Costa, J.A.V^{*}.; Souza, V^{**}. de; Pinho, M. da C^{***}.

INTRODUÇÃO

A ilha de Maracá situa-se no município de Amajari, 135 Km à noroeste de Boa Vista-RR, como particularidade é considerada como uma das maiores ilhas fluviais do mundo. Exibe uma configuração triangular desenhada pelo desmembramento à oeste e junção à leste do rio Uraricoera (Fig.01).

A referida ilha apresenta peculiaridades que despertam grande interesse no campo científico. Atualmente tombada como Estação Ecológica, sob a administração do IBAMA-RR, é alvo de estudo de pesquisadores nacionais e internacionais.

Nesse trabalho, são resumidos os dados referentes aos aspectos geológicos e geomorfológicos da ilha. Dados da porção oeste da ilha foram correlacionados e reinterpretados a partir da literatura disponível, enquanto que a porção leste foi mapeada em escala de semi-detulhe, principalmente no que se refere aos aspectos geoestruturais.

Durante a realização desse estudo, informações foram obtidas por meio da interpretação cartográfica das Folhas Tepequém (NA.20. X-A-III), Uraricoera (NA.20.A-IV) e Maracá (NA.20.X-A-VI), todas na escala 1:100.000. Pesquisas bibliográficas e mapeamento de campo em trilhas e nos “furos” das drenagens foram o principal suporte para a interpretação dos dados.

HISTÓRICO

De acordo com Hemming et al. (1988), na língua Macuxi maracá significa “chocalho”, acreditando-se que essa denominação teve origem a partir da população que ora ocupava a região. A ilha foi mencionada a partir de 1740, quando naquele ano o então governador do Pará enviou uma expedição com o objetivo da captura de indígenas na região noroeste do Amazonas. Ainda nesse século, o paraense capitão Francisco Ferreira subiria com frequência o Rio Branco e Uraricoera onde capturavam um número significativo de “pagãos” para a Colônia do Rio Negro. Os primeiros esforços de colonização da região foram uma iniciativa dos espanhóis, a partir da Venezuela, onde uma das primeiras colônias foi criada ao longo da referida ilha.

^{*} Prof. Adjunto I, Dpto. de Geociências/ UFRR

^{**} Prof. Assistente II, Dpto. de Geociências/UFRR

^{***} Discente do Curso de Licenciatura Plena em Geografia

ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

A ilha de Maracá está localizada em uma fronteira biogeográfica, formada em sua maior parte por florestas tropicais a oeste em cotas superiores a 200 metros, com savanas e charcos a leste, em relevo de baixa altitude com pequenos igarapés e áreas sazonalmente influenciadas pelas chuvas, formando ambiente de alta diversidade biológica (Fig. 02).

Dados pluviométricos coletados na Estação Ecológica de Maracá – ESEC, correspondendo aos anos 1989 a 1993 mostram que nesse período a pluviosidade anual média foi de 1742 mm. Na região, em geral o mês mais úmido é julho e o mais seco fevereiro. A temperatura média da área varia entre 23 – 29 °C.

Floresta de terra firme distribui-se amplamente pela ESEC, constituindo cerca de 84% da vegetação (Furley et al., 1994), onde 60% são florestas sempre verde e 40% corresponde a florestas decíduas e semi-decíduas. Pequenas manchas de vegetação tipo savana bordejam o setor leste da ilha

ASPECTOS GEOLÓGICOS

O reconhecimento geológico pioneiro da região de Maracá foi realizado por Montalvão et al., (1975), onde esses autores descreveram a ocorrência de litotipos pré-cambrianos, a exemplo de gnaisses e kinzigitos interpretados como oriundos de zonas de alta pressão, além de moscovita – biotita gnaisses de origem sedimentar, os quais foram englobados no Complexo Guianense. Descreveram ainda riolitos cinza rosados e granitóides rosados de granulação média tipo Serra do Mel.

Martini (1998) em mapeamento de semi-detalle (esc. 1:100.000), identificou diferentes litotipos, a exemplo de gnaisses tonalíticos, biotita gnaisses, quartzo – biotita xistos, etc., os quais foram mapeados com a preocupação de correlacioná-los aquelas rochas reconhecidas no Projeto Roraima de Bomfim et al. (1974). Martini (op. cit.) sugere por exemplo, que gnaisses com feições migmatíticas poderiam ser correlacionados a Suíte Metamórfica Uraricoera, similarmente os quartzo – biotita xistos com a Suíte Metamórfica Parima e as rochas granitóides ao Granito Mucajá. O referido autor elaborou um mapa geológico o qual é adotado no presente trabalho e sobre o qual é realizada uma primeira aproximação da geologia estrutural para a ilha de Maracá (Fig. 02)

GEOLOGIA LOCAL

Levantamento geológico de semi-detalle foi realizado na porção leste dos furos Maracá e Santa Rosa o qual permitiu identificação e individualização de diferentes litotipos, bem como dado ênfase a disposição espacial dessas rochas.

Em afloramentos ao longo dos furos verificou-se de leste a oeste a distribuição de um embasamento ígneo-metamórfico caracterizado por quartzo-biotita xistos, granitóides ácidos, gnaisses tonalíticos e localmente no furo Maracá a presença de vulcânicas ácidas. Indistintamente todos os contatos são feitos através de zonas de cisalhamento de caráter dúctil, orientadas em três direções a saber: NE-SW, NW-SE e mais raramente N-S, interpretadas como parte de um sistema de cavalgamentos pré-cambrianos.

Quartzo-biotita xistos

Estes litotipos ocorrem predominantemente no extremo leste da ilha de Maracá. Apresentam tonalidades cinza-esbranquiçadas, de granulação fina a média e localmente grossa. Uma característica marcante é a presença de uma alternância de bandas micáceas e níveis quartzo feldspáticos. Exibe forte foliação milonítica definida pela orientação de minerais micáceos disposto na direção aproximadamente N-S com atitude 89/085

De acordo com Martini (1998) essas rochas também estão dispostas no extremo oeste da ilha orientadas na direção NW-SE. O referido autor com base em análise petrográfica descreve a presença de sillimanita, o que indica que possivelmente essas rochas foram derivadas de pelitos (rochas siltico-argilosas) em ambiente metamórfico de média pressão.

Granitóides ácidos

Granitóides ácidos comparecem em pequenos afloramentos logo após os alinhamentos de quartzo-biotita xisto. Devido constituírem afloramentos restritos na forma de pequenos núcleos e em função do nível das águas não foi possível caracterizar as relações de contatos dessas rochas com as demais.

Macroscopicamente exibem tonalidades cinza-esbranquiçada com pontuações rosadas, e apresenta granulação fina média. Em algumas amostras o mineral máfico predominante é a hornblenda em outras a biotita constitui o principal máfico.

Esse litotipo aparentemente não exibe foliação proeminente, apenas localmente apresentam uma ligeira alternância de faixas constituída por hornblenda e faixas quartzo-feldspáticos.

Gnaisses Tonalíticos

Os gnaisses tonalíticos representam litotipos de maior distribuição espacial na Ilha de Maracá, sendo amplamente reconhecidos ao longo do furo Maracá e Santa Rosa.

Correspondem a rochas de granulação média à grossa de tonalidades claras com pontuações cinza-preto definidas pela presença constante de feldspatos do tipo plagioclásio e biotita.

No furo Santa Rosa observou-se a ocorrência de um veio pegmatítico de composição granítica encaixada em tonalito de granulação fina.

Vulcânicas Ácidas

Localmente, em afloramento restrito (3°18'45" N – 61°30'44" W, furo Maracá) observou-se uma ocorrência de vulcânicas ácidas de cor cinza-esbranquiçada e tonalidades rosadas de granulação fina apresentando feições de dobras fluxos indicativas de derrames vulcânicos. Esse litotipo é correlacionável no trabalho como pertencente ao Grupo Surumu, sendo este o primeiro reconhecimento dessa unidade na ilha de Maracá. Tal possibilidade foi aventada por Montalvão et al (1975) e agora confirmada.

ASPECTOS GEOMORFOLÓGICOS

Introdução

As descrições geomorfológicas foram baseadas principalmente em Bigarella & Ferreira (1985) e McGregor & Eden (1998), que obtiveram informações a partir do exame de imagens de sensores remotos e em alguns perfis. Investigações adicionais foram obtidas ao longo dos furos Maracá e Santa Rosa e ao longo de trilhas localizadas na região leste da ilha.

A Ilha de Maracá para leste é mostrada em mapas como uma nesga limitada pelo relevo de uma superfície entre o final do Terciário (Plio-Pleistoceno), denotada por Bigarella & Ferreira (1985) referida como pediplano Pd1, para leste e uma superfície mais alta do Terciário Superior (Mioceno Superior - Plioceno Inferior) denominado como pediplano Pd2 para oeste. Segundo os autores, a ilha de Maracá teve sua origem a partir da combinação do controle geológico e captura de rio.

A compartimentação geomorfológica da ilha foi realizada por McGregor & Eden (1998), os quais identificaram cinco classes de domínios geomorfológicos compreendendo duas classes de terrenos altos, duas classes de terrenos baixos e uma planície de inundação contemporânea.

Classe 01 – Terrenos Elevados (superfície de topo)

Estes terrenos cobrem cerca de 9,2% da ilha. São os mais altos da ilha de Maracá, encontrados principalmente na metade oeste da ilha, com altitude que variam entre 250 a 331 metros. É caracterizado por alta frequência de dissecação e por topos arredondados

Classe 02 – Terras Altas

Corresponde cerca de 5,3% da ilha Compreendendo terrenos com cota em torno de 170 a 250 metros acima do nível do mar, estendendo-se até a metade leste da ilha. Caracterizado em fotografia aérea por topos arredondados, com baixa frequência de dissecação.

Classe 03 – Terras Baixas (moderadamente dissecadas)

Cobre cerca de 39,3% da ilha. Ocorre por toda a ilha, compreendendo quase que toda a porção leste de Maracá. É caracterizada por, relativamente amplos interflúvios em altitude de 110 a 150 metros. O grau de dissecação é menor do que os da classe 1 e 2.

Classe 04 – Terras Baixas (levemente dissecada)

Representa aproximadamente 40% da ilha, se constituindo na unidade de maior distribuição comparecendo principalmente na porção N-S na faixa mediana da Ilha. Eleva-se suavemente em altitude de cerca de 100 metros acima do nível do mar. São terrenos caracterizados por um baixo grau de dissecação, resultando em uma textura uniforme nas fotografias aéreas.

Classe 05 – Planície de Inundação Contemporânea

A unidade cobre cerca de 6% da Ilha, onde são identificadas na topografia pela presença de bordas escarpadas, ruptura do relevo plano é visível em lugares em contato com áreas de terrenos sazonalmente inundados como aqueles imediatamente ao sul da Estação Ecológica de Maracá.

Aspectos Geomorfológicos Locais

Conforme revelado no esboço das curvas hipsométricas, o setor nor-nordeste da Ilha de Maracá demonstra que essa região é sustentada pelo relevo mais baixo da ilha, incorporando cotas no intervalo entre 128 a 150 metros. Localmente em zonas deprimidas

relacionadas a planície de inundação do sistema Uraricoera, a altitude em relação ao nível do mar atinge valores da ordem de 65 a 80 metros. O setor central e em direção oeste é sustentado predominantemente por uma superfície de degradação com cotas em relação ao nível do mar em intervalo entre 150 a 200 metros.

As expressões de relevo positivo mais significativo ocorrem de forma pontuais distribuída pela Ilha, onde elevações situam-se entre 200 a 250 metros. As maiores elevações estão representadas por morros restritos que atingem altitude de até 331 metros, a exemplo do setor centro-oeste da Ilha.

Com relação aos perfis das encostas observa-se que esses geralmente são suaves e sustentados por savanas na porção leste da ilha. Entretanto, aquelas elevações em que o afloramento de rochas predominam em relação ao perfil do solo, as encostas tornam-se mais íngremes e sustentadas por florestas no setor oeste da ilha.

De acordo com McGregor & Eden (1998) formas idênticas a morros em meia laranja descritas por toda a Amazônia não foram identificados na área Maracá, com tudo, os referidos autores indicam a existência de elevações formadas por processos erosivos e remoção de material na base das elevações sustentadas por camadas pouco consolidadas, resultando na formação de relevos elevados *basal sapping*, o que explicaria a formação de escarpamentos das áreas de savanas.

Nesse mapeamento realizado ao longo de trilhas situadas na interface floresta-savana, observou-se que em termos do perfil topográfico a floresta sustenta pequenas elevações constituídas por areias finas, puras (lixiviadas) e bem selecionadas. Tal característica também é verificada nas diminutas áreas remanescentes de savana (refúgios).

Aparentemente essas pequenas elevações atualmente sustentadas por florestas ombrófila aberta, onde o solo é constituído por areias limpas e bem selecionadas e dispostas no limite floresta-savana, sugere que as mesmas podem representar uma extensão do sistema de paleodunas descritas por Schaefer & Dalrymple (1995) na região nordeste de Roraima, quando da existência de condições climáticas mais secas nessa região ao final do Pleistoceno.

Tal sugestão também é feita com base na concepção de que a região da ilha de Maracá representa a planície de inundação primária do sistema Uraricoera que escapou da captura do sistema rio Branco e que aquela época fazia parte de uma região de savana, portanto, com clima mais seco que o atual e o rio escoava na direção nordeste, e atualmente na região de Maracá essas paleodunas, que a princípio foram fixadas por gramíneas, hoje estão fixadas pela floresta que parece avançar sobre a savana o que é sugerido pelos refúgios de savana envolvidos por floresta principalmente na borda leste da ilha Maracá (Fig. 02) e ainda que os furos Maracá e Santa Rosa podem representar uma barreira natural ao avanço da floresta aliada a atividades antrópicas nas adjacências da ilha.

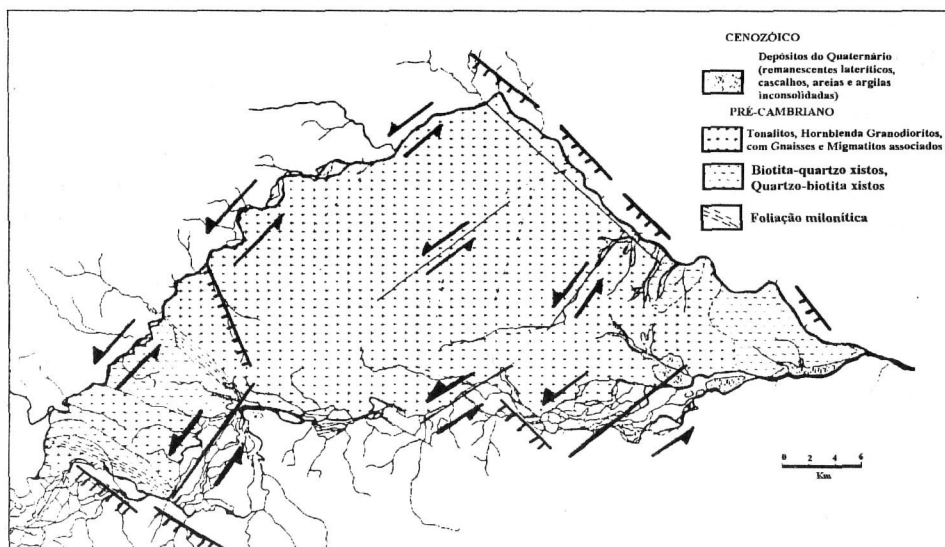
Considerações sobre a rede de drenagem

De imediato as feições da rede de drenagem que mais chamam atenção quanto ao comportamento do sistema fluvial são: i) as abundantes anomalias de drenagens refletidas pela existência de cursos abruptamente interrompidos e deslocados por outra direção; ii) o padrão entrelaçado de vários “braços” que delineiam o furo Maracá e; iii) os inúmeros trechos encachoeirados tanto nos furos Santa Rosa ao norte, quanto no furo Maracá ao sul.

A ilha tem sua configuração vinculada a descontinuidades caracterizadas como falhas transcorrentes e normais que promoveram generalizadamente capturas do sistema Uraricoera. Essas capturas estão condicionadas a rede de falhamentos, que por vez se truncam, a exemplo dos principais sistemas de falhas transcorrentes (NE-SW) e normais (NW-SE), que se interceptam, a exemplo, do extremo norte da ilha, na corredeira Tipurema, situado no furo Santa Rosa (Fig.03).

O padrão de drenagem dominante do furo Maracá é representado por um sistema anastomosado com grandes número de pequenos tributários que permeiam o limite sul da ilha (Fig.01).

Fig. 03. Esboço Estrutural da Ilha de Maracá. Geologia Segundo Martini (1998).



No extremo oeste da ilha, a partir do qual tem nisso a bifurcação do rio Uraricoera nos furos Santa Rosa e Maracá a altitude é de aproximadamente 200 metros. O furo

Maracá com seu padrão fluvial anastomosado individualiza várias pequenas ilhas formada pelo falhamento e dissolução das rochas do embasamento onde, em muitos casos a vegetação assenta-se diretamente sobre as rochas sem a presença de um horizonte de solo.

O furo Santa Rosa que inicia-se com altitude a cerca de 200 metros do nível do mar, abate-se em torno de 100 metros atingindo o médio curso na corredeira Tipurema, a partir desse ponto, as corredeiras tornam mais amena e suaves indicando pequenos deslocamentos e a drenagem torna-se meandrante. Vale ressaltar que inúmeras corredeiras no furo Maracá e Santa Rosa refletem afloramento rochoso praticamente malterado.

No extremo leste da ilha ao retornar a fluir em um único canal, o rio Uraricoera tem altitude em torno de 100m, de maneira geral isso indica abatimentos progressivos de W-E com de rejeito aproximado de 100 metros em um trecho de relativamente pequeno.

Feições deposicionais são abundantes ao longo dos furos, a exemplo dos cordões de areias micáceas denotadas principalmente no período das águas baixas, como produto da perda de energia transportada do rio, aliada aos obstáculos naturais que em geral são *formados por afloramentos do embasamento cristalino*.

Outra feição de destaque, agora de caráter erosivo fluvial é a presença de inúmeras marmitas em meio aos afloramentos rochosos, elaboradas pelo trabalho turbilhonar abrasivo das águas contendo partículas sólidas. Durante o período das secas, com o rebaixamento dos níveis das águas, grande parte dessas marmitas cessam sua atuação erosiva e passam a conter depósitos arenosos.

CONCLUSÃO

A geometria da ilha de Maracá está condicionada a extensos lineamentos pré-cambrianos. Durante o Cenozóico, essas anisotropias experimentaram movimentos como falhas normais e transcorrentes, onde com freqüência, em uma das margens das drenagens observam-se a presença de patamares sustentados por latossolo amarelo e na margem oposta é verificada a faixas de planícies de inundação recentes, em particular no setor norte – leste da ilha.

Os dados obtidos permitem indicar que a ilha de Maracá tem sua feição geral condicionada a movimentação de blocos em falhas normais que conduziram a uma excepcional captura de rio, produzindo extensas anomalias de drenagens, principalmente nas direções NE – SW e NW – SE, como bem demonstrado no extremo norte e sul da ilha. Portanto, tais capturas de mudança do curso fluvial define a configuração geográfica da ilha de Maracá.

AGRADECIMENTOS

Os autores externam seus agradecimentos ao Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA,RR por permitir a utilização das instalações da Estação Ecológica Maracá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIGARELLA, J.J. & FERREIRA, A.M.M. 1985. *Amazonian geology and the Pleistocene and the Cenozoic environments and paleoclimates*. In: Prance, G.T. & Lovejoy, T.E. (Eds.) Amazonia Pergamon. 49-71
- BOMFIM, L. T. C. Rosa, D.B.; GRANCURSI, F. D.; SOUZA, F. C. RAMGRAB, G. E.; UCHÔA, I. B.; MEDEIROS, J. B.; OLIVEIRA, J. F.; VEIGAS FILHO, J.; MANDETTA, P.; MAIA, R. G. N. R.G. N.; SOUZA, S. L.; PINHEIRO, S.S. *Projeto Roraima*. Manaus. Convênio DNPM.; 10v Relatório Final. 1974
- FURLEY, P; DARGIE, T.C.; PLACE, C. J. (1994). *Remote Sensing and the establishment of Geographical information system resource management on and around Maracá Island*. In: J. Hemming (ed) the Rainforest Edge. Plant and Soil Ecology of Maracá Island, Brazil, Manchester University Press. Manchester. p. 115-133.
- HEMMING, J, RATTER, J. SANTOS. A. A. dos. *Maracá – Roraima/Brasil* tradução Stella Engelberg Meyer, Mary Louise Belnstein], São Paulo, Empresas das Artes, ICI Brasil S/A, 1988. 158p.
- MARTINI, J. M.. *Aspectos of the Geology of Ilha de Maracá*. In: *The Biodiversity and Environment of na Amazoniam Rainflorest. Wiiliam Milliken James and & A. Ratter (Ed.)*, 1998. p. 13-23
- McGREGOR , D. F.M. & EDEN, M. J. *Aspectos of the Geology of Ilha de Maracá*. In: *The Biodiversity and Environment of na Amazoniam Rainflorest. Wiiliam Milliken James and & A. Ratter (Ed.)*, 1998. p.25-46.
- MONTALVÃO, R.M.G.; MUNIZ, M. B.; ISSLER, R. S.; DALL'AGNOL, R.; LIMA, M. I. C.; FERNANDES, G. G. *Folha NA.20 Boa Vista e parte das folhas NA.21, Geologia*, DNPM. Levantamento de Recursos Naturais, 8v. Projeto RADAMBRASIL. Rio de Janeiro. 1975. p. 26-136
- SCHEFER, C. & DALRYMPLE, J. *Landscape evolution in Roraima, North Amazonia: Planation Paleosols and Paleoclimates*. Z. Geomorph., 39 (1): 1-28.

Venezuela/Brasil: Evolución de sus relaciones diplomáticas durante la Guerra Fria

Alejandro Mendible Z.*

En el período de la posguerra las relaciones diplomáticas venezolano-brasileñas se incrementan de manera armoniza pero posteriormente; a partir de 1964, entran en una etapa de desconfianza y falta de entendimiento entre los gobiernos respectivos determinado por las crecientes complicaciones internas de la política brasileña. A lo anterior se le suman causales estrechamente relacionadas con factores externos surgidos durante el contexto de la guerra fría y acentuadas en la región por la incidencia de la Revolución cubana. En la actualidad el estudio de este capítulo toma nuevo interés para comprender la superación histórica producida con el establecimiento de promisorias relaciones mediante el acercamiento entre dos sociedades que en el pasado vivieron de espaldas y hoy buscan un destino común en el Mercosur. Esta realidad incide en el incremento de las relaciones diplomáticas tradicionalmente impulsadas por el estado y su burocracia para transformarse en relaciones internacionales mediadas por los diferentes actores de la sociedad civil.

En el presente trabajo se destaca la importancia en la continuidad de las labores de las Comisiones de Limites; así como, la incidencia territorial reivindicaba surgida del descubrimiento en 1951 de las cabeceras del río Orinoco. La misma constituye la única gratificación territorial lograda por nuestro país en su vida republicana. También, se destacan las gestiones tendientes a mejorar las relaciones económicas durante la década de 1950; sin embargo, la falta de correspondencia entre las formas de los gobiernos dictatoriales y democráticos alejaron tales posibilidades y las relaciones se fueron reduciendo hasta llegar a un punto de congelación con el golpe militar brasileño de 1964.

LOS TRABAJOS DE DEMARCACION Y LA REIVINDICACION VENEZOLANA

La Segunda Guerra Mundial no alteró los trabajos de marcación fronteriza que continuaron normalmente sin ser afectados por el conflicto internacional. En 1940 la Cancillería brasileña participa que considera inconveniente y perjudicial la situación creada por la falta de participación de la parte venezolana en los trabajos de la Comisión Mixta de Límites.¹ Sin embargo, para 1942 se han superado los inconvenientes y la Oficina de Fronteras del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela informa la terminación de

* Profesor Titular de la UCV

¹ Carta del Embajador Francisco Negroa de Lima al Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela.

toda la señalización desde Santa Elena de Uairén hasta la unión de las sierras Pacaraima y Parima.

En 1943, el jefe de la Comisión Brasileña, Capitán de Mar y Guerra Braz Díaz de Aguiar, al evaluar el medio siglo de trabajo conjunto de Las Comisiones de Límites binacionales, reconoce las grandes dificultades que éstas enfrentaron para el desempeño de sus misiones. Según Díaz de Aguiar los obstáculos surgían por cuanto el divisor de frontera estaba ceñido a una cadena de montañas en su mayor parte de más de mil metros de altitud, y de áreas cubiertas de espesas selvas inexploradas, solamente habitadas en algunos puntos por indios todavía muy salvajes. Además, añade Aguiar, los ríos que descienden de ese divisor y que constituyen las únicas vías de comunicación que podían utilizar las Comisiones para el transporte de personal y carga eran demasiado torrenciosos, permitiendo la navegación con gran dificultad y solamente durante cierta época del año. Así, es fácil comprender que los trabajos de campo no podían tener un desarrollo rápido como sería de desear, sobre todo empleando los métodos ordinarios para la localización y el levantamiento topográfico de la línea fronteriza.²

Las Comisiones de Límites demostraron una gran mística de servicio, como puede apreciarse de la lectura de las Actas Anuales de sus actividades realizadas en la frontera. En 1948, en el Informe correspondiente, se indica que La Comisión tomó como sede de sus actividades la ciudad de Belén en Brasil, y trató de establecer la demarcación de las áreas submarinas del Golfo de Paria. En 1951 se comenta la verificación del levantamiento de dos "poligonales" en la Sierra Paracaídas, notificando al Congreso Nacional sobre el desarrollo total de 60 Kms. de demarcación entre los postes de frontera II a 11 de Mapa. También se refiere la elaboración de los mapas ejecutados, revisados, y aprobados, de las actividades de limitación realizadas con anterioridad. En 1953 se incluye un informe sobre las campañas realizadas entre los años 1948 y 1952. El año 1956 es considerado como un año fructífero en la actividad de las Comisiones, y se menciona el establecimiento de 5 hitos demarcatorios.

En la década de 1970 durante el primer gobierno de Rafael Caldera, la línea fronteriza con Brasil experimentó un cambio que como caso único en la historia nacional reivindicó los intereses territoriales venezolanos. El mismo tiene como antecedente el descubrimiento de las cabeceras del río Orinoco el 27 de Noviembre de 1951 por una expedición Franco-Venezolana integrada por 53 persona encabezada por el Mayor Frank Rízquez Iribarren. La importancia de éste descubrimiento tiene interés para el presente trabajo y merece un destacarlo a continuación.³

A fines de 1950, el Gobierno de Venezuela decidió organizar una expedición cuyo objetivo fundamental era "remontar el río Orinoco hasta sus fuentes y efectuar sobre él y zona

² Acta de la Décima Séptima Conferencia del 17-11-42 En *Libro Amarillo* de 1943. pp. 351-352.

³ La bibliografía referente a la Expedición es representativa Ver: Franz Rízquez Iribarren, *Donde nace el Orinoco*, (Caracas, 1962); Pablo Anduze, *Shailili-Ko*, (Caracas, 1960); René Lichy, *Yaku, las fuentes del Orinoco*, (Caracas, 1979); Joseph Grelier, *Aux sources de l'Orinoco*, (París, 1954) y la compilación del Coronel Alberto Contreras Torres, *La Expedición Franco-Venezolana al Alto Orinoco* (Caracas, 1954)

adyacentes, estudios geográficos”, así como también, “establecer definitivamente y en forma precisa las coordenadas de su nacimiento”⁴. Esta misión fue encomendada al Ministerio de la Defensa y la Dirección de la Cartografía Nacional, organismos que designaron como Jefe de la Expedición al Mayor Ríquez Iribarren. Además de un notable grupo de científicos formaron parte del proyecto, que se denominó Expedición Franco-venezolana debido a la presencia de varios investigadores franceses, de los cuales sólo Joseph Grelier llegó a las fuentes.⁵

En Caracas se estableció como sede el Museo de Ciencias Naturales y luego de planificar todos los pormenores para acometer la empresa propuesta, a partir de abril de 1951 se estableció un campamento en la Esmeralda (Entonces Territorio Amazonas) que se tomó como base No 1, para desde allí desarrollar todo el proceso que meses más tarde culminaría con la llegada a la región de las fuentes donde nace nuestro principal río. Superando todos los obstáculos que implican una expedición de éste tipo, el grupo de exploradores alcanzó su objetivo en la mañana del 27 de Noviembre de 1951, determinando el nacimiento del río Orinoco a 1.100 metros de Altitud, en un punto del sureste de Venezuela cuyas coordenadas son: Latitud 2° 18'. Longitud: 63° 15'. Posteriormente, en 1955-56 la Comisión de Límites mixta entre Venezuela y Brasil ubicó una segunda fuente que da origen al río Orinoco y la cual está situada a unos 38 kilómetros al norte de la fuente descubierta: esta segunda fuente tiene como coordenadas: Latitud: 2° 18' y Longitud: 63° 21' 24.92". El hito fronterizo de la primera fuente fue denominado P3 y el de la segunda P5.

Al comprobarse las nuevas posesiones venezolanas, el país pasó a reclamarlas. En agosto de 1952, el Mayor Ríquez le participó el descubrimiento a la Convención Panamericana de Geografía, reunida en la ciudad de Washington.⁶ El hallazgo repercutió en los cenáculos oficiales de Brasil, motivando que el Ministro de Relaciones Exteriores, Guimaraes Bastos -reconociendo en principio el derecho de Venezuela sobre 44 mil kilómetros cuadrados de territorio-⁷ expresara: "Venezuela adquiere más territorio del que creía tener y Brasil retiene menos del que creía le pertenecía".⁸

⁴ Documento del descubrimiento de las fuentes donde nace el Orinoco (en) la exposición: "Orinoco (Uyapari): viajeros, pobladores, creadores". Biblioteca Nacional, abril-julio, 1998

⁵ Entre los firmantes del documento Oficial que registra el lugar del nacimiento del río Orinoco y que fue dejado en el lugar se encuentran: Mayor Franz Ríquez-Iribarren, Comandante de la Expedición; Prof. José María Crucent, Director del Museo de Ciencias Naturales de Caracas; Dr. Luis M. Carbonell P. Doctor en Ciencias Médicas de la Universidad Central de Venezuela; Dr. Pablo Anduze, Entomólogo-Médico, Individuo de Número de la Academia de Ciencias Físicas, Matemáticas y Natural y Capitán Felix Cardona Puig, Astrónomo de la División de Geodesia de la Cartografía Nacional

⁶ *El Nacional*, martes 5 de agosto de 1952, primera plana.

⁷ *Ibidem*. En el mismo mes de agosto, el lunes 4 de 1952, encontramos una noticia que consideramos merece destacarse. En primera plana de *El Nacional* se lee: "Dragarán el brazo Casiquiare y harán desaparecer algunos raudales del Orinoco para fomentar el comercio con el Brasil". La noticia en páginas interiores, después de algunas consideraciones que no vienen al caso, dice lo siguiente: "esta idea surgió en 1942, cuando se quiso estudiar las posibilidades de transportar gasolina al Brasil por vía fluvial. Los problemas de dicho transporte fueron estudiados por una comisión integrada por representantes de los Ministerios de Relaciones Exteriores, Relaciones Exteriores, Fomento y de Guerra y Marina. Posteriormente, el gobierno llegó a un acuerdo con los gobiernos de Brasil y de los Estados Unidos de Norteamérica, a fin de establecer las bases para ese sistema de comunicación fluvial". También

LA POSGUERRA Y EL NUEVO ORDEN ANTICOMUNISTA

Al terminar la guerra, las relaciones hemisféricas de América Latina entran en un nuevo período caracterizado por la desigualdad asimétrica y la acentuación de la subordinación de sus economías a los Estados Unidos.⁹

Durante la segunda quincena del mes de octubre de 1945 suceden dos eventos políticos de gran trascendencia para los procesos evolutivos contemporáneos de Venezuela y Brasil.¹⁰ El primero constituido por una revolución cívico-militar el 18 de octubre, seis meses antes de terminar el período constitucional del gobierno del General Isaías Medina Angarita.¹¹ A partir de los acontecimientos del 18 de octubre se da inicio a un proyecto político pluralista y pluripartidista, el cual se interrumpe tres años después cuando el presidente Rómulo Gallegos es a su vez derrocado por un golpe de estado y se altera por una década el rumbo histórico del país. La presencia militar restringe las libertades públicas pero estimula las actividades económicas. No obstante, en 1958 la democracia resurge y se adopta de nuevo el proyecto político pluripartidista del 18 de octubre.

El segundo evento se produjo en Brasil el 29 de octubre del mismo año, cuando un golpe de estado del alto mando militar pone fin al "Estado Novo" implantado por Getúlio Vargas. Durante ese controversial período, Vargas estructuró una poderosa base de sustentación política con la creación de los partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) y Partido Social Democrático (PSD).

Sobre los acontecimientos en Venezuela y Brasil para aquel año, existe una bibliografía importante que resalta cómo el esquema "de desarrollo nacionalista", aplicado durante la guerra en Latinoamérica y tolerado por los Estados Unidos en un principio luego pasó a incomodar sus objetivos en el área, por lo cual vio con simpatía el desplazamiento de estos gobiernos del poder.

Después del derrocamiento de Vargas, se llevaron a cabo elecciones presidenciales donde resultó electo el Gen. Eurico Gaspar Dutra. En el gobierno de este presidente (1946-1951), se produce un acercamiento estratégico a los Estados Unidos determinado por los nuevos esquemas de defensa hemisférica surgidos al inicio de la Guerra Fría. En este contexto se rompen las relaciones con la Unión Soviética, se ilegaliza el Partido Comunista (PCB) y se vota apoyando la posición norteamericana en la ONU y OEA. Además, en el quinquenio se intenta una amplia apertura comercial y financiera en el plano externo, combinada con la aplicación de programas liberales internos con el fin de abandonar los proyectos de

vimos *Colección Frontera*.

⁸ El Nacional, Caracas, 20 de agosto de 1951, primera página.

⁹ FURTADO, *The Economic Growth of Brazil*. p.183

¹⁰ MENDIBLE, "Los quince días de octubre que cambiaron el rumbo sudamericano" (en) revista *SIC* sept-oct 1995, No.578. pp.373-375.

¹¹ Véase: "Derrocado el Presidente de la República Medina Angarita" (en) periódico *Siglo XX* (las noticias del siglo). No 9, Caracas, 28 de febrero de 1997. Trae las principales noticias desde 1941 hasta 1945.

industrialización estatal de la fase varguista, El Gobierno de Dutra esperaba recibir en compensación a su alineamiento diplomático, un tratamiento preferencial y concesiones en el plano económico por parte de los Estados Unidos, expectativas que al no cumplirse crearon un ambiente de frustración nacional.¹²

El descontento popular es capitalizado por Getúlio Vargas quien resulta electo presidente por última vez, el 31 de Enero de 1951, mediante votación popular. En Venezuela los eventos pueden ser seguidos a través de los medios de comunicación, los cuales comentan el desarrollo de la campaña electoral y las propuestas formuladas por el viejo caudillo al pueblo brasileño. Para la toma presidencial de Vargas el Gobierno venezolano envía una delegación oficial presidida por el Dr. Aurelio Arreaza. Un periódico caraqueño comenta que el candidato del Partido Laborista luego de ser electo presidente constituyó un gabinete donde todos sus miembros pertenecen a la clase pudiente del país.¹³

Durante el gobierno constitucional de Vargas (1951-1954), nuevamente la política exterior del período se transformó en un instrumento destinado a reforzar el desarrollo industrial mediante una negociación nacionalista, en la que Brasil ofrecía apoyo estratégico a cambio de apoyo económico. Pero en esta oportunidad llega a sus límites la capacidad de manipulación del viejo líder populista debido a las nuevas condiciones internacionales creadas durante la década, y es arrinconado por la agresiva penetración de las multinacionales norteamericanas y el reagrupamiento de los sectores conservadores del país.

En el plano nacional se desarrolla una ruidosa campaña de nacionalizaciones donde resalta la del petróleo, bajo la consigna: "el Petróleo es nuestro". Esta actitud irritó a la administración conservadora de Eisenhower, repercutiendo en la acentuación de la postura nacionalista del gobierno brasileño. Los Estados Unidos veían con antipatía las modalidades populistas ensayadas en Sudamérica, en particular la eventual coincidencia de acción entre los gobiernos de Vargas y Perón. Es así como el gobernante argentino le recuerda a su homólogo brasileño: "la unidad comienza por la unión y ésta por la unificación de un núcleo básico de aglutinación".¹⁴

Es evidente que estas intenciones no podían contar con el agrado de los sectores reaccionarios de cada país y mucho menos con el de EUA. La radicalización de Vargas tuvo un desenlace trágico cuando se suicida el 24 de agosto de 1954, dejando una carta testamento donde denuncia como: "una vez más las fuerzas y los intereses contrarios al pueblo se han unido y se han desencadenado sobre mí", y termina expresando: "serenamente doy el primer paso por el camino de la eternidad y salgo de la vida para entrar en la Historia".¹⁵

¹² También el Estado brasileño comienza a manifestar su interés preferencial por la región amazónica a partir de 1946. En el artículo 199 de la nueva Constitución brasileña se establece que el Estado se reservaría 3% de las rentas tributarias de la Unión, por un plazo mínimo de 20 años para garantizar la ejecución del "Plan de Valorização Económica do Amazonia".

¹³ *El Herald*, Caracas, 10 de febrero de 1951. No. 31. p.1.

¹⁴ Mensaje del Embajador Lusardo a Getúlio Vargas el 21 de diciembre de 1951. Citado por, Alberto Meltrol Farrá, "América del Sur ya es América Latina" (en) *Cuadernos Marcha*, Montevideo, No 123, enero, 1997. p.33.

¹⁵ *El Nacional*, Caracas, 25 de agosto de 1954. Internacionales.

1950: LA BUSQUEDA DESARROLLISTA

En la década de 1950 entre los asuntos de mayor interés atendidos por las relaciones diplomáticas de los dos países, encontramos varias referencias a los intentos de mejorar y ampliar los vuelos comerciales. Para 1952, a la línea "Rutas Aéreas Nacionales" S.A (RANSA) se le permite efectuar hasta diez vuelos de carga al mes entre Maturín y Boa Vista; por su parte, la empresa "S.A. Cruzeiro Do Sul" podría realizar cuatro vuelos mensuales en la ruta Boa Vista-Georgetown-Maturín-Maiquetía, y las "Aerovías Do Brasil" podían continuar explotando la ruta concedida por el Ministerio de Comunicaciones de Venezuela.¹⁶ En 1955 La Embajada del Brasil en Caracas solicita al Gobierno Nacional una renovación del permiso de su línea nacional para efectuar tráfico comercial en la ruta Río de Janeiro - Sao Paulo - Maturín-Maiquetía-Miami.¹⁷

En otro orden de ideas encontramos que en la década de 1950, durante los gobiernos de Pérez Jiménez en Venezuela y de Juscelino Kubitchek en Brasil, los proyectos de modernización y de construcción de obras de infraestructura se expresan en ambiciosos planes desarrollistas de transformación nacional. En el primero se producen bajo el slogan del: "Nuevo Ideal Nacional", y en Brasil con el desiderátum de construir: "Cincuenta Años en Cinco". En las dos planificaciones se le da especial importancia a la construcción de infraestructura vial que permita ampliar las comunicaciones internas. En este sentido aparecen ambiciosos proyectos de vías hacia las fronteras con miras a desarrollar esos espacios vacíos. El Gobierno venezolano anuncia en 1956 la construcción de una carretera hasta la frontera con Brasil. Con la cual se terminaría la conexión Caracas-Santa Elena de Uairén, integrándose dentro de un ambicioso proyecto de grandes ramales carreteros de más de 2.000 Kms. tendientes a acercar el centro del país a Colombia y Brasil.¹⁸

En el plano gubernamental se producen importantes contactos que merecen ser destacados por su trascendencia. En 1955 se anuncia el viaje al Brasil de una Misión Económica del Gobierno Venezolano integrada por los Ministerios de Agricultura y Cría, Fomento, Minas e Hidrocarburos y Relaciones Exteriores. El objetivo principal de la Misión consistía en obtener un mejor conocimiento de "las grandes posibilidades" que ofrecía el vecino país, a fin de estrechar cada vez más las relaciones económicas con base en un intercambio favorable.¹⁹ En 1953 al aprobarse la renovación del Modus Vivendi comercial se reconoce que Brasil: "ocupa un lugar importante como cliente de los productos petroleros venezolanos".²⁰ En 1954, el Presidente de la Creole Petroleum Corporation de Venezuela,

¹⁶ *Libro Amarillo*, 1953

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *El Nacional*, Caracas, miércoles 20 de junio de 1956. No. 4603.

¹⁹ *Libro Amarillo*, 1956.

²⁰ *Libro Amarillo*, 1953. p.CIX.

Arthur Proudfit, y el Vicepresidente de la Standard Oil de New Jersey, George Parker, al llegar al Brasil informan que el petróleo venezolano abastecerá con 30 mil barriles diarios a la refinería de Petrobras en Cubatao, Estado de Sao Paulo.²¹ Para 1955 Venezuela era el primer proveedor de petróleo de Brasil. Según las estadísticas, las exportaciones del renglón en aquel año, llegaron al altísimo nivel de 99% del total de petróleo importado por ese país, equivalentes a 123 mil barriles diarios. A mediados de 1956 se informa que Brasil compra 400 millones anuales de petróleo y se menciona como "uno de los mejores clientes del mercado petrolero venezolano".²²

El interés por ingresar al mercado brasileño se pone de manifiesto cuando el Gobierno venezolano envía una segunda Misión económica integrada por los ministerios de Fomento, Agricultura y Cría, y Minas e Hidrocarburos. La Misión, coordinada por la Cancillería, la Embajada de Brasil en Caracas, y la Embajada de Venezuela en Río de Janeiro, visita entre el 18 de marzo y el 6 de abril de 1956 las ciudades de Río de Janeiro, Sao Paulo, Bello Horizonte, Puerto Alegre y Río Grande, tomando contacto con más de 30 industrias distintas y sosteniendo entrevistas privadas con más de 20 industriales.²³ En su informe los delegados destacan "la importancia del mercado brasileño por las excelentes oportunidades que ofrece a nuestro principal producto de exportación, el petróleo".²⁴

Entre otros datos de interés relacionados con Brasil, durante el período pérezjimenista hallamos para la elaboración del presente artículo: la preocupación de ambas cancillerías ante las amenazas del colonialismo generadas por los sucesos ocurridos en la Guayana Inglesa, en octubre de 1953 cuando soldados de la infantería británica toman la ciudad capital Georgetown con el propósito de provocar la caída del primer ministro, Chedi Jagan;²⁵ los comentarios a la prensa del ingeniero venezolano, José Gilberto Belloso, sobre la creación de la empresa "Martin Engineering" con la finalidad de construir una urbanización obrera en Río de Janeiro, con capacidad para mil familias;²⁶ la intención del Gobierno Nacional, por intermedio del Ministerio del Trabajo, de buscar asesoramiento en centros calificados del Brasil, para la capacitación de trabajadores.²⁷ En materia cultural, la visita a Caracas del famoso compositor Héctor Villa-Lobos, dentro de la programación de los festivales latinoamericanos organizados por Inocente Palacios en la Concha Acústica.^{28,24}

En el período se produce la primera entrevista de la que se tenga noticia, entre mandatarios de los dos países. La misma se celebra en el Círculo Militar de Caracas el 20 de julio de 1956 entre el presidente Gen. Pérez Jiménez y el Dr. Juscelino Kubitschek. El

²¹ *El Nacional*. Caracas, 6 de julio de 1954. p.1.

²² *El Nacional*. Caracas, jueves 8 de marzo de 1956, p. 1.

²³ *Libro Amarillo* 1956, p. 140

²⁴ *Ibid.*, p. CCV.

²⁵ *El Universal* y *El Nacional* del 9 de Octubre de 1953.

²⁶ *El Nacional*, Caracas, 2 de septiembre de 1954. p.1

²⁷ *El Universal*, Caracas, 8 de octubre de 1957. p.1

²⁸ JOSE ANTONIO CALCAÑO, *La ciudad y su Música*. (Caracas, 1958). p. 407 y FRED HAMEL Y MARTIN HÜNLIMAM, *Enciclopedia de la Música*. (Barcelona, Grijalbo, 1972). p.906

presidente brasileño, tiene una breve estadía en la Capital de la República, en tránsito hacia Panamá donde asistiría a la Reunión de Presidentes Americanos con motivo del 130° Aniversario del Congreso Anfictiónico convocado por Simón Bolívar, en 1827. El mandatario llega a Maiquetía en un avión de la Línea Aeropostal Venezolana -enviado por el gobierno venezolano- donde es vitoreado por un nutrido público, se traslada luego a Caracas con su homólogo venezolano en medio de una comitiva de más de 50 vehículos.²⁹ En el Circulo Militar y ante el acoso de los periodistas improvisa una rueda de prensa para comentar la situación política reinante en su país, la cual se caracterizaba por la volátil y tensa relación existente entre civiles y militares desde la sorpresiva muerte de Vargas en agosto de 1954. En la rueda de prensa el presidente del Brasil, luego de afirmar que la situación era normal en su país, destaca el proyecto de su gobierno con respecto a la región amazónica señalando que, "el Programa de Valorización del Amazonas llevará unos cuatro años y comprende entre otras cosas industrialización, obras de saneamiento, y transporte".³⁰ En torno al desarrollo de los eventos brasileños merecen destacarse los bien elaborados informes enviados a la Casa Amarilla por el Embajador venezolano en Río de Janeiro, Atilio Carnevalli.³¹

Los gobiernos de Pérez Jiménez y J.K. presentaron diferencias en lo formal: dictadura en Venezuela versus democracia en Brasil. No obstante, se pueden detectar grandes coincidencias en la aplicación de políticas desarrollistas, tendientes a la transformación de las bases materiales de sus respectivos países, pero sin pretender tocar las desigualdades y arcaicas estructuras sociales existentes. También, en sus respectivos planes gubernamentales se encuentran claras orientaciones geopolíticas "toleradas" por los Estados Unidos dentro del nuevo esquema de seguridad imperante en las relaciones hemisféricas.³² En Latinoamérica se ensayan modelos desarrollistas que surgen mediante un nuevo arreglo entre las élites de la región y los Estados Unidos, que durante la Administración Eisenhower se expresa como objetivo de la política exterior del "Buen Socio".³³ Durante la administración Kubitschek. (1956-1961) el objetivo principal consistió en mudar la capital costera localizada en Río de Janeiro hacia el interior, a la moderna ciudad de Brasilia. A partir de la novísima capital, diseñada por el arquitecto Oscar Niemeyer,³⁴ se planificó la construcción de grandes carreteras destinadas a incorporar la parte Norte del país, y se inicia también la presencia

²⁹ *El Heraldo* (diario de la tarde), Caracas. viernes 20 de Julio de 1956. No 12.600. Primera plana y p.7.

³⁰ *El Heraldo*, 20 de julio de 1956.

³¹ ²⁵ Véase, Dinorah Carnevalli de Toro, *Atilio Carnevalli Embajador de Venezuela 1937-1959*. pp 690-766.

³² Ver: "Presencia de la Escuela Realista en la Política Exterior del Nuevo Ideal Nacional", RAQUEL GAMUS G.(en) *Tierra Firme*. Caracas, enero-marzo, 1993 No.41. pp. 95-121.

³³ ANTONIO GASTAMBIDE GEIGEL, "Hacia una historia social de las relaciones interamericanas: El camino al desarrollismo, 1946-1960". (en) *Revista de Ciencias Sociales*, Universidad de Puerto Rico, No. 1-2. Enero-Julio, 1993. p.26-53. Según el autor, esta política aplicada en la década de 1950 suplantó la política del "Buen Vecino" aplicada durante la Segunda Guerra Mundial.

³⁴ También el famoso arquitecto dentro de su gran actividad creativa, encontró tiempo para ser el primer diseñador del Museo de Arte Moderno de Caracas. Ver: *El Nacional*, Caracas, 12 de octubre de 1955. p. 19.

activa del Estado en la desgarnecida Región Amazónica. De manera destacada, la obra rutilante en el período fue la construcción de Brasilia, terminada el 21 de abril de 1960.³⁵

Con el advenimiento de la democracia en Venezuela, en 1959 el nuevo gobierno provisional presidido por el almirante Wolfgang Larrazábal designa como Embajador al distinguido intelectual, Mariano Picón Salas, quien desempeña una meritoria labor al frente de la Embajada en Brasil. Don Mariano demuestra su gran capacidad creadora y su vocación latinoamericanista cuando escribe en 1960 un ensayo titulado: "Despedida al Brasil". En el cual intenta captar la subyugante imagen de lo que él llama "país-planeta", por cuanto: "ha de ser uno de los pocos [país] que condicione por su influencia y magnitud, gran parte del destino terrestre".³⁶ En el ensayo, Picón Salas considera los factores socio-históricos de la afirmación brasileña: su enorme adaptabilidad ecológica; el milagro político producido para mantener la unidad territorial y no deshacerse en comarcas autónomas e insurgentes; y el modo cortés del brasileño. Esto último lo explica a través del "jeito" brasileño al cual define como: "la benévola solución inesperada con que a veces se afronta la dificultad de las cosas" poniendo de relieve la presencia de una actitud popular caracterizada por una "imaginación rápida y benevolencia".³⁷ Sobre Brasilia, Picón Salas realza la importancia de su localización, equidistante de todas las grandes ciudades de Sudamérica. En general el autor observa cómo en Brasil se había producido una original evolución nacional y detecta la presencia de una gran potencialidad de futuro.³⁸

El nuevo Embajador venezolano es el historiador Salcedo Bastardo quien entre otras actividades publica junto al Embajador brasileño Nestor dos Santos Lima la evolución del pensamiento de Simón Bolívar con relación al Imperio del Brasil.³⁹ Sin embargo, las complicaciones internas de la política brasileña a partir de agosto de 1961 incidirán de manera notable en las relaciones. El nuevo presidente electo Janio Quadros ensaya una política exterior de contenido "tercer mundista", siendo Venezuela un objetivo importante. La prensa venezolana informa del mejoramiento de los vuelos aéreos al Brasil,⁴⁰ de la designación del nuevo Embajador del Brasil, Dr. Correia do Lago, con la "instrucción precisa del presidente Quadros de incrementar el comercio venezolano-brasileño"⁴¹ y el viernes 25 de agosto se anuncia la visita del Presidente brasileños para el mes de diciembre. Sin embargo, de manera intempestiva el día siguiente, sábado 26, de

³⁵ RICARDO MARANHÃO, *O Governo Juscelino Kubitschek*. p.35.

³⁶ PICON SALAS, "Imagen del Brasil" (en) *Viajes y Estudios Latinoamericanos*. (Monte Avila editores, 1991) p.147.

³⁷ Según el Diccionario portugués *Aurélio* (editorial Nova Frontera), "jeito" tiene la acepción de modo, manera, disposición de espíritu, habilidad, capacidad, modo de proceder propio de personas bien educadas, buenas maneras, buenos modales.

³⁸ *Ibidem*. Además véase: DELIA PICON, *Mario Picón Salas Embajador de Venezuela*. (Caracas, MRE, 1987) y SIMON ALBERTO CONSALVI, *Profecía de la Palabra. Vida y obra de Mario Picón-Salas*. (Caracas, Tierra de Gracia editores, 1996).

³⁹ Ver, La imagen del Brasil en las cartas de Bolívar. Banco do Brasil [s.f.]

⁴⁰ Declaraciones del nuevo presidente de Varig, Dr. Aguinaldo Junqueira Filho, *El Nacional*, Caracas, viernes 11 de agosto de 1961.

⁴¹ Según *El Nacional*, Caracas 16 de agosto de 1961, el nuevo Embajador venía de asistir a la reunión de Punta del Este, donde se acordó la expulsión de Cuba.

manera destacada la prensa anuncia la “renuncia de Quadros” a la presidencia. La misma, causa “sorpresa y desconcierto” en Caracas y por el resto del mes se convierte en la noticia mas comentada y discutida entre la clase política nacional según recogen los medios.⁴² En los primeros días de septiembre el presidente Rómulo Betancourt en acto público, al dirigirse a la multitud de campesinos y obreros, en la plaza del Silencio, congregados para apoyar su gestión gubernamental. El dignatario inicia su discurso haciendo una clara referencia a la situación política brasileña: “soy un presidente que ni renuncio ni me renuncian”

LA REVOLUCION DE 1964 Y LA DOCTRINA BETANCOURT

Durante el gobierno de Rómulo Betancourt (1959-1964), las actividades de demarcación continúan, mientras se adelantan las acciones diplomáticas para la rectificación de la frontera. Las actividades demarcatorias son constantes y se producen sucesivos informes pormenorizados acerca de los trabajos realizados. Estos son firmados por Georges Pantchenko, por Venezuela, y Dilemando de Moraes Méndes, por Brasil. En 1961 en el informe correspondiente se comenta cómo La Comisión Brasileña que se encontraba ya en la frontera tuvo que regresar sin concluir la demarcación del trecho que se proponía rectificar, por causa de un ataque de indios Anateris (sic). Se reconoce asimismo que hay casos donde es más fácil alcanzar la frontera venezolana por los ríos brasileños.⁴³ A otro nivel, continúan sin ningún tropiezo las actividades diplomáticas renovándose el Modus Vivendi vigente en las relaciones comerciales. En el acuerdo, el gobierno venezolano logra incluir la cláusula de nación favorecida.⁴⁴ En 1960 una Misión Comercial del Brasil visita Venezuela y toma contacto con los sectores comerciales e industriales agrupados en la Federación Venezolana de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción.⁴⁵ En el mes de octubre de 1962 el Embajador Dr. Henrique Rodríguez Valle, Secretario General Adjunto para Asuntos Latinoamericanos del Brasil, de visita oficial en Caracas, se entrevista con el Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, Manuel Pérez Guerrero, con el Jefe de Cordiplan y los ministros de Fomento y Minas e Hidrocarburos.⁴⁶

El sábado 22 de diciembre de 1962, el periódico El Nacional de Caracas recoge las declaraciones de William Phelps y Ramón Aveledo, directivos de la Sociedad de Ciencias Naturales, denunciando: "el Gobierno de Brasil intenta hacer víctima a Venezuela de un nuevo despojo territorial al denunciar la incorporación a sus mapas geográficos del Pico de la Neblina descubierto hace 10 años por venezolanos e incluido internacionalmente dentro del territorio Venezolano".⁴⁷ La denuncia es respondida al siguiente día por el

⁴² Véase la prensa entre el 26 y el 31 de agosto

⁴³ *Libro Amarillo* del año citado

⁴⁴ *Libro Amarillo*, 1963.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ "Brasil intenta anexarse territorio de Venezuela" (en) *El Nacional*. Caracas, sábado 22 de diciembre de 1962. No. 6.937. p.29.

Embajador del Brasil, Antonio Correa do Lago, en "carta al Director" del periódico inserta el domingo 23 de diciembre en la cual expresa: "quiero aclarar que el Brasil no tiene reivindicaciones territoriales con ninguno de sus países limítrofes estando sus fronteras definidas en los instrumentos internacionales que con ellos tiene firmado".⁴⁸ El incidente suscita una aclaratoria de la Cancillería, firmada por el Ministro Marcos Falcón Briceño, en la cual señala: "la frontera entre Venezuela y Brasil es la definida por el Tratado de 1859. En su mayor extensión, desde el Cerro Cupí hasta el monte Roraima, es la divisoria de aguas entre las hoyas del Orinoco y el Amazonas. La Comisión Mixta no ha demarcado aún la región en la cual se halla el cerro al que se ha dado el nombre de La Neblina".⁴⁹

La especulación sobre el cerro La Neblina continúa por algún tiempo siendo materia de controversia entre los sectores nacionalistas de Venezuela. En el mes de diciembre de 1978 el Gobierno decreta un parque nacional en el área circunvecina, de 1.360.000 hectáreas para proteger la naturaleza. La aclaratoria definitiva sobre la jurisdicción del territorio se produce cuando en 1983 el Ministro del Ambiente, Charles Brewer Carías, dirige una expedición científica apoyada por miembros pertenecientes a prestigiosas instituciones venezolanas e internacionales.⁵⁰ Al finalizar la expedición, en 1988, Brewer Carías actuando como editor de la Fundación para el Desarrollo de las Ciencias Matemáticas y Naturales publica en edición de lujo un voluminoso libro con el título: Cerro de la Neblina 1983-1987, donde se reconoce la soberanía de Brasil.

El golpe de estado de abril de 1964 en Brasil, afecta las relaciones binacionales al aplicarse la "Doctrina Betancourt" por el gobierno de Raúl Leoni, ésta demandaba el rompimiento de relaciones diplomáticas con las dictaduras latinoamericanas. El 4 de abril se produce un pronunciamiento del partido de gobierno, Acción Democrática, en el comunicado la dirección de la organización política ratifica: "sólo los gobiernos ceñidos a las normas democráticas que conllevan origen electoral y acatamiento a las formas constitucionales merecen el respeto de la conciencia libre de América".⁵¹ El mismo día, el Ministro de Relaciones Exteriores, Dr. Ignacio Iribarren Borges, comenta a los medios el llamado a Caracas del Encargado de Negocios en Brasil, el señor Luis José Sánchez, con la finalidad de rendir un detallado informe de la situación en ese país. Al respecto se establece una polémica sobre el golpe de Estado en la que interviene el ex Embajador venezolano en Brasil, J.L. Salcedo Bastardo, señalando que no se había roto el hilo constitucional porque la revuelta de los militares era contra el Presidente Goulart y no contra la Constitución.⁵² El viernes 10 de abril, a su llegada al aeropuerto de Nueva York, el ex Presidente Rómulo Betancourt declara al periodista de la Agencia France Press sobre

⁴⁸ *El Nacional*, p.25.

⁴⁹ *Libro Amarillo*, 1963.

⁵⁰ En la exploración que dura aproximadamente cuatro años participan la Universidad Central de Venezuela; de los Estados Unidos: el Smithsonian Institution, Missouri Botanical Garden, Field Museum of Natural History; y por la Gran Bretaña: el Kew Garden y la Royal Geographical Society.

⁵¹ *La República*, sábado 4 de abril de 1964 No. 1058. El comunicado aparece firmado por los doctores Jesús Angel Paz Galaraga y Jaime Lusinchi, Secretario General y Secretario de Asuntos Internacionales.

⁵² La posición apareció en varios de los periódicos importantes de la capital. Ver *El Nacional*, *El Universal*, *La República* durante la primera semana de abril.

los sucesos del Brasil: "considero con gran inquietud la evolución de la situación política en ese país, tengo la impresión de que allí no se aceptan las reglas de la democracia y que la vida nacional comienza a ser conducida por un grupo de militares de alto rango".⁵³ Posteriormente, el 17 de abril el Gobierno produce un documento oficial de "Suspensión de Relaciones Diplomáticas", con limitaciones, ya que apunta: "las relaciones consulares y comerciales continúan siendo normales y el Gobierno Nacional, con aprobación del Congreso, creó un Consulado de Primera en la ciudad de Río de Janeiro".⁵⁴

Era evidente que la Cancillería venezolana encontraba dificultades para tratar al nuevo gobierno militar brasileño, por cuanto esta no era una dictadura tradicional. Los golpistas argumentaban como razón de su procedimiento, el temor a la agresión comunista en la región, argumento esgrimido en el hemisferio debido al traslado de la Guerra Fría al Caribe, coincidiendo en ese momento con el propósito de la diplomacia venezolana que se orientaba hacia la formación de un frente anticomunista tendiente a aislar la Revolución Cubana.⁵⁵

A continuación, el Embajador venezolano en la OEA, Tejera París, reitera en el organismo que tanto las dictaduras de izquierda como de derecha son contrarias a la existencia del sistema Interamericano.⁵⁶ En el caso Cubano la posición venezolana fue más contumaz, logrando el 26 de julio de 1964 una resolución del organismo internacional que consideró al régimen fidelista culpable de "actos de agresión e intervención contra la inviolabilidad territorial, la soberanía y la independencia política de Venezuela".⁵⁷ La resolución es apoyada en forma decidida por el Canciller brasileño pero este respaldo no incide todavía para que Venezuela cambie su actitud sobre el régimen militar.

A pesar del congelamiento diplomático, los trabajos de las Comisiones de Límites continúan sin alteración. En el mismo año de la suspensión de las relaciones se da constancia de la inauguración de varios postes fronterizos y en los años sucesivos los informes de la Oficina de Frontera enumeran la colocación de nuevos hitos.

La suspensión de relaciones no dura mucho tiempo, y en 1966 la Memoria del MRE de Venezuela comenta la ayuda económica suministrada al gobierno brasileño como forma de solidaridad ante la lamentable situación creada a consecuencia del terrible

⁵³ Betancourt después de entregar la presidencia se incorpora a la Cámara del Senado el jueves 2 de abril, de inmediato pide un permiso y sale para la ciudad de Nueva York. *La República*, sábado 11 de abril de 1964. No. 1005. Primera Página.

⁵⁴ *Libro Amarillo*, 1965. p. CXLVI.

⁵⁵ JULIAN RODRIGUEZ BARAZARTE, "Raúl Leoni y la "Doctrina Betancourt" (1964-1969) Comité de Redacción Revista *Tierra Firme.s/p*

⁵⁶ *La República*, Caracas, miércoles 1 de abril de 1964. No. 1055. Primera Página.

⁵⁷ Primero se celebró la IX Reunión de Consulta, mediante una Reunión de Cancilleres, para tratar las denuncias del gobierno venezolano. En la misma, el Canciller venezolano Dr. Ignacio Iribarren Borges pide la ruptura colectiva de relaciones diplomáticas y consulares con el Gobierno de Cuba y la interrupción de todo intercambio comercial y de comunicación con dicho país. Después, en la madrugada del 26 de julio los ministros actuando como "Organismo de Consulta" aprueban la resolución por 14 a favor y 4 en contra.

temporal que azotó la ciudad de Río de Janeiro y anuncia el mejoramiento de las relaciones diplomáticas.⁵⁸

En 1964, cuando se produce el golpe militar, eran notables las diferencias estructurales entre Brasil y Venezuela, en particular la arcaica estructura latifundista era mucho más acentuada en Brasil que en Venezuela, destacándose la intransigencia de los terratenientes brasileños. Señalan fuentes de la época que mientras en Venezuela la alta burguesía se mostró relativamente comprensiva ante el planteamiento de la Reforma Agraria "porque los intereses básicos de esa clase tenían por sede la ciudad más que el campo y el Estado petrolero los podía resarcir" en cambio en Brasil los grandes propietarios se aferraron al latifundismo establecido, con una intransigencia total. La oposición a la Reforma Agraria y al sufragio de los analfabetos (mayormente campesinos y obreros agrícolas) reflejaba la conciencia de clase de una oligarquía cuya riqueza esencial provenía del campo.⁵⁹

En el contexto anterior merece comentario el siguiente hecho: el cinco de marzo de 1964 se cumplía cinco años de la aplicación de la Reforma Agraria en Venezuela. En forma muy destacada los medios impresos comentaban que con una inversión de 1.900 millones de bolívares, el Instituto Agrario Nacional había asentado en tierra propia a 161.427 familias campesinas, beneficiando a más de 800 mil venezolanos con la democratización de la tierra.⁶⁰ Lo cual contrastaba con el cercenamiento de la Reforma Agraria en Brasil por el golpe militar.

Por otra parte, en lo que respecta a la estabilidad política los militares brasileños se preocuparon por la infiltración comunista en los partidos democráticos. En este sentido, el periódico *La República* de Caracas comentaba la heterogeneidad y confusión reinante en el "trabalhismo" brasileño como producto de la "infiltración comunista" y la ausencia de una doctrina y programa claros.⁶¹ En tales circunstancias, la caída del presidente Goulart no sólo significó el derrocamiento de un civil impotente ante el poder creciente de los militares, sino el colapso del Estado varguista establecido a partir de 1930.

La Revolución de 1964 es un acto típico de la guerra fría pero también es el primer gran evento sudamericano que evidencia la pérdida de dinamismo del modelo de sustitución de importaciones impulsada desde 1930 mediante prácticas populistas. El nuevo orden establece el surgimiento de un tipo de gobierno que O'Donnell califica de "autoritario burocrático", caracterizado por la intervención de las Fuerzas Armadas como principales actores políticos para restablecer "equilibrios perdidos" que los militares no consideran recuperables a través de la actuación de las élites civiles tradicionales sino a través de programas políticos y económicos de largo plazo.⁶² El nuevo Estado brasileño es "controlado" por los militares, quienes se convierten en un supra-poder nacional con derecho

⁵⁸ *Libro Amarillo*, 1966.

⁵⁹ "La Hora Mundial" y "El Brasil en crisis" (en) *La República*, Caracas, miércoles, 1 de abril de 1964. p.6.

⁶⁰ Anuncio del 5 de marzo de 1964, de página completa del IAN en los principales diarios de la capital.

⁶¹ *La República*, miércoles 1 de abril de 1964.

⁶² O'DONNELL citado por ELSA CARDOSO DE DA SILVA, *Latinoamérica en transición*. p. 79.

a veto permanente, representan los intereses de sectores privilegiados y actúan a espaldas de las grandes mayorías nacionales.

RELACIONES HEMISFERICAS BAJO EL PRISMA DE LA GEOPOLITICA

En el contexto anterior surge una nueva interpretación de la geopolítica del Brasil, la cual es aplicada por los militares y percibida con temor por los países vecinos ante un eventual "subimperialismo" en Sudamérica.⁶³ En este caso Brasil actuaría a modo de un gendarme delegado para contener la expansión del comunismo en la región poniendo en práctica una política exterior de "alienación automática" con los Estados Unidos.⁶⁴ El máximo representante de esta corriente es el General Golbery do Couto e Silva, destacado profesor de la Escuela Superior de Guerra, e influyente figura gubernamental de las administraciones militares instauradas a partir de 1964.⁶⁵ Golbery en su libro *Geopolítica del Brasil* estudia su país como "el centro del universo" y entre las principales directrices a seguir en el desarrollo nacional destaca la de "inundar de civilización la Hilea amazônica"⁶⁶

Las administraciones militares brasileñas buscaban un reconocimiento de la potencia dominante en hemisferio que le permitiera pasar al primer mundo sustituyendo las relaciones con los países subdesarrollados.⁶⁷

A escala nacional los iniciaron una osada colonización en la Región amazônica la cual alarmó la opinión pública mundial. La construcción de la Carretera Transamazônica que pretendía cortar transversalmente al Brasil desde el estado de Río hasta el de Paraíba, y desde éste hasta el Territorio de Acre, se inició en 1969 y se insertaba dentro de un plan global de depredación de la región. Por otro lado, algunos sectores venezolanos consideraron con preocupación las intenciones de los militares brasileños de alcanzar objetivos en el Caribe a

⁶³ El término fue utilizado por primera vez por el sociólogo brasileño Ruy Marini, durante su exilio en Chile. Marini plantea su teoría en el libro *Subdesarrollo y Revolución*.

⁶⁴ Las expresiones del Presidente, Richard Nixon: "hacia donde se incline Brasil se inclinara la América Latina", y las del Secretario de Estado, Henry Kissinger al referirse a las relaciones con la región y reconocer que Brasil era una potencia emergente que merecía trato especial de los Estados Unidos, causaron gran revuelo en la región.

⁶⁵ La Escuela Superior de Guerra es fundada en 1949 y pronto se convierte en el centro generador más prestigioso del pensamiento militar brasileño. La institución equivalente en nuestro país, es creada el 9 de diciembre de 1970 con el nombre de Instituto de Altos Estudios de la Defensa Nacional.

⁶⁶ GOLBERY, *Geopolítica del Brasil*, p.152. La obra fue traducida al español por Paulo R. Schilling y publicada por la editorial CID de México en 1978. El libro recoge los principales ensayos realizados por Golbery entre 1952 y 1960 y según sus críticos, se expresan los fundamentos de las "fronteras ideológicas" criticadas durante el periodo militar.

⁶⁷ Esta política internacional prevaleció durante las administraciones de los generales Castelo Branco, Costa e Silva y Emilio Garrastazú Medici

través de la Guayana Inglesa, tendencia que es comentada en algunas publicaciones venezolanas.⁶⁸

Considerando esta situación el Gobierno de Venezuela crea en 1969, Codesur, con la intención de atender "la porción más marginal del [mapa] venezolano",⁶⁹ localizada entre el Territorio Federal Amazónico y el Distrito Cedeño del Estado Bolívar, de una extensión aproximada de 250.000 km² (26,50% del territorio nacional) y con una población según el censo de 1961, de 60.000 habitantes (0.60%), la más baja densidad poblacional del país pero la más representativa en relación con las étnias indígenas. Evidentemente, en Venezuela dominaba la desconfianza hacia "el expansionismo brasileño" situación completamente superada en el presente. Por eso consideramos oportuno destacar que en el período de la guerra fría se encuentran claves importantes para comprender el presente estado de las relaciones venezolano-brasileñas.

⁶⁸ Véase: JUAN CARLOS ZAPATA, *Venezuela y Brasil, Intereses y estrategia en el Area Andina y Guayana*. (Tesis de Grado, Escuela de Comunicación Social, UCV, 1984). JOSÉ ANTONIO RAUSSEO, *El Milagro Económico Brasileño y sus implicaciones: 1964-1986*. (Tesis de Grado, Escuela de Historia, UCV, 1987). También, GERMAN CARIAS, *Fronteras en la Selva* (Frente a Guayana, Colombia y Brasil). Editorial Ateneo de Caracas, 1982.

⁶⁹ Véase *Atlas de la Región Sur*. Dirección General de Información e Investigación del Ambiente. Febrero de 1979.

Enquanto o historiador das idéias esboça a filiação do pensamento formal, de um filósofo para outro, o historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento. Não tenta transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia.

Robert Darnton

O artigo que apresentamos traduz o nosso anseio ao depararmos com o campo de pesquisa. Podemos dizer que são indagações de caráter teórico-metodológico que começam a esboçar o horizonte que, a priori, pensamos penetrar ao desenvolver a pesquisa, então intitulada de: "Filhos do sol e o novo eldorado: a sociedade não-indígena no imaginário do povo Macuxi. Trata-se, portanto de especulações, conjecturas originárias de leituras dispersas e muita cogitação. Entretanto, acreditamos serem importantes como exercício das idéias quando tentamos entender e apreender a realidade social.

Ao refletirmos sobre os Macuxi enquanto objeto de pesquisa e sujeitos de sua própria história, observamos que eles aparecem na historiografia quase sempre atrelados a um projeto mais amplo, sua história é quase sempre a história de episódios envolvendo governos, militares, religiosos, questão de fronteiras, onde este grupo passa a ter um caráter secundário nos enredos.

Movidos pelo anseio acima citado e pelo desejo de produzir uma história que contemple os grupos populares, procuramos, no texto que segue, relacionar o grupo macuxi, índios do nordeste do Estado de Roraima, com a cultura popular e levantamos alguns motivos que consideramos fatores de exclusão dos grupos populares enquanto sujeitos de suas histórias. Observamos, ainda, que a luta pela existência não tem espaço definido de atuação, dá-se em todos os níveis das práticas e experiências vividas, onde atos triviais do cotidiano se tornam símbolos de resistência.

*Professor do Departamento de História da UFRR.

Duas concepções estão presentes em o todo trabalho: a primeira pensa os grupos populares enquanto sujeitos de suas histórias e a segunda compreende que qualquer que seja o grupo, dispõe de experiências específicas e, enquanto tais, enriquecedoras de nossa visão de mundo.

Observa Chartier que desde a década de 1980 a produção historiográfica vem perdendo suas certezas mais sagradas. Os paradigmas dominantes tomados do estruturalismo bem como o uso confiante na quantificação dão lugar a abordagens antropológicas, sociológicas, onde “o olhar se desviou das regras impostas para a sua aplicação inventivas, das condutas forçadas para as decisões permitidas pelos recursos de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso a informação”.¹

Em outro trabalho, Chartier coloca como uma das novas tomadas de consciência do historiador a “de que as diferenciações sociais não podem ser pensadas apenas em termo de fortuna ou de dignidade mas que são produzidas pelos distanciamentos culturais”. Portanto, conforme este autor, as diferenciações sociais devem ser compreendidas também como partilha desigual das competências culturais, tais como ler e escrever; dos bens culturais, como o livro; e das práticas culturais, tais como atitudes face à vidas ou à morte.²

Neste contexto, surge a cultura popular como um objeto privilegiado dos historiadores das mentalidades e da história cultural. Entretanto, a categoria popular suscitou uma série de debates, especialmente, no que diz respeito a sua delimitação, haja vista que esta implica em oposições do tipo: erudito/popular, elite/povo, classe dominante/classe subalterna.

Ginzburg, depois de analisar algumas interpretações, chega à conclusão de que “é bem mais frutífera a hipótese formulada por Bakhtin de uma influência recíproca entre cultura das classes subalternas e a cultura dominante.”³

Posição compartilhada por Chartier que, ao analisar tal delimitação, traz à tona a oposição entre produção cultural e consumo cultural e considera este último também enquanto produção, pelo fato de constituir representações nunca idênticas às que o produtor, o autor ou o artista investiram na sua obra. “Ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atitudes intelectuais que - longe de submeterem o consumidor à toda-poderosa mensagem ideológica e/ou estética que supostamente deve modelar – permitem, na verdade, a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou a resistência”.⁴

Marilena Chaui caracteriza a cultura popular como: “um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo do inconformismo e da resistência) distinguindo-se da cultura dominante por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência”.⁵ O popular surge, portanto, como resultante de uma luta pela existência ou sobrevivência, caracterizada pelas imposições, desafios, necessidades colocadas pelo dia-a-dia, pois a cultura popular “está presente, pelas próprias condições materiais de carência radical das condições mínimas de sobrevivência, ao gerar uma produção material e simbólica que

muitas vezes manifesta características muito distintas da cultura oficial”.⁶

Entretanto, observamos que as práticas específicas do homem popular, bem como o ambiente em que são construídas, e as condições em que se dão, ainda são pouco mostradas pelos textos de história. Neles os grupos populares perdem muito de suas identidades, pois surgem desfigurados, sem seus próprios sentimentos, fantasias e aspirações; são, pois, atores coadjuvantes na contribuição ou obstáculo à efetivação de práticas sociais mais abrangentes que fogem aos interesses restritos do grupo. Essas práticas são quase sempre idealizadas por agentes externos comumente identificados como colonizadores, governos, patrões, lideranças religiosas; enquanto os grupos populares são apresentados numa massa social heterogênea multiforme que abarca os mais diversos conceitos: trabalhadores, operário, camponeses, proletários, explorados, negros, índios, mulheres, desclassificados, classes subalternas, marginais, vadios, vagabundos.

Portanto, as práticas, atitudes, crenças e códigos de comportamentos que dão identidade aos grupos populares pouco têm sido reconhecidos enquanto projeto de vida digno de maior atenção. Ainda quando registrada, a história desses grupos possui o status de folclore, meras tradições populares, objeto de curiosidade sem maiores implicações na vida real, salvo em pequenos aspectos e oportunidades.

Entendemos que suas práticas só são dadas a leitura se forem levados em consideração os sujeitos no ambiente onde as ações se desenvolvem e as necessidades que as forjam, pois “se pode ler um ritual ou uma cidade, da mesma maneira como se pode ler um conto popular ou um texto filosófico”.⁷

Sendo assim, acreditamos que pensar o nosso objeto de estudo, ou seja, o povo macuxi na perspectiva de cultura popular requer algumas observações, para que possamos aproximar esse grupo dessa categoria. Pois, vista enquanto produto das classes subalternas, a cultura popular coloca em igualdade as minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos: índios, negros, camponeses, favelados, desviantes e pobres em geral.

Dessa forma, os Macuxi estariam no mesmo nível de grupos sociais, tais como: operários, moradores de bairros periféricos, agentes dos movimentos sociais urbanos, camponeses, pequenos fazendeiros; extrativistas de produtos vegetais e minerais.

Portanto, coloca na mesma condição grupos de interesses opostos e conflitantes, a título de exemplo, temos em Roraima a problemática que envolve índios (inclusive os Macuxi), de um lado, e fazendeiros e garimpeiros do outro.

Observamos, também, que este povo tem características específicas, pois ao contrário da maioria dos grupos encerrados na categoria popular, apresenta traços culturais específicos, tais como origem étnica, linguística e social. Portanto, pensado em termo de raça e cultura, os Macuxi descendem de um mesmo tronco. A propósito, na atualidade, uma de suas lutas está relacionada com a constante ameaça de perda de identidade, pois trata do resgate da cultura, por sinal, já bastante comprometida pelo

intenso contato com o não-índio

Distingue-se ainda, pelo modo diferente de conceber e organizar o espaço em que habita, pois este não restringe-se à aldeia em si, mas envolve as áreas onde existem determinados tipos de ervas e plantas, os cemitérios, os locais sagrados onde ocorreu a história, com todos os mitos e heróis que originaram o mundo e a humanidade.

Nessas condições, acreditamos que os Macuxi podem oferecer uma análise que poucos grupos possibilitam, pois não se reconhecem enquanto sujeitos na construção e desenvolvimento da sociedade nacional. Eles ocupam, em seus discursos, uma posição de vítimas desse projeto que, por sua vez, pertence ao homem “civilizado”, ao homem “branco”, o que resumimos nas palavras de Waldir Tobias, representante do Conselho Indígena de Roraima: “o homem branco construiu estradas, casas, fazendas, trazendo assim o fim da liberdade dos nativos. Os grandes projetos do homem branco, como o garimpo e outros, abriam caminho para a doença, a miséria e a morte de nós. Olhando os antepassados da nossa história deparamos com a morte, discriminação e luta incansável para sobreviver. A isto o homem branco chama de desenvolvimento e progresso”.⁸

Portanto, fica patente na citação, a oposição entre o **nós índios** e o **ele homem civilizado**. Por um lado, o líder indígena afirma que “ele” construiu estradas, casas, fazendas, garimpos e chama isso de desenvolvimento e progresso, o que evidencia a imagem construída do homem “branco”; por outro lado, diz que os projetos do “civilizado” causaram morte, discriminação e o fim da liberdade de seu povo, o que demonstra a divergência de propostas entre os grupos. Finalmente, o líder declara que o testemunho de seus antepassados revela a existência dessas duas histórias.

Por conseguinte, ao contrário da maioria dos grupos sociais incluídos na categoria popular, os Macuxi não reivindicam participação e ascensão na estrutura sócio-cultural brasileira, requerem, isto sim, os benefícios que ela possa lhes proporcionar, porém, certos de que seu projeto sócio-cultural é diferenciado. Assim, querem estradas, eletricidade, escolas, mas também querem autonomia.

Desta forma, pensar as idéias e comportamentos dos grupos populares como atitudes de pouca expressão no contexto da realidade social é anular toda uma sabedoria, toda uma rede de elementos simbólicos construídos por eles como oposição e/ou alternativa aos projetos que lhes são dirigidos pelas elites sociais. Portanto, dar significado a estes comportamentos não é uma atitude de bondade ou de curiosidade por parte do pesquisador, mas a busca de uma melhor compreensão e apreensão do tecido sócio-cultural, pois colocá-los na condição de alienados, de tábuas rasas, é roubar aos homens e mulheres populares a condição de sujeitos de suas histórias, de agentes na construção do social. Ao retirar-lhes tal condição, abrimos um espaço que constantemente tem sido ocupado pelas elites que detêm maior poder e prestígio, restando àqueles a eterna condição de dominados.

Em artigo sobre a história das mentalidades, Philippe Ariès estabelece a diferença entre duas mentalidades: de um lado, o homem das Luzes com sua crença no progresso

industrial, na superioridade cultural, reconhecendo apenas uma civilização e barbárie; do outro lado, o homem de hoje não mais convencido da superioridade da modernidade, nem da superioridade da cultura, mas vendo culturas diferentes e igualmente interessantes.⁹ Nesse momento as ciências humanas aceitam alinhar as culturas passadas e presentes numa classificação que torna-se sistemática em vez de hierárquica e toma como meta a apreensão total do homem enquanto ser e indivíduo.

Voltando-se para a nossa realidade, dizia a professora Lux Vidal em palestra no seminário “**Roraima em Questão: Desenvolvimento e a problemática Indígena**”, em setembro de 93, que o “Brasil até pouco tempo tinha apenas uma cultura e uma língua”, e acrescentava, “hoje sabemos que é um país pluricultural”. Isso veio nos despertar do pensamento evolucionista que até pouco tempo alimentava a idéia de um caráter de transição da cultura indígena, segundo a qual era questão de tempo a transformação do índio em cidadão brasileiro inteiramente integrado em uma cultura nacional única. Condição que se impunha pela incapacidade dos índios de se reproduzirem, bem como de reproduzirem sua cultura.

Mesmo não levando em conta os primeiros projetos de ocupação da região do rio Branco pelos portugueses, que datam da segunda metade do século XVIII, e, tomando como base apenas a ocupação efetiva do território macuxi pela sociedade brasileira não-indígena nas últimas décadas do século XIX,¹⁰ é passado mais de um século e percebemos que os Macuxi não foram totalmente desagregados e nem integrados completamente à sociedade nacional. Outrossim, permanecem com traços significativos de sua cultura que os torna um grupo diferenciado, com identidade própria e, hoje, capaz de se auto-organizar em associações na defesa dos interesses indígenas em Roraima.

Portanto, acreditamos que, no decorrer desse período, os Macuxi produziram uma resistência, ainda que “surda”, mas que tornou possível sua emersão mais intensa na defesa dos povos indígenas nas últimas décadas, quando suas reivindicações se fazem ouvidas no cenário nacional e internacional.

No entanto, entendemos que essa posição de resistência não é um fenômeno isolado, privilégio apenas dos Macuxi, mas que se insere num contexto mais amplo, característico desta segunda metade do século XX, mais especificamente, a partir dos anos setenta.

A propósito, vemos Eunice Durham creditar o sucesso recente da antropologia social à emersão das minorias desprivilegiadas como novos atores políticos que organizam movimentos e exigem uma participação na vida nacional da qual estiveram secularmente excluídos.¹¹ Nesse mesmo sentido, seguem as afirmações de Edgar de Decca: “a realidade cede e se revela. Ecos das vozes dos operários, estudantes, donas-de-casa, professores e muitos outros invadem na cena do social e nos oferecem a dimensão da diversidade da efetivação da própria história. São na própria enunciação, demandas de poder, repercussões de lutas de uma sociedade que se institui e se revela ao mesmo tempo na sua divisão”.¹²

Como observa Alfredo Bosi, a admissão do caráter plural da cultura brasileira é um passo decisivo para que possamos compreendê-la.¹³ Entretanto, na prática historiográfica, apesar de muito mencionados, poucos grupos sociais surgem na história enquanto sujeitos dos seus atos.

Creemos que tal fenômeno não é exclusivo do Brasil, nossa prática historiográfica não se encontra distante da realidade mundial. Em artigo do início dos anos 90, Jim Sharpe, trabalhando “A história vista de baixo”, queixa-se que a história ensinada na Grã-Bretanha “ainda considera a experiência da massa do povo no passado como inacessível ou sem importância; não a considera um problema histórico; ou, no máximo, considera as pessoas comuns como “um dos problemas com que o governo tinha de lidar”.¹⁴

Entendemos que o próprio recurso básico necessário à produção do conhecimento histórico, do seu registro, no caso a escrita, por ser uma prática bem mais identificada com as elites, com a cultura erudita, já é em si mesma um dos principais mecanismos de exclusão. Neste sentido, ganha força a observação de Chartier quando diz que as diferenciações sociais devem ser pensadas também como partilha desigual das competências culturais, por exemplo, o ler e escrever; de bens culturais, por exemplo, o livro.¹⁵

Não trata-se apenas dos atos de ler e escrever em si, mas até mesmo de como se praticam esses atos. Não é sem motivo que as lideranças indígenas de Roraima lutam por uma escola diferenciada, capaz de dar conta de sua realidade e de ser útil a suas necessidades. É interessante observar que na prática essas lideranças são bastante conscientes do caráter político da educação, como se pode inferir das palavras um tuxau macuxi: “com o civilizado no meio, só temos dor de cabeça: antes de tudo a língua. A língua do civilizado é coisa emprestada, não é coisa nossa. Também a escola só ensina o português”. Em outro trecho, ele percebe a importância do espaço que a escola na transformação da realidade social: “eu ensinei um pouco de língua macuxi na escola e os meninos aprendem muito, alguns já falam bem. Temos de continuar assim e fazer mais para isso”.¹⁶

Na atualidade, a prática pedagógica é um desafio para grupos como esse, pois estão a lutar por uma escola comprometida com suas práticas específicas, o que torna necessário um conhecimento bilingüe e professores comprometidos com sua cultura. Tais exigências conduzem a obstáculos a serem superados.

Em seminário recentemente organizado pelos professores das escolas indígenas de Roraima, realizado de 5 a 7 de novembro de 98, traçou-se um quadro das condições atuais das escolas indígenas do Estado, em que colocou-se, ao lado de problemas comuns a quase totalidade das escolas brasileiras como a evasão escolar, problemas específicos enfrentados por aquelas escolas, como a dificuldade de produção de material didático comprometido com a cultura indígena; a necessidade de um maior empenho por parte das lideranças comunitárias, a inobservância, por parte dos professores do compromisso com sua comunidade, pois alguns deles, após se qualificarem, pedem transferência para a cidade, obrigando as escolas a contar com professores não-índio e, portanto, sem

compromisso com as carências básicas deste povo.

Como sabemos, o mundo não-índio é uma constante ameaça a sociedade indígena. Por um lado, criando necessidades que se tornam indispensáveis a sobrevivência e desenvolvimento desta, tais como: formar professores, técnicos agrícolas, enfermeiros e outros profissionais necessário a vida das comunidades. Por outro lado, exercendo o poder de atração sobre este tipo de sociedade. Neste caso, a ameaça pode ser simbolizada pela cidade, que tende a atrair jovens indígenas qualificados, impedindo que eles ofereçam sua contribuição à comunidade de origem, pois quando concluem os estudos, muitos não querem retornar a aldeia atraídos por propostas mais tentadoras na cidade.

No seminário citado, algumas sugestões foram pensadas visando a solucionar este problema. Dentre elas, propôs-se que fossem mantidos os estudantes em contatos periódicos com suas aldeias, de maneira que pudessem aplicar os conhecimentos adquiridos na escola, o que, acreditamos, fortaleceria os laços de parentesco e afinidade com seu povo. Outra proposta seria que as comunidades financiassem os estudos dos jovens que se deslocam para se aperfeiçoar, enviando-lhes alimentos, por exemplo, o que deixaria de ser uma obrigação particular do estudante e de sua família, para tornar-se coletiva, o que, supomos, levaria o aluno a comprometer-se moralmente com às comunidades.

Retomando o problema da escrita enquanto obstáculo à história dos grupos populares, se por um lado, a ausência da prática da escrita é símbolo de exclusão, característica cristalina do paradigma tradicional, que privilegia os registros oficiais e exclui da história todos os povos que não se utilizavam da prática, vinculando o próprio surgimento dos povos históricos à invenção da escrita e relegando o período anterior ao o status de “pré-história”, por outro ela dificulta a inserção desses grupos na história, pois como é sabido, ao se organizarem mais especificamente em função de tradições orais, muitos deles oferecem dificuldade para o registro de suas histórias por falta de evidências e, mais uma vez, a escrita surge como obstáculo na produção historiográfica deixando estes povos a margem das narrativas.

Nas últimas décadas, novas propostas historiográficas vêm procurando elasticar o conceito de história com o objetivo de fazê-lo chegar aos últimos homens e mulheres das aldeias, levando historiadores a se preocuparem com as pessoas comuns e com suas experiências de mudanças sociais. Entretanto, acreditamos que não seria demasiado cogitarmos que a própria formação do intelectual o distancia das práticas dos populares, uma vez que as instruções necessárias a ela se dão no espaço da cultura erudita, acadêmica, herdeira das influências culturais das Luzes, fundamentada na certeza da superioridade da modernidade e de sua cultura; convencida de um modelo universal; confiante na religião do progresso com crença plena no seu caráter benéfico absoluto; portanto, reconhecendo uma cultura e barbáries e admitindo “desigualdades tecnológicas, econômicas, “atrasos” devidos à falta de conhecimentos, decadências, **mas não diferenças em nível da percepção e da sensibilidade**”.¹⁷

Apesar de vivermos na atualidade a desconstrução do projeto de modernidade,

entendemos que seus paradigmas permanecem marcantes não só nas idéias de organização sócio-político-cultural de todo mundo considerado civilizado, proclamado, especialmente, pelos meios de comunicação de massa, mas também no próprio meio acadêmico. Por sinal, muitos cursos universitários não só são frutos do mundo moderno, mas também vivem em função de práticas exclusivamente modernas e, portanto, compreendendo e fazendo compreender estes princípios enquanto os melhores.

Compreendemos que a permanência desses paradigmas não é apenas uma questão de opção, um ato inteiramente consciente por parte do intelectual, mas sim um problema de formação, uma vez que os valores partilhados no meio sócio-cultural que vivenciamos, funcionam como base de origem de nossas reflexões e apreensão do mundo social, o que com freqüência nos torna prisioneiros do mundo que nos produz.¹⁸

Tomando o mundo que partilhamos em seu conjunto enquanto fonte fornecedora de significados com os quais operamos e sendo o mundo contemporâneo civilizado uma construção do projeto de modernidade, logo é dele que se originam os modelos de vida e de comportamentos ideais ao homem moderno, pois é a partir de sua lógica de compreensão; de seus valores; de suas instituições, entre as quais está a própria história é que o mundo nos últimos séculos tem sido dado a leitura.

Entendemos que é sobre esta base que permanece sendo produzido parte considerável do conhecimento científico atual. Pois é legitimando, negando ou reformando o pensamento moderno que o intelectual trabalha, por conseguinte, fecha-se a outras propostas, outras alternativas, e concepções de mundo, recurso muitas vezes indispensável a quem analisa grupos populares.

Apesar de se tratar de uma crítica a um outro tipo de literatura, ou especialmente à literatura do século XVI, achamos oportuno citar, até porque o que está em jogo é também a leitura e compreensão da cultura popular, a análise de Bakhtin acerca das obras de Rabelais. Ao valorizar o caráter popular e, portanto, “não-oficial” dessas obras, diz Bakhtin que é “impossível chegar a ele seguindo qualquer dos caminhos batidos que a criação artística e o pensamento ideológico da Europa burguesa adotaram nos quatro séculos que o separam de nós”. Em seguida, afirma que “a única maneira de decifrar esses enigmas é empreender um estudo em profundidade das suas fontes populares”, acrescentando que isto exige a reformulação radical de todas as concepções artísticas e ideológicas, portanto, capacidade de desfazer-se de muitas exigências do gosto literário profundamente arraigado.¹⁸

Marielena Chaui mostra a importância do discurso competente em nossa sociedade, conhecimento que submete a maioria às representações do especialista, tendo como suporte a crença na competência. A interiorização do discurso significa: ser social, educado, culto, informado, atualizado, pois enquanto conhecimento é legitimado pelo ponto de hierarquia organizacional de onde é proferido. Conforme a autora, podemos avaliar a posição ocupada pelo discurso acadêmico nessa hierarquia, como se pode perceber no seguinte trecho: “Pode-se compreender o prestígio da ciência e por que serve como critério da diferença entre a cultura dominante e a dominada: a primeira se oferece

como saber de si e do real, a segunda, como não saber”.19

Se existe entre as instituições modernas, uma que mais tem servido de obstáculo a produção de uma história capaz de desnudar o homem popular, entendemos que sejam Estado Nacional. Referindo-se à transição do poder teológico-político medieval para o Estado Moderno, diz Marilena Chauí: “não houve laicização da política, mas apenas um deslocamento do lugar ocupado pela imagem de Deus como poder uno e transcendente: Deus baixou do céu à terra, abandonou conventos e púlpitos e foi alojar-se numa imagem nova, isto é, no Estado”. Ela acrescenta, ainda, que não refere-se ao direito divino dos reis, mas “à representação moderna do Estado como poder uno, separado, homogêneo e dotado de força para unificar, pelo menos de direito, uma sociedade cuja natureza própria é a divisão das classes”.20

Referindo-se a exclusão dos povos não europeus da história, Henri Moniot aponta entre outros motivos o fato de que “os filósofos colocavam fora da história as sociedades privadas de Estado, (...) ou todas aquelas que repetitivas ou somente agitadas no caos, não trabalhavam numa construção desejada, consciente, progressiva”.21

Observando o Estado moderno enquanto espaço de convergência, seleção, legitimação e gerenciamento das propostas que buscam organizar e orientar o conjunto da sociedade e, ao mesmo tempo, atentando que tal mecanismo exclui, como afirma Moniot, os grupos sociais que não trabalham numa construção desejada, consciente, progressiva, ou seja, dentro da lógica racional moderna, acreditamos que o viés voluntarista dos discursos acadêmicos, apontados por De Decca, que sobrelevam, com frequência, determinados grupos da sociedade ou o Estado como agentes exclusivos para a realização e transformação histórica,22 ainda continua silenciando vozes.

A história dos grupos sociais, inclusive das elites, são dadas a leitura, quase sempre através de estruturas sociais que servem de suporte para a classificação e organização dos grupos em sociedade, portanto, suas histórias são analisadas tendo como perspectiva um objetivo comum, quase sempre orientado pela proposta do Estado nacional, entretanto, o projeto que orienta o conjunto social não surge do nada, não aparece por força divina, mas são fruto de interesses que são engendrados no mundo dos homens e, como tal, do que convém a alguém, ou a algum grupo.

Seguindo este raciocínio, entendemos que a narrativa histórica, ao contemplar, especialmente uma determinada estrutura: modelo de sociedade ou de Estado, ela, por sua vez, considera mais especificamente o projeto de um ou de poucos grupos em detrimento do interesse do restante que compõe o todo.

Se por um lado, os grupos populares participam do enredo, quase sempre, como colaboradores, agentes passivos, obstáculos, lado problemático, digno de piedade e de tutela, por outro lado a elite apesar de ter sua história também revelada na mesma base, seu caso não é tão problemático, visto que tal história contempla quase exclusivamente seus anseios, suas aspirações, ou seja, fala de seu mundo, é sua linguagem.

Vejamos como exemplo, um ótimo trabalho de Laura de Mello, onde esta

pesquisadora, fazendo uma nova leitura de documentos oficiais, analisa a sociedade das Minas Gerais do século XVIII e garimpa um grupo a mais naquela estrutura: “os desclassificados do ouro”.²³

Trata-se de um trabalho bastante oportuno para uma melhor compreensão da sociedade mineira daquele período, visto que os desclassificados desempenham tarefas específicas e vitais ao desenvolvimento dessa sociedade. Entretanto, os desclassificados, nos chegam sem identidade, sua classificação se dá apenas pela desclassificação na ordem social a que estão vinculados. É um grupo sem fisionomia, sem seus verdadeiros sentimentos, fantasias e aspirações, portanto, sem vontade própria, apenas sofrendo ações que surgem de interesses externos mais identificados com as elites internas da colônia, com a administração e o Estado portugueses.

Laura de Mello faz uma indagação muito conveniente a sua análise, “como definir um elemento que pertence e não pertence à sociedade, que é parte e negação do sistema, enfim, que vive a cavaleiro de dois mundos, na encruzilhada de vários caminhos”.²⁴ Entretanto, dentro da abordagem que procuramos ressaltar, podemos dizer que o elemento em questão é cavaleiro de outro mundo, de outro contexto e de outra narrativa que são capazes de reconhecê-lo enquanto sujeito de sua história, de suas construções, onde cria, goza e sofre os resultados de suas ações.

Convém salientar, que não é nossa pretensão negar o projeto de modernidade, suas instituições, suas elites, os estados nacionais. Sabemos que sua importância não se faz apenas para o Ocidente, mas para a história mundial, visto que as experiências da modernidade tem atingido direta ou indiretamente, com mais ou menos intensidade, todos os povos e, portanto, não é só praticamente impossível como indesejável, na atualidade, trabalharmos a história de um grupo, por mais primitivo que seja, sem o relacionarmos, de alguma forma, com o mundo moderno.

A problemática que levantamos não reside em negar esse projeto, mas em evitar que sua complexidade e seu brilho continuem apagando em grande escala as práticas e representações dos grupos populares e, com elas, suas capacidades inventivas, suas experiências, que tanto no conformismo quanto na resistência e por mais simples que sejam suas organizações sociais, podem oferecer ao mundo da racionalidade.

Entendemos que, para isto, é necessário algumas vezes, abandonarmos a lógica dos conceitos com os quais operamos para procurarmos compreender a idéia própria do conformismo e da resistência que um determinado grupo sob determinada circunstância, oferece ao seu meio e, com isto, evitar que a historiografia permaneça excluindo da história grupos que sempre estiveram fora dela.

Quando colocamos que os Macuxi têm características próprias, por um lado, é por terem uma origem étnica, lingüística e social comum. Por outro lado, é pelo modo diferente de conceber e organizar o espaço, por exemplo, sua concepção de terra não tem lugar para o conceito de propriedade utilizado pelo homem moderno, espaço físico e cultura se confundem. Não é sem motivo que, na atualidade, sua principal reivindicação é

a demarcação de sua terra, símbolo central de resistência, na luta pela sua sobrevivência enquanto grupo diferenciado.

Essas características específicas do grupo conduzem, muitas vezes, a formas de dominação e resistências especiais. De um lado, como mecanismo de dominação, a sociedade não-indígena classifica os Macuxi de caboclos; dizem que falam gíria; os associam ao atraso, ao não-civilizado, obstáculo ao progresso e desenvolvimento de Roraima e do país como um todo. Por outro lado, verificamos uma resistência por parte dos Macuxi, como podemos observar no discurso de um tuxaua macuxi: “não sei como é que vamos acabar. O civilizado diz que a nossa vida não presta e isto nos dói, eles têm tudo e não querem que nós sejamos índios. Eu quero ser índio para sempre e estou cheio de orgulho de ser filho dos meus pais e não tem civilizado que possa me obrigar a não caçar, ou pescar, a não comer damorida, ou fazer o que eles pedem”²⁵

Na citação, podemos observar que por mais importantes e atraentes que possam parecer as experiências da vida moderna, não são suficientes para fazer com que toda pessoa que entre em contato com elas abandone voluntariamente suas experiências próprias. Diante disso, torna-se infundada a idéia que o mundo moderno sempre tentou propagar de si mesmo e que deu origem à imagem do “fardo do homem branco”, sujeito que tem como missão levar a civilização aos que, por desconhecerem-na, vivem na selvageria.

Observamos, também, que a resistência não tem um espaço determinado de atuação, dá-se em todos os níveis das práticas e experiências, podendo ser simbolizada em todas as dimensões das atividades humanas. Atos vitais a sobrevivência se transformam em mecanismo de resistência, como caçar e pescar, ou seja, a busca de alimento, ação que a vida impõe a todos animais a cada dia. Ou, ainda, ato trivial do cotidiano se transforma em símbolo de resistência, pois comer damorida não é mais apenas um gesto alimentar, mas um ato de resistência às imposições do mundo civilizado.

Outras vezes, a resistência acontece, com os grupos indígenas se apropriando de práticas utilizadas pela sociedade não-índia. Neste caso, um mesmo mecanismo de dominação pode se transformar em mecanismo de resistência.

Como sabemos, o contato entre os dois povos criou necessidades de um intercâmbio comercial, visto que as aldeias passaram a necessitar de produtos que não dispunham de meios para produzir.. Tal experiência criou uma dependência, dada a incompatibilidade de preços, pois eram elevados o dos produtos não-indígenas e baixo o preço dos produzidos pelos índios, bem como o valor de sua prestação de serviço. “Não era raro que o índio comprasse fiado e, para pagar, trabalhasse na fazenda. Mas, assim não podia cultivar a sua roça, tendo novamente necessidade de comprar fiado e continuar trabalhando para o “patrão”. Desta maneira vinha a criar-se um regime de semi-escravidão, sem saída”²⁶

Em reação a esta situação, formou-se já no ano de 1970, uma cooperativa de compra e venda de produtos na maloca da Raposa. Apesar dos altos e baixos da

experiência, hoje são muitas as chamadas Cantinas Indígenas, comércios comunitários existentes em muitas malocas e, com isso “foi quebrada quase totalmente a dependência dos fazendeiros e as malocas tiveram possibilidade de empregar melhor o próprio dinheiro. Em alguns casos a situação até se inverteu: são os fazendeiros que querem comprar nas malocas, já que os preços são quase iguais aos da cidade”.²⁷ Portanto, a prática do comércio que em um dado momento é um mecanismo de dominação, num outro é de resistência.

Outro exemplo semelhante se dá com a criação de gado, prática utilizada como mecanismo de dominação com o intuito de ocupar as áreas indígenas, pois “terra sem gado não tem dono”, lema então utilizado pelos criadores, mas que se reverteu em favor dos índios, como atesta o trecho a seguir: “Mas, uma vez que as comunidades indígenas, perante a diminuição de caça e pesca, começaram também a criar, o lema começou a tornar-se uma faca de dois gumes. Assim, de um lado empurrados pela a necessidade e de outro pela consciência que, só seguindo o exemplo dos invasores a luta poderia ter esperanças de sucesso, os índios começaram a comprar gado e porcos”.²⁸

Portanto uma prática utilizada para a dominação, com o gado simbolizando terra ocupada, ou sem gado e, por conseguinte, sem dono e ocupável, é transformada em mecanismo de resistências. Onde, dominação e resistência podem ser definidas, a nosso ver, enquanto diálogo, investimento, disputa, ou ainda, o debater-se de propostas, praticas e interesses no efetivar-se da vida em sociedade.

Neste ultimo caso, o diálogo continuou com uma resposta que os fazendeiros ofereceram aos indígenas pela inversão de sua prática, pois “com a construção dos primeiros cercados dos índios, a reação tornou-se violenta: mandaram queimar os barracos, destruir currais e cercados. As criações foram, várias vezes, espalhados e, nas malocas, tornou-se normal encontrar reprodutores de porcos ou de cavalos castrados pelos fazendeiros que querem, assim, impedir que os índios criem. É comum também, a prática de ferrar com a marca da fazenda as crias dos animais dos índios”.²⁹

A resistência acontece ainda com os povos indígenas criando mecanismos específicos e originais de acordo com a circunstância. Isso acontece através de pequenas práticas, como matar a vaca da fazenda que invade e destrói a plantação, ou cortar o arame de uma cerca que impede a passagem para o rio. Atitudes essas reprimidas com violência por parte dos fazendeiros, que levaram no passado, em alguns casos, os índios a abandonarem as terras.

Num passado mais recente, esses problemas eram resolvidos com o delegado indo à maloca e ameaçando todos os índios até encontrar os acusados, que eram presos por alguns dias ou forçados a pagar o prejuízo com prestação de serviços, esta situação, entretanto, foi transformada após uma nova resposta dos índios, como se pode observar na citação que segue: “Mas, uma vez que os índios começaram a negar, ou a responsabilizar toda a comunidade pelas matanças, não foi mais possível prender alguém. Ainda mais, as comunidades começaram a recusar-se a pagar o animal morto e passaram a pedir que o fazendeiro pagasse o estrago que o gado faz nas roças. Interessante notar a velocidade

com que estes tipos de notícias se espalham entre as malocas, produzindo reações positivas e dando força e coragem aos índios”.30

Portanto, como demonstram as ilustrações apresentadas, assimilando ou descobrindo práticas para resistir à ocupação de suas terras e, com isto, também à desintegração de sua sociedade, ou ainda, alterando seus comportamentos por conta de exigências que a relação produz, como hoje são forçados a estimular a qualificação de pessoal, formar professores, técnicos agrícolas, enfermeiros e outros profissionais, ou lutar pela predominância de escolas bilingües necessárias ao desenvolvimento de seus projetos e aspirações, o certo é que os Macuxi sofrendo ou resistindo são sujeitos e têm sua própria história.

Fazendo uma introdução a antropologia social, diz Roberto da Matta que “estudamos os chamados “índios” não porque e exclusivamente eles estão desaparecendo, ou só para denunciarmos as injustiças que sofrem, mas para realmente **aprender** com eles as lições que não sabemos e que, por causa disso, ficam implícitas na nossa sociedade”.31

Segundo este autor, a autêntica antropologia social só pode acontecer quando estivermos plenamente convencidos da nossa ignorância. Entendemos que tal condição também é necessária à autêntica história dos grupos populares e, a nosso ver, é nisto que se encerra este artigo, ou seja, alertar ou reforçar a necessidade deste modo de agir enquanto prática fundamental a todos que analisam a história de grupos populares. Seguindo ainda a trilha do autor, dizemos que o nosso estudo e atenção para com estes grupos deve se fundar na troca igualitária de experiências humanas, o que torna necessária a negação da superioridade cultural do homem das Luzes, para que possamos realmente aprender e nos civilizar com eles.32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios propostas*, in Estudos Histórias, Rio de Janeiro, vol.7, n. 13, 1994, p. 102.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1990, p. 46.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 24. Ginzburg refere-se a Mikhail Bakhtin autor de *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Trabalho em que Bakhtin encontra na cultura cômica popular a importância de um mundo infinito de formas e manifestação do riso e sua oposição à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro,

- DIFEL, 1990, p. 59
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 25.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memórias: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto, 1992, p. 13.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, apresentação p. XVI.
- CIR. *Raposa Serra do Sol: os índios no futuro de Roraima*. Boa Vista, Conselho Indígena de Roraima, 1993, p.5.
- ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades*, in LE GOFF, Jacques (org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 172.
- SANTILLI, Paulo. *Os Mascuxi: história e política no século XX*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP: Unicamp, 1989, p.4.
- DURHAM, Eunice R. *A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas*, in CARDOSO, Ruth.(org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.18.
- DEDECCA, Edgar. 1930: *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.31.
- HOSI, Alfredo.(org.). *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p.7.
- SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*, in BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.41. Referindo-se as experiências das pessoas comuns enquanto um problema com que o governo tinha que lidar, Sharpe apoia-se em Edward Thompson. *History from below*.
- CHARTER, Roger. Op. cit., 1988, p.46.
- CIDR. *Índio: e brancos em Roraima*. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1990, pp.61-62.
- ARIÈS, Philippe. Op. cit., p.172. Grifo nosso. Afirma Ariès que “essas crenças se debilitaram”. O que não deixa de ser verdade, entretanto, entendemos que os paradigmas clássicos permanecem bastante vivos em nossas práticas acadêmicas.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993, pp.2-3.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1997, p.51. No primeiro capítulo: o discurso competente, a autora trabalha como se dá a burocratização e organização deste discurso.

Idem, p.6.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história, in LE GOFF, Jacques. História: novos problemas. 3 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p.100.

DE DECCA. Edgar. Op. cit., p.32.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p.24.

Idem, p.11.

Terêncio, Tuxaua, macuxi, maloca do Cumaná, in CIDR. Op. cit., p.51.

CIDR. Op. cit., p.44.

Idem, p.46.

Idem, p.46.

Idem, p.47.

Idem, p.42.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p.12.

Idem, p.13.

Progreso Tecnológico y Desarrollo Económico: Una Aproximación Marxista para el Enfoque Humano del Desarrollo

Roberto Argelio Frías Jiménez*

Alan Lemos**

Cualquier acercamiento al problema que nos ocupa requerirá de un adecuado enfoque metodológico si es que pretende, en alguna medida, ser legítimo. Tal enfoque debe permitir la realización del ejercicio intelectual que la naturaleza del problema objeto de análisis exige. De acuerdo con esto es necesario también aclarar el significado que tienen aquellos conceptos con los que se pretende operar en la realización del análisis y que son asumidos como claves en el proceso de nuestra exposición.

Los problemas de la relación entre desarrollo tecnológico y desarrollo humano, los vemos a través del prisma de la relación entre los problemas sociales de la ciencia y la tecnología y, para los efectos prácticos de nuestro trabajo, serán enfocados teniendo en cuenta dos niveles: Primero aquel que está intrínsecamente asociado al desarrollo de la ciencia o de la tecnología y que tiene un matiz gnoseológico, es decir un problema o conjunto de ellos que se enmarcan dentro de la clásica dicotomía leniniana acerca de que no hay diferencias de principios entre el fenómeno y la esencia, sino entre lo conocido y lo que falta por conocer, brecha que jamás será ganada, pero que como exigencia social es siempre el principal estímulo al desarrollo tanto de la ciencia como de la tecnología. Segundo, el que se refiere a lo que se ha dado en llamar impactos de la ciencia y la tecnología en la estructura social.¹ Este nivel será nuestro principal objeto de exposición.

Esos impactos se exponen aquí en relación con los procesos de desarrollo de la actividad científica y tecnológica cuyos componentes son el conjunto de elementos denominados invención, innovación y cambio. En este trabajo se le dedica mayor atención a los procesos de innovación tecnológica y no porque no se considere el problema social de la ciencia, sino porque el hecho real de que ésta se haya convertido en una fuerza

* Dr., Professor do Departamento de Economia da Universidade de Matanzas, Cuba.

** M.C., Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Roraima, Brasil.

1 Asumimos aquí el concepto estructura social en el sentido que Marx le da en el Prólogo a la Contribución a la Crítica de la Economía Política. El uso de este término se ha prestado últimamente a determinadas confusiones, sobre todo en personas habituadas al clásico esquema que identifica el concepto estructura con el de relaciones de producción o económicas. Nosotros lo hemos tomado del trabajo "El desafío de los años 90: Diez Nuevas Tendencias". Edición de Adolfo Castillo, María Cruz Alonso y José A. Díaz, pp.13-14.

productiva directa, es decir, en un instrumento de transformación productiva de las fuerzas de la naturaleza y de la propia sociedad, reducen tanto el momento de la ciencia y de la tecnología que es casi imposible distinguirlos como procesos independientes. Por otro lado, como señala Nuñez: “La tecnología contemporánea es un producto de la ciencia”, y alude a cierto empalme de la tecnología con las disciplinas científicas que las han engendrado.² Basándonos en estas afirmaciones que compartimos totalmente hemos tomado la opción válida de centrarnos en la tecnología para, a través de ella, presuponer a la ciencia.

En lo que al enfoque metodológico se refiere queremos significar que el que se aplique no puede verse como una externalidad que le viene al objeto de análisis desde afuera, sino que aunque parezca absurdo (y decimos parezca porque en realidad no lo es), el enfoque debe nacer de la naturaleza del propio objeto de análisis. *En el caso que nos ocupa, el objeto sobre el que versan nuestras reflexiones, son las relaciones sociales estudiadas desde la perspectiva de los impactos que sobre ellas ejercen el desarrollo de la ciencia y de la tecnología.*

De acuerdo con ésto, dentro de la amplia gama de enfoques que la ciencia conoce para analizar, estudiar e investigar este nexo, consideramos que el que mejor se aviene a las características de nuestro campo de estudio es, sin lugar a dudas, el enfoque marxista.³ Aunque el objetivo de este trabajo no es argumentar la afirmación que hemos hecho, si vale la pena decir que el desarrollo de la ciencia y la tecnología y sus impactos sobre las relaciones sociales, constituyen una regularidad a la que como tal le es aplicable el principio científico de la repetición.

Sobre la base de este razonamiento hemos formulado la siguiente **hipótesis** de trabajo: “Si existe una relación estrecha entre los llamados problemas sociales de la ciencia y la tecnología, como objeto de nuestro análisis, y el enfoque marxista para el estudio de las relaciones sociales como método de investigación, cumpliéndose así uno de los principios fundamentales de la concepción de Marx acerca de la unidad entre el objeto y el método de análisis, entonces es posible descubrir y argumentar desde posiciones científicas los impactos que sobre las relaciones sociales tienen el desarrollo de la ciencia y la tecnología.”

Trataremos ahora de develar, según nuestra interpretación, ese punto nodal que representa la unidad entre el objeto y el método de la investigación.

El problema social, como objeto de la investigación está planteado en Marx en función de la realización de lo que él define como **esencia humana**. Esta problemática es fundamental para poder comprender el verdadero significado del ya aceptado concepto de

² Jorge Nuñez Jover. Ciencia - Tecnología - Desarrollo Social. Problemas Sociales de la Ciencia y la tecnología. GESOCTY, pp.88.

³ Cuando se habla del Enfoque marxista nos referimos al sistema de principios que se derivan de la concepción de Marx elaborada por él en su estudio de la sociedad capitalista y formulada suscitadamente en el Prólogo de la Contribución a la Crítica de la Economía Política y ampliamente desplegada en su obra cumbre El Capital.

humanismo marxista. El mismo, como es ampliamente conocido, se contrapone al concepto smithiano de la naturaleza humana y de su homo economicus, pilares sobre los cuales se erigió una concepción del hombre y del orden social correspondiente, donde presuntamente se desarrollan sus cualidades identificatorias: egoísmo, espíritu mercantilista, interés privado, propensión a consumir, a ahorrar, etc. Esta idea es fundamental para, en nuestra opinión, poder distinguir a qué se refiere el concepto de lo humano cuando es utilizado para calificar el desarrollo.

Para Marx, la esencia humana “[...] no es algo abstracto inherente a cada individuo. Es, en su realidad, el conjunto de las relaciones sociales.”⁴

Para explicar desde posiciones científicas los problemas inherentes al desarrollo histórico de esa esencia humana (del conjunto de las relaciones sociales en su realidad), Marx “Lo hizo destacando de los diversos campos de la vida de la sociedad el de la economía, destacando de todas las relaciones sociales, las relaciones de producción, por ser las fundamentales, las primarias, las que determinan todas las demás.”⁵

Obsérvese que ahora nos estamos moviendo en el plano de la relación entre dos conceptos claves: El concepto de relaciones sociales, cuyo conjunto conforma la esencia humana y el concepto de relaciones de producción o económicas, cuyo conjunto conforma la esencia económica del sistema en cuestión y entre las que se establece un nexo causal donde las primeras se explican por las segundas.

El proceso que explica claramente esta cuestión es desarrollado por Marx en el Prólogo de la Contribución a la Crítica de la Economía Política, donde formula la hipótesis de que el desarrollo histórico de la esencia humana, no se puede explicar por sí mismo, sino por el contrario, sus causas radican en las condiciones materiales de vida de los hombres, en las relaciones de producción como relaciones que los hombres contraen en la producción social de su vida y cuyo conjunto conforma la estructura económica de la sociedad (esencia económica).⁶

Es necesario destacar una observación realizada por Lenin, en la que está la clave para comprender cómo se articula, en el análisis, el problema de la ciencia y de la tecnología. Se trata de que el propósito del análisis marxista es proporcionar un criterio objetivo y formular un criterio científico. Al primero se refiere el destacar a las relaciones de producción como estructura de la sociedad, al segundo “la posibilidad de aplicar a estas relaciones [...] la repetición.”⁷

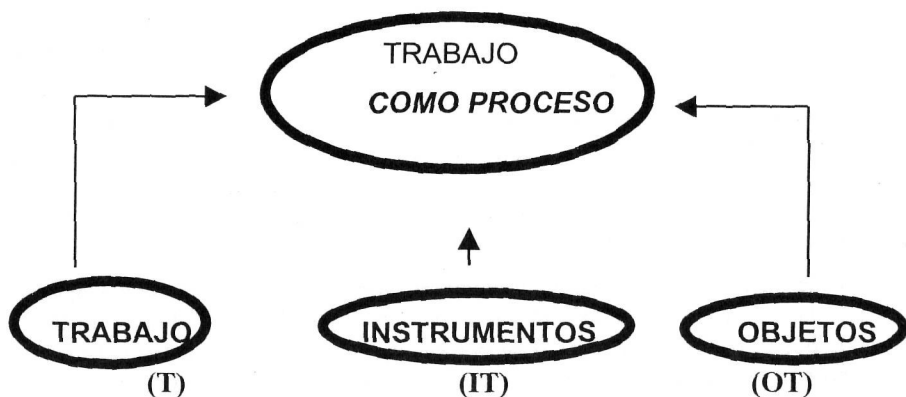
⁴ Carlos Marx. Tesis sobre Feuerbach. Tesis No. 6. En Carlos Marx y F. Engels, Obras Escogidas, en tres tomos, tomo 1. Editorial Progreso, 1973, pp. 9

⁵ V I Lenin. Quiénes Son los Amigos del Pueblo y cómo Luchan Contra la Socialdemocracia. Editorial Progreso, Moscú, 1978, pp.13.

⁶ Carlos Marx. Prólogo de la Contribución a la Crítica de la Economía Política. En Obras Escogidas, en tres tomos, tomo 1. Editorial Progreso, Moscú, 1973, pp 517 - 518.

⁷ Idem nota 5, pp.15.

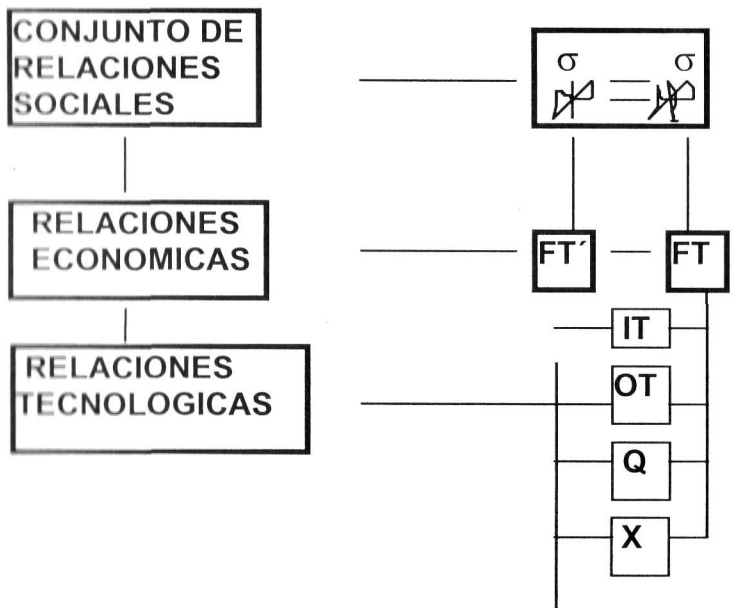
He aquí porqué del sistema (conjunto) de las relaciones sociales Marx aísla una de sus partes para, a partir de ella explicar el todo. Esta parte son, precisamente, las relaciones de producción o económicas. El criterio científico general de la repetición permite descubrir lo que es constante, reiterado, causal, regular en la actividad humana y esto no es otra cosa que la producción y reproducción de la vida biológica y social del propio hombre y tanto una como la otra tienen como precedente la producción y reproducción de bienes materiales mediante el trabajo humano. Siendo éste un concepto clave, Marx le dedica un amplio análisis que abarca los trabajos desde la Ideología Alemana hasta El Capital.⁸ El trabajo como actividad específicamente humana, es analizado como la unidad de Medios y Fines. Desde la perspectiva de los primeros se destacan sus elementos constitutivos del trabajo como Proceso:



Entre estos tres elementos se da un tipo de relación que por sus características se distingue sustancialmente, tanto de las económicas o de producción como de las sociales. Son esas relaciones las que comúnmente se clasifican como tecnológicas y expresan el vínculo entre el hombre y el objeto de la transformación mediante los instrumentos.

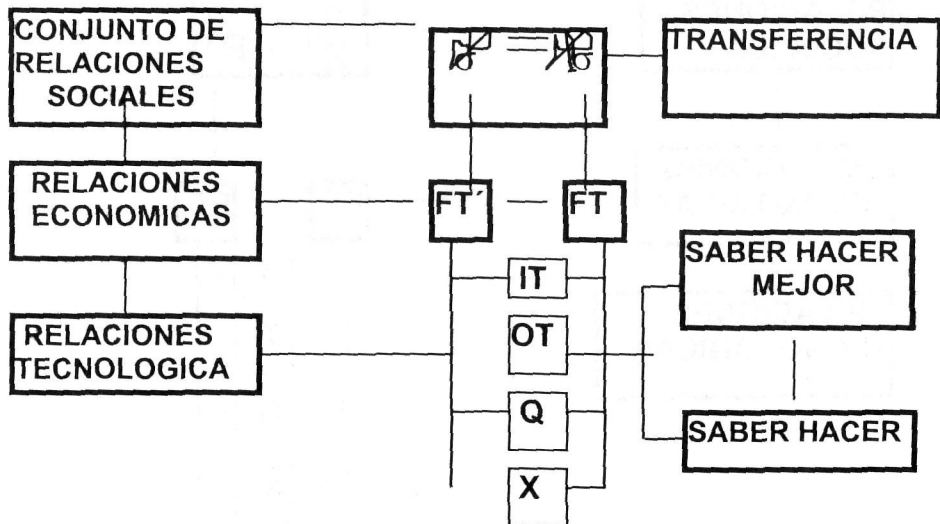
Hay que tener en cuenta que ellas no agotan totalmente el contenido de la tecnología, pues aún hay que observar que existe, además, una relación entre hombres a través de la cual ocurre el proceso de transmisión de la experiencia productiva, técnica, organizativa, etc., entre unos y otros. Este aspecto es de suma importancia para poder comprender los procesos de innovación mediante la así llamada transferencia de tecnología. El siguiente gráfico resume la idea anterior:

⁸ Ver C.Marx. Ideología Alemana. Editora Política, La Habana, 1979 y El Capital, tomo I, sección III, Cap. I, epígrafe 1, pp 74 y 86.



Las relaciones de carácter tecnológico incluyen, además, otros momentos muy importantes; a los que se refieren:

- El saber hacer, enmarcado en la relación hombre - objeto.
 - El saber hacer cada vez mejor, enmarcado también en la relación, pero ahora desde una Perspectiva dinámica (de desarrollo).
 - La transferencia, enmarcada en la relación hombre - hombre y que incluye a su vez, dos momentos muy importantes:
 - a) Saber captar el saber hacer de terceros
 - b) Saber asimilar lo captado
- Lo dicho podríamos representarlo ampliando el gráfico anterior:

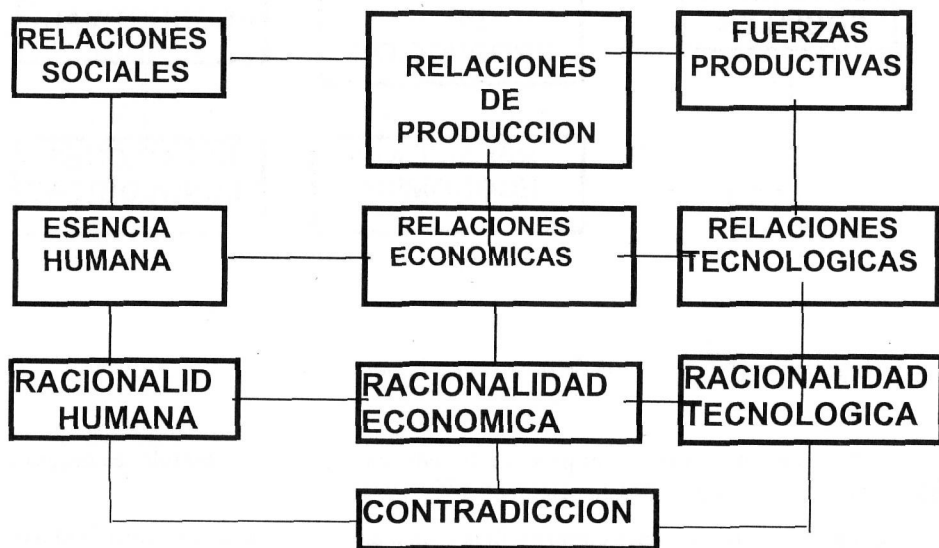


El gráfico muestra algunos conceptos claves de la teoría marxista que son necesarios considerar en el análisis.

Las relaciones entre hombres están al nivel de las relaciones sociales, pero cuando éstas se estudian en el nivel de las relaciones económicas, el concepto hombre aparece reducido a uno de sus lados, es decir, al concepto Fuerza de Trabajo. Esta, articulada con los Medios de Producción (IT + OT combinados), nos da el concepto marxista de Fuerzas Productivas, que como puede apreciarse en el esquema están asociadas, a su vez, al concepto de tecnología.

Nos parece que a lo largo del análisis se aprecia claramente la existencia de una estrecha relación entre lo que constituye nuestro objeto de estudio y el enfoque marxista de la investigación, idea que enunciarnos en la hipótesis de trabajo que formulamos al inicio del trabajo. Es Lenin quien, a nuestro modo de ver, mejor destaca el nexo al que hacemos referencia: “[...] sólo reduciendo las relaciones sociales (esencia humana) a las de producción (esencia económica) y estas últimas al nivel de las fuerzas productivas

racionalidad humana, económica y tecnológica. Lo dicho hasta aquí queda resumido en el gráfico siguiente:



3. Las diferentes interpretaciones que se han hecho de esa interrelación presentan, en su mayoría, serias deficiencias. La exaltación de la racionalidad humana (humanismo), en más de una ocasión ha hecho olvidar el análisis y las conclusiones de Marx desde la Ideología Alemana hasta Crítica al Programa de Gotha, donde aclara que el comunismo, como régimen (orden) social, y espacio ideal donde podrá realizarse en toda su plenitud la esencia humana, sólo puede ser el resultado de un alto desarrollo de las fuerzas productivas, es decir de las así llamadas relaciones tecnológicas.

Aún en vida de Engels, éste tuvo que asumir la defensa de la concepción marxista frente a los criterios bersteinianos sobre el determinismo económico. Constancia de ello es

su carta a Bloch de 1890, donde realiza un serio intento por el explicar el significado de "lo económico como determinante en última instancia". Esta corriente de pensamiento tuvo otro gran momento durante los años finales de existencia de la Segunda Internacional y acompañó al socialismo mundial hasta su estrepitoso derrumbe y desmontaje.

En estrecha relación con el determinismo económico se ha desarrollado también el determinismo tecnológico, sobre cuya base se han estructurado las teorías de la modernización, cuyo remate es un capitalismo a ultranza, ahistórico y eterno y las teorías acerca de la imposibilidad de que el socialismo se alcance en países con bajo nivel de desarrollo de las fuerzas productivas.

Lo singular de esta problemática es que casi todos los que sostienen una u otra posición las sustentan en mayor o menor medida tomando al vuelo una u otra cita de Marx.

Nosotros pensamos que la mejor alternativa no consiste en ir pendularmente de un punto a otro, ya hemos hablado del principio marxista de la unidad entre el objeto y el método. El primero está constituido por la realidad social, frente a ella nos posicionamos con el enfoque marxista y descubrimos allí qué es válido y qué no lo es. En esto consiste, a nuestro modo de ver, el carácter creador de la aplicación de tan monumental modelo teórico. Hacer lo contrario es tratar de introducir en la realidad un estado de cosas preestablecidas en el modelo,¹¹ desde afuera, o sujetar la realidad a un ideal perfecto e impreciso por no poder abarcar totalmente a la realidad y esto tiene más de hegelianismo puro que de marxismo creador aunque se haga muchas veces en su nombre.

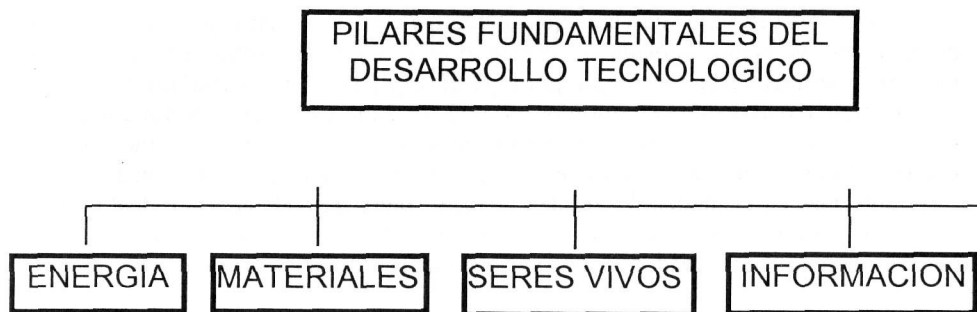
El Enfoque Marxista, Tecnología y los Modelos de Desarrollo

Aquí se incursiona en el Modelo marxista y se demuestran sus particularidades, así como el papel que juega el progreso técnico en el movimiento de las estructuras económicas, que son precisamente el objeto de investigación en Marx. Establecemos un

¹¹ En nuestra opinión tratar de ajustar la realidad al modelo, como casi siempre se intenta, es un imposible práctico. Los modelos, cualquiera que ellos sean, cumplen funciones determinadas entre las que podemos mencionar la de servir de instrumentos para ayudar explicar la realidad que se pretende investigar, o de inducir un modo determinado de pensamiento para enfrentar el objeto de investigación. En la práctica se puede apreciar que muchas veces se identifica a la realidad con el modelo ideal y esto provoca profundas rupturas entre la primera y la segunda con consecuencias sociales nefastas. No debemos olvidar que la precisión de un modelo se logra, precisamente, reflejando la realidad de modo impreciso puesto que el mismo no puede (al menos hasta ahora con todo el avance tecnológico que la humanidad ha registrado) agotar la realidad en toda su prácticamente inagotable riqueza de fenómenos, matices, etc.

puente entre el sistema categorial marxista y los nuevos conceptos con que se analizan hoy los problemas del desarrollo y el papel que en ello juega la Tecnología, así por ejemplo se introducen los conceptos de paradigma tecnológico y de tecnología disponible, para a partir de ello valorar la relación entre países avanzados y atrasados, desarrollados y subdesarrollados. En esta parte se expondrán algunas de las transformaciones que se dan en el ámbito de las estructuras sociales como consecuencia del proceso de innovación tecnológica.

Como quiera que lo dicho en el párrafo anterior se sitúa, de hecho, en el orden de algunos principios metodológicos, conviene que aclaremos a qué relaciones o estructuras sociales hacemos alusión. Nos referimos específicamente a relaciones de carácter cultural, económico, político, ideológico, filosófico, etc., tanto en el plano interno como en el marco de las relaciones entre países. Establecemos el nexo orgánico que existe entre estas relaciones y aquellas que tienen que ver con el desarrollo de la tecnología y sus cuatro pilares fundamentales:



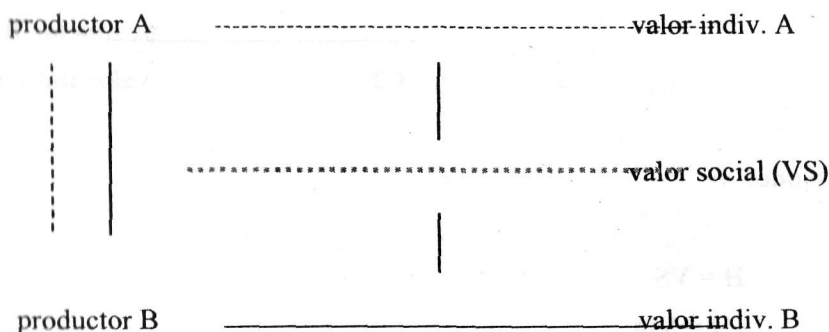
Para, a partir de esta interrelación explicar los cambios que se dan en las así llamadas estructuras sociales.

Por otra parte, es necesario destacar que la hipótesis marxista expuesta en la Contribución a la Crítica de la Economía Política es probada y demostrada en el análisis del modo de producción capitalista, cuyos resultados son expuestos por Marx en su obra cumbre *El Capital*. Señalamos esto por cuanto ello indica claramente el nexo esencial que existe entre desarrollo tecnológico y desarrollo histórico del capitalismo hasta nuestros días. [Marx (1962) y (1973)]

En consecuencia con lo dicho, los problemas analizados aquí responden a la lógica económica interna del capitalismo, a su mecanismo innato de funcionamiento y ha determinadas especificidades de su funcionamiento.

La ciencia económica conoce varios modelos o esquemas teóricos a partir de los cuales y con cuya ayuda se ha estudiado el nexo anteriormente enunciado. Toda la obra de Marx, El Capital, es un modelo de este tipo que está compuesto por las estructuras claves siguientes:

El Mecanismo de Acción de la Ley del Valor, el cual puede verse representado en el gráfico siguiente:



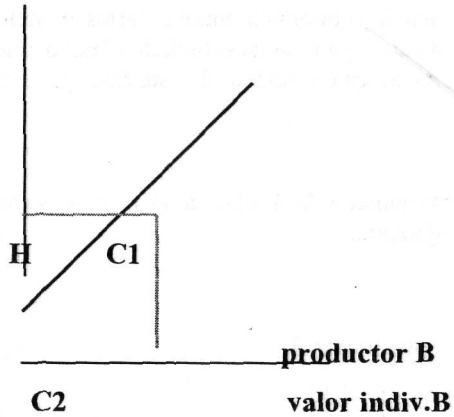
Cómo se forma VS?

El proceso de demostración se basa en la aplicación del Método del Paralelogramo de Fuerzas¹²

¹² Este es un Método de la Física clásica que dice que cuando dos fuerzas interactúan entre sí, se obtiene, por el juego de acciones y reacciones entre las fuerzas interactuantes, una tercera que no es de suyo igual a las dos que le dieron origen, sino diferente. El método de medición no puede ser la simple suma de las fuerzas individuales. Para ello se aplica el conocido teorema de Pitágoras que dice que el cuadrado de la hipotenusa es igual a la suma de los cuadrados de los catetos. El método aquí se utiliza sólo como un recurso analógico. Engels también lo hizo cuando intentó aclarar el significado de lo económico como determinante en última instancia (ver la carta de Engels a Bloch de 1890 y el trabajo de Althusser "Contradicción y Superdeterminación." Para nosotros las fuerzas individuales están representadas por dos productores diferentes (o sea, en nuestro modelo explicativo la realidad ha sido reducida o simplificada a esas dos fuerzas) que al enfrentarse entre sí en el mercado generan esa

productor A
valor indiv.A

VS



nde:

$$H = VS$$

$$C1 = V_{ia}$$

$$C2 = V_{ib}$$

icando Teorema de Pitágoras:

$$H^2 + C1^2 = C2^2$$

la fuerza (la fuerza del mercado) que no es la simple suma sino la resultante pitagórica interpretada aquí Valor Social.

$$\Pi = \sqrt{C_1 + C_2}$$

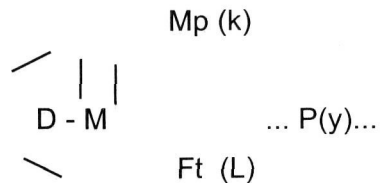
$$VS = (V_{ia}) + (V_{ib})$$

$$VS = \sqrt{(V_{ia}) + (V_{ib})}$$

El modelo, como representación simplificada de la realidad económica que intenta explicar, sugiere una serie de presupuestos:

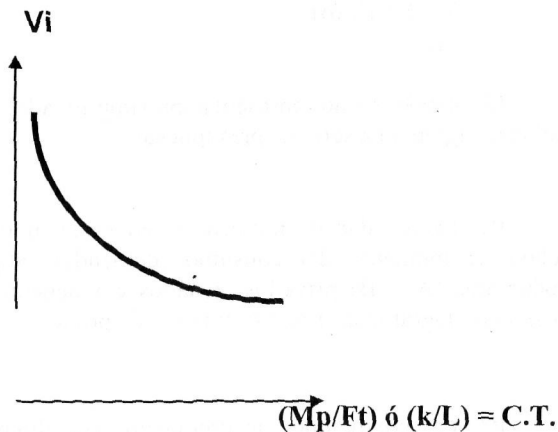
P1: La realidad económica se reduce al momento de la producción (oferta), no incluye el momento del consumo (demanda). Supone, por tanto, la existencia de productores (A y B) privados, aislados e independientes los unos de los otros, todos tratando de lograr maximizar su función de producción.

P2: Las condiciones de producción son diferentes para los productores, aunque ambos producen para el mismo mercado. Este concepto (condiciones de producción) se desprende, evidentemente, de las características del modelo marxista siguiente:

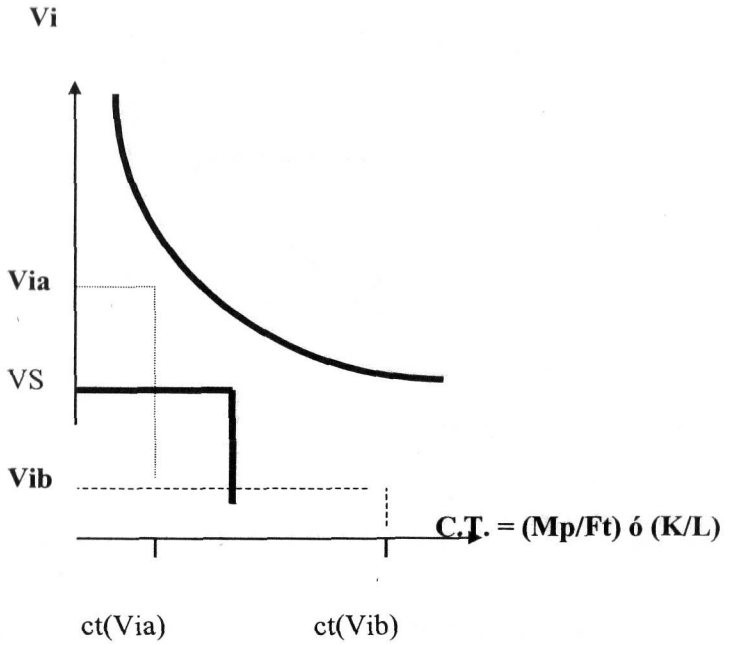


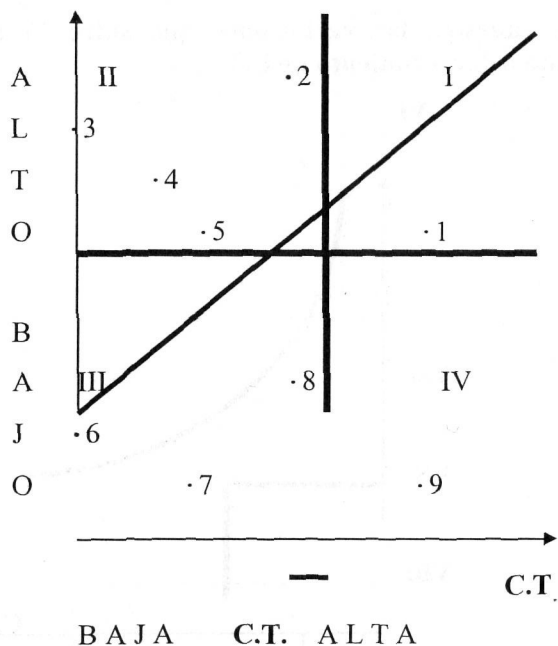
que como puede apreciarse se deriva, a su vez, del concepto Fuerzas Productivas, las que, como ya dijimos en parte anterior de este trabajo, se asocia al concepto de relaciones tecnológicas, las que en este caso concreto se articulan o combinan en una determinada proporción a los Mp (k) con la Ft (L), siendo esta combinación de los factores de la producción la que origina el concepto de Composición Orgánica del Capital (C.O.C) y dentro de ella, específicamente el concepto de Composición Técnica (C.T.), o sea, P es una Función de Mp y de Ft : $P = f(Mp, Ft)$, lo que equivale a la clásica función de tipo Cobb - Douglas, donde $y = f(k, l)$. En este caso $CT = Mp/Ft$ ó k/l .

En el gráfico que representa al mecanismo de acción de la ley del valor se puede apreciar claramente que $VS = f(Mp, Ft)$ ó $VS = f(k, l)$, la que es diferente en A y en B, [$Via = f(Mp, Ft) > Vib = f(k, l)$], y esto sólo es posible si se verifica la situación que a continuación muestra el gráfico siguiente:



La curva muestra las variaciones que sufre V_i como consecuencia del crecimiento o decrecimiento de C.T.





cuadrante I: Están los productores que tienen una alta C.T., pero al mismo tiempo tienen un alto Vi. Evidentemente que esta no es una buena posición, pues no se corresponde con lo expresado en el gráfico anterior. Todo lo contrario, si allí la curva tenía un sentido descendente, aquí lo tiene de modo ascendente, o sea, en la medida que crece la estructura técnica de la producción crece también el valor individual del producto, lo que es irracional desde el punto de vista económico.

cuadrante II: Están los productores que tienen una baja C.T. y por ende, según lo mostrado en el gráfico anterior, un alto Vi, ya que éste es $f(C.T.)$. De todas formas es bueno tener en cuenta que, incluso, dentro de este cuadrante la situación de los productores no es exactamente la misma. La distancia de cada uno de ellos de la diagonal refleja claramente la magnitud del problema. Mientras más grande sea la distancia absoluta entre un punto dentro del cuadrante y la línea diagonal, peor será la situación para el productor individual. Así por ejemplo, el productor 2 es el que tiene la peor situación de todos. Este será, posiblemente, el más vulnerable a la lucha competitiva con el resto de los productores y, por

ende, el primero en arruinarse.

Cuadrante III: Están los productores que tienen baja C.T. y bajo V_i , lo que de acuerdo con gráfico anterior es normal, dado que $V_i = f(C.T.)$.

Cuadrante IV: Están los productores con alta C.T. y V_i bajo. Es esta situación la que se corresponde con el modelo desarrollado en el gráfico.

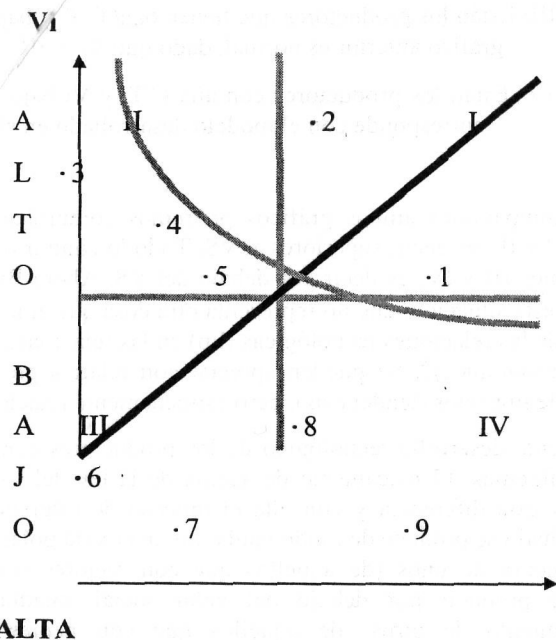
Si comparamos ambos gráficos podremos comprobar que V_{ia} , se ubica en los cuadrantes I y II, es decir, superiores al VS. Todo lo contrario ocurre con V_{ib} , ubicado en los cuadrantes III y IV, es decir por debajo del VS. Ahora bien, ¿Qué consecuencias se derivan de esta situación, que no representa otra cosa que el impacto que tiene el diferente desarrollo de las relaciones tecnológicas (F_p) en las relaciones entre los productores (R_p o estructura económica)? Se pueden apreciar con relativa precisión, al menos, dos tipos diferentes de impactos (tendencias), pero estrechamente relacionados entre sí, a saber:

1. El diferente desarrollo tecnológico de los productores condiciona la existencia de V_i también diferentes. El mecanismo de acción de la ley del valor genera una tendencia a profundizar esta diferencia y con ella el proceso de diferenciación de los productores. Como resultado se produce de modo paulatino una cierta polarización que se expresa en el enriquecimiento de unos (de aquellos que con mejores condiciones tecnológicas son capaces de producir por debajo del valor social: cuadrante IV) y la ruina y el empobrecimiento de otros (de aquellos que con peores condiciones tecnológicas, producen por encima del valor social: cuadrante II).

2. El diferente desarrollo tecnológico condiciona la necesidad de que los productores que tienen peores condiciones y que producen, por tanto valores individuales por encima del valor social desarrollen procesos de invención, innovación e introducción de los adelantos científico - técnicos para no perecer en la competencia con los demás. Esto último constituye un verdadero proceso de transferencia de tecnología, del polo más desarrollado hacia el menos desarrollado y que incluye todos los momentos que el concepto encierra:

- a) El Paradigma y la Trayectoria Tecnológica
- b) La Tecnología Disponible
- c) La Apropiación (asimilación) de la Tecnología Disponible
- d) La Capacidad Tecnológica

De modo tal que ello estimularía un movimiento en el sentido y dirección que aparece representado en el gráfico siguiente:



De Composiciones Tecnológicas bajas hacia Composiciones Tecnológicas altas, es decir del Cuadrante II hacia el Cuadrante IV. Es evidente que este proceso de difusión tecnológica genera el desarrollo de las Fuerzas Productivas (Relaciones Tecnológicas).

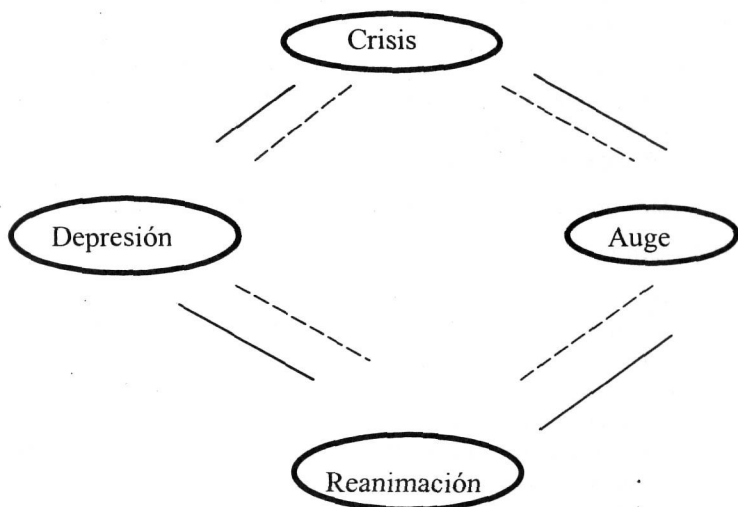
En estrecha relación con estas dos tendencias, se sitúan dos nociones muy importantes en cuanto al papel de la Ciencia y la Tecnología y de sus impactos en las relaciones sociales.

Desde la perspectiva de los productores que están en el cuadrante II el desarrollo tecnológico ocurre como resultado que su demanda ejerce una función dominante en la conducción de las invenciones, las innovaciones y la transferencia de tecnología. Este proceso se conoce como *Demand - pull*, es decir, es la demanda la que "hala" a la tecnología.

Desde la perspectiva de los productores que están en el cuadrante IV la cosa es

bien diferente, pues aquí son la ciencia y la tecnología las que impulsan a los productores hacia la búsqueda de las invenciones, las innovaciones y la transferencia. Esto se conoce como *Technology-push*, es decir, la ciencia y la tecnología “empujan”. El *Technology-push*, admite incluso otra interpretación consistente en considerar que la ciencia y la tecnología se desarrollan de forma independiente al sistema económico. En este caso se considera a la ciencia exógena y neutra en interacción con la tecnología y la economía al entender que el proceso de desarrollo científico desemboca de forma inexorable en una cierta tecnología.

El Modelo de Análisis del Ciclo del Capital Industrial



Donde se demuestra que la Renovación¹³ del Capital Fijo es la única vía para salir de la crisis. El mecanismo mediante el cual esto transcurre, fue explicado en el inciso anterior.

¹³ La Renovación (del Capital Fijo) exige desarrollar los procesos de Invención o innovación, apropiación tecnológica o transferencia de tecnología, teniendo en cuenta el Paradigma y las Trayectorias Tecnológicas existentes, la tecnología disponible y su apropiación, así como la capacidad tecnológica.

El esquema o modelo utilizado permite explicar la problemática del desarrollo capitalista a partir del análisis de la interrelación que existe entre las relaciones económicas y las relaciones tecnológicas.

El Modelo de la Tendencia Histórica de la Acumulación Capitalista, donde realmente se resume la idea expuesta en el Prólogo de la Contribución a la Crítica de la Economía Política en el sentido del nexo entre Relaciones de Producción (Económicas) y Fuerzas Productivas (Tecnológicas). Aquí se pueden apreciar, de manera más nítida, el mecanismo de polarización y la desigualdad del desarrollo capitalista, base para entender algunos procesos muy relacionados entre sí tales como:

a) La Concentración y Centralización del desarrollo científico y tecnológico en Centros de dominación, así como de las fuentes para su financiamiento.

b) El desarrollo económico y tecnológico desigual entre regiones y países lo cual sirve de base para el establecimiento de relaciones de dependencia y subordinación de los polos menos desarrollados a los más desarrollados.

Estos procesos se dan primeramente en el plano interno para luego, por la lógica inexorable del movimiento del capital desbordar las fronteras nacionales para reproducir a escala internacional el esquema anteriormente descrito. Todo ello es básico para poder explicar el problema de la relación entre:

a) Desarrollo científico y tecnológico y subdesarrollo en el ámbito internacional

b) Desarrollo científico y tecnológico y subdesarrollo regional.

Con lógicas diferentes, pero con muchos puntos de contacto con el esquema de Marx, existen otros Modelos donde a partir de la relación desarrollo tecnológico - desarrollo económico, se explica el funcionamiento del capitalismo actual y sus tendencias principales. Nos referimos, por ejemplo, al llamado Modelo de las Ondas del Capitalismo, que al igual que en el caso de las Teorías de los Ciclos demuestran las profundas transformaciones que sufrió el sistema económico capitalista gracias a las innovaciones que se implementaron a partir de los procesos competitivos¹⁴ para reducir los costos e incrementar las ganancias (economías de escala).

La Teoría de las Ondas del Capitalismo se basa en una conceptualización que refleja los impactos del desarrollo científico y tecnológico en las relaciones económicas y demás esferas de la vida social en el capitalismo y ha tenido, por eso, una amplia divulgación en la literatura

especializada asumiendo las más diversas formas de expresión destacándose las así llamadas Ondas Cortas de Kitchin, las Ondas Largas de Kondrátiev (ambas surgidas aproximadamente en 1928), de Schumpeter, Mandel y Freeman, que estiman estas ondas en ciclos largos de 50 años, así como la Teoría sobre Ondas más Largas o Eras de Kaplinski.

¹⁴ Estos procesos se dan entre fracciones del capital y entre el capital y el trabajo.

La utilización de estas teorías en la explicación del desarrollo capitalista ha servido de base a diferentes conclusiones:

1. La conclusión marxista que demuestra, en el Modelo Teórico, el desarrollo tecnológico como un resultado del desarrollo capitalista a la vez que condicionante del cambio o sustitución de éste por un sistema económico más avanzado.

2. La conclusión shumpeteriana, que demuestra la capacidad de adaptabilidad del capitalismo utilizando, precisamente las bondades del desarrollo tecnológico.

3. La conclusión rostowiana, que recogiendo la tradición liberal, hegeliana, kojéviana y finalmente, fukuyamiana, formula la Teoría de las Fases del Crecimiento Económico, alternativa al Modelo marxista, donde se emite un mensaje de esperanza al polo menos desarrollado al crear la expectativa de que su situación actual forma parte del desarrollo natural por el que algunos pasaron y por donde los demás deberán pasar. Posición reforzada hoy por el derrumbe, desmantelamiento y transición hacia el capitalismo del llamado socialismo real este europeo, así como por las reformas de mercado que otros países como Cuba, China, Vietnam, etc. adoptan para salir de sus respectivas crisis económicas.

Ahora bien, lo común a todos los Modelos y Teorías (incluyendo el marxismo), es que están asociados a grandes cambios en la Ciencia y la Tecnología, comúnmente conceptualizados como Revoluciones.

Estas Revoluciones han afectado a los cuatro pilares fundamentales del desarrollo tecnológico: la energía, los materiales, los seres vivos y la información.

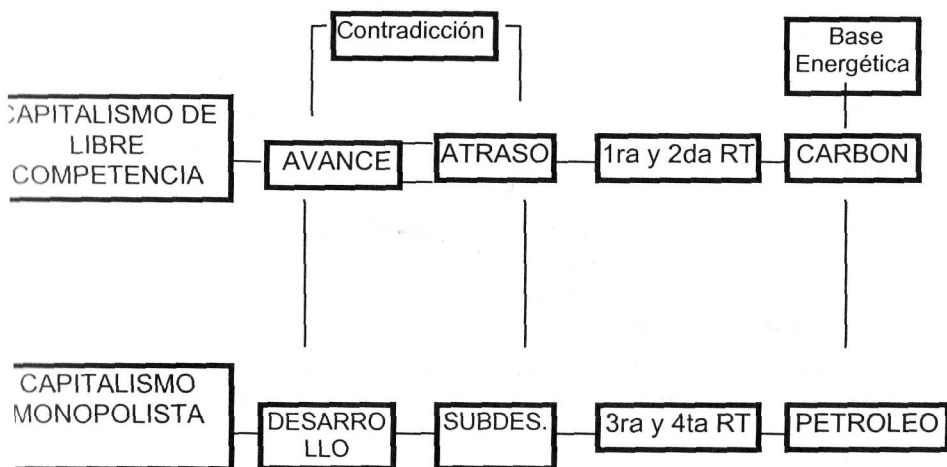
En cuanto a la energía. Lo primero que habría que señalar es que toda onda, ciclo, era o Revolución siempre tiene como base una determinada fuente de energía. Según algunos autores, la Primera Revolución Tecnológica (RT) de la era Moderna, se inició entre 1787 y 1827 y se basó en el carbón como fuente principal, la que también es común a la Segunda Revolución Tecnológica que se sitúa de 1828 a 1885.

Ambas RT se corresponden con el estadio o fase desarrollo del capitalismo de libre competencia en dos niveles diferentes. Un primer nivel de desarrollo hacia dentro de Europa y un segundo nivel hacia afuera, en busca de mercados y países donde colocar los excedentes, primero mercantiles y luego de capital, y de donde obtener la materia prima indispensable que dicho desarrollo demandaba. Así se fueron articulando al proceso toda una serie de países en condición de colonias, ocupando el lugar que la División Internacional del Trabajo formada bajo esas exigencias les asignó como destino histórico.

Aún no se puede hablar aquí de contradicción desarrollo subdesarrollo, pero ya se están sentando las bases. Marx califica a esta relación como adelanto (avance) y atraso, dando la idea de que este desbordamiento del capitalismo más allá de sus fronteras generaba un desarrollo tecnológico en los países receptores y que por tanto era posible que estos ganaran la brecha que los separa de sus metrópolis desarrolladas. Esto es lógico, pues aún el desarrollo económico y político desigual del capitalismo no se ha manifestado

no ley objetiva, sino sólo como diferencia.

La tercera RT (1886 - 1936) y la cuarta (1939 - 1995), han tenido como fuente de energía el petróleo y se ubican en la fase de desarrollo imperialista del capitalismo. Es en esta fase donde la relación entre avance y atraso se transforma en la relación desarrollo - desarrollo. En el gráfico que a continuación se muestra refleja lo dicho anteriormente:



Se habla también de una quinta RT, que al igual que las demás se gesta en el seno anterior. Su base energética fundamental sería la energía atómica, tendiendo más, y por primera vez, hacia la microelectrónica y sus aplicaciones así como a la información, son las que determinan la dinámica de todo el sistema económico mundial. De ahí que la peculiaridad, según el criterio de algunos autores, esté en que las innovaciones que la caracterizan no tienen un sólo eje.

En cuanto a los materiales el principal cambio que se aprecia se refiere a lo que se ha dado en llamar la desmaterialización del proceso productivo. Este es un fenómeno que tiene serias implicaciones en el orden de las relaciones económicas y humanas

en general. El proceso de la desmaterialización se pone de manifiesto a través de los momentos siguientes:

1. El creciente papel de la esfera de los servicios de pre-venta, producción, venta y post-venta. Estos servicios, aunque están soportados materialmente, de por sí se perciben como actividad, desempeño, relación directa entre proveedor y cliente que es lo que se produce y consume.

2. El proceso de reducción sistemática de las materias primas y materiales por unidad de producto o servicio, sustentado no sólo en el diseño de sistemas de producción cada vez más eficientes, sino en un proceso paulatino de sustitución de los productos fabricados con materiales de origen natural por materiales sintéticos. El descubrimiento de nuevos insumos y materiales, que sustituyen a los tradicionales, está conformando un nuevo paradigma de desarrollo económico con implicaciones muy negativas para el resto de los países que objetivamente no pueden articularse al tren del desarrollo tecnológico, a pesar de la esperanza rostowiana.

3. El creciente aumento de mercados de productos asociados a la industria de la informática. Hoy se conoce y se acepta, que aunque los sistemas de software están soportados en un sistema eminentemente material, ellos son tan intangibles y dependen tanto de la inteligencia o de la labor intelectual de los hombres que difícilmente ellos mismos sean calificados como productos materiales. Este problema está impactando no sólo en las formas de comunicación social, sino también en los propios sistemas de valores subjetivos e instituidos de las sociedades contemporáneas. Nuevos conceptos económicos y jurídicos han invadido las constituciones de los países, donde quizás el más connotado sea el de la así llamada propiedad intelectual y su protección.

Estos procesos se vienen verificando fundamentalmente entre la cuarta y la quinta RT, las que se corresponden sincrónicamente con el fortalecimiento de la relación entre desarrollo y subdesarrollo. Por eso ahora señalaremos algunos de los impactos que sobre la misma tienen los cambios tecnológicos apuntados.

Las estructuras económicas en los países subdesarrollados se han formado históricamente de modo tal, que no se conciben sino estrechamente articuladas a Modelos de desarrollo sustentados en fuentes de energía no renovables y en la producción de productos primarios para la exportación. En este caso la función capital/trabajo $[f(K,T)]$ se corresponde con la situación representada en la Zona II del gráfico mostrado en la página 12 es decir, una zona de baja CT.

Como consecuencia lógica este Modelo presupone la existencia de una fuerza de trabajo, que como regla no requiere de altos niveles de calificación. Es también un Modelo estrechamente articulado a las exigencias de los procesos productivos de los centros, subordinado a él y formando parte de él. Sin embargo nótese que producto de los cambios apuntados el sincronismo tradicional del ciclo se va quebrando por el hecho de que aquellos vienen acompañados de una nueva división del trabajo basada en nuevas fuentes de energías y en la producción de materiales y materias primas sintéticos, que

desplazan paulatinamente a los proveedores tradicionales, los que por primera vez ven cómo sus exportaciones tradicionales se deprecian y ellos mismos son cada vez menos necesarios al nuevo paradigma que se viene conformando: ni sus productos ni sus gentes.

La fuerza de trabajo, diseñada para un Modelo económico en decadencia, va siendo cada vez menos importante, perdiendo así su capacidad negociadora frente a la fuerza demoleadora del gran capital. El principal impacto, desde la perspectiva de lucha de clase obrera, tanto del centro como de la periferia, sería la reevaluación del tradicional concepto de explotación.

La asincronía se profundiza también por el hecho de que los centros desarrollados han transitado ya de los sistemas de producción en masa y de las economías de escala, de inspiración fordista-taylorista a sistemas flexibles e integrados de producción orientados hacia el consumidor, donde la segmentación y la supersegmentación (ilustres) así como los modelos *cero defectos* (*Just in time*, *Kan ban*, *MRP*, por ejemplo) son sus características fundamentales.

La periferia subdesarrollada aún no logra siquiera rebasar la modernidad económica tradicional, donde el fordismo, el taylorismo, la producción en masa y las economías de escala conforman los ingredientes fundamentales de ese paradigma tecnológico moderno.

Mostramos cómo el desarrollo tecnológico es un resultado del desarrollo capitalista, a la vez que condición de la sustitución de éste por un sistema más avanzado, en contraposición a la conclusión shumpeteriana, que afirma la capacidad de adaptabilidad del sistema utilizando, precisamente, las bondades del desarrollo tecnológico.

El modelo de Marx es un instrumento de carácter metodológico para poder entender las desigualdades regionales en cuanto a pobreza y distribución de renta.

Referencias

- LEMOS, A. *Investigación sobre Desarrollo Humano en el Extremo Norte de Brasil*. Tesis de Doctorado. Universidad de Matanzas, 1999.
- LENIN, V. I. *Quiénes son los Amigos del Pueblo y cómo Luchan Contra la Socialdemocracia*. Moscú: Editorial Progreso, 1978.
- MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy*, Vol. 3, F. Engels, ed., Moscow: Foreign Languages Publishing, 1962.
- MARX, K. *Para la Crítica de la Economía Política*. Moscú: Editorial Progreso, 1973.
- MARX, K. *Ideología Alemana*. La Habana: Editora Política, 1979.
- RIMA, I. H. *Development of Economic Analysis*. London: Routledge, 1996.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SIMONSEN, M. H. *Ensaio Analítico*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. New York: Modern Library, 1937.
- SOUZA, N. J. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1997.

Alguma coisa está fora da ordem...

José Francisco Luitgards Moura *

Ao dominar a técnica do fogo, o homem fez uma grande descoberta e criou um grande problema. A descoberta consistiu em domesticar a energia e colocá-la a serviço da transformação dos materiais fornecidos pela natureza, tornando, assim, possível o progresso material. O problema é que não há como fazer uso da energia sem perturbar de alguma forma o equilíbrio da natureza – o solo, o ar, a água dos rios e dos mares, o clima os animais e as plantas. Uma marca do século que finda foi o dilema do homem civilizado: Aumentar o progresso material ou preservar o Planeta ?

Entre uma e outra opção, ele escolheu a primeira – e esta é a razão por que, ao lado de conquistas como o avião, o computador e o antibiótico, alinham-se problemas resultantes da destruição dos recursos naturais, em proporções nunca imaginadas nos dois mil anos da era cristã.

Ao fazermos uma análise do século XX, a lição mais proveitosa talvez seja a da mudança ocorrida em nossa forma de lidar com o mundo natural. Entramos no século XX com a idéia de que os recursos naturais estavam à disposição, em quantidades ilimitadas para as nossas renações, como a argila de que Deus se valeu para modelar o primeiro homem. Uma vez constituída nossa obra, jogávamos fora, sem preocupações, o resto do material nela utilizado.

Agora, descobrimos, estupefatos, que não existe o “fora” nem o “resto”. A água que circula pelos canais da vida, por exemplo, é sempre a mesma: São 113 trilhões de metros cúbicos que vão e voltam, como a água reciclada pelo filtro de uma piscina.

O mundo natural varia no tempo e no espaço. A história da vida na Terra tem mostrado que os atributos dos indivíduos mudam através do processo de evolução. A estrutura e funcionamento dos organismos evoluem em resposta às características de seus ambientes, pela modelagem exercida pela seleção natural.

A defesa do meio ambiente é hoje uma daquelas bandeiras que podemos chamar de unanimidade mundial. À luta ambiental somam-se como unanimidades, o fim da miséria, a saúde pública, a cultura, a educação, a moralidade administrativa, a distribuição de

renda, o saneamento básico, os direitos da criança e do adolescente, entre outros. Mas não serão essas unanimidades todas hipocrisias de uma elite predatória nacional e internacional? Ora, a bem da verdade, é preciso ter a coragem de dizer que existe muita gente se beneficiando da degradação ambiental e da miséria de povos inteiros.

Os impactos ambientais em países desenvolvidos resulta de um alto padrão de consumo. Os impactos na natureza nos países subdesenvolvidos tem como origem mazelas na economia, caracterizada por um capitalismo dependente, que destrói florestas para plantar eucalipto e exportar celulose.

No processo de urbanização acelerada acaba por produzir desabamentos e enchentes, outra causa de danos à vida das pessoas e da natureza.

As intoxicações produzidas por agrotóxicos, registradas, ocorrem nos países pobres. Os rios poluídos matam os peixes. A população pobre que vive perto deles não tem o que pescar e passa fome.

Vida sustentável significa progresso para todos com preservação da natureza. Isso requer profundas mudanças no *modus vivendi* objetivando benefícios em direção a uma forma mais justa que não ameace a paz no mundo ou, ainda, a própria existência da humanidade.

Mas é fato notório que a prosperidade econômica do Primeiro Mundo se dá em detrimento da do Terceiro. Aliás, a ideologia dominante é mesmo a de que a prosperidade deve ser buscada em detrimento de outrem. E se perguntarmos a alguém se trabalha com esse pensamento, a resposta será *não*. Outra unanimidade, claro.

Não foi o aparecimento do homem que introduziu o fator de transformação na natureza. Mas a crise atual, de proporções e velocidade gigantescas, tem raiz antrópica. Ricklefs destaca: "Existem tantos de nós, e cada um consome tanta energia e recursos, que nossas atividades influenciam virtualmente tudo na natureza." O crescimento demográfico é mais acentuado nas populações de baixa renda, principalmente em decorrência de questões educacionais. É da magistral biodiversidade brasileira, constituída de grandes coleções de água doce, animais, florestas, cerrados, savanas, um extenso litoral e terra para plantar que seus habitantes poderão lançar mão para promover o progresso e reduzir a pobreza. Contudo, se acabarem agora, como será possível eliminar o subdesenvolvimento?

A concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários tem origem no processo de formação da sociedade brasileira. O sistema de capitania hereditária iniciou a concentração fundiária que, passados quinhentos anos, ainda perdura no Brasil e tem sido responsável pelos ciclos de miséria e doenças no campo e nas cidades. A parcela mais pobre da população, vivendo em condições precárias no campo, acaba migrando para áreas urbanas e áreas florestadas periféricas, agravando os problemas ambientais e sanitários.

Além da questão demográfica, o tipo de relação do homem com o meio ambiente é

de grande relevância. Alguns momentos da transformação civilizatória que levaram à mudanças profundas na relação entre o homem e o ambiente. Primeiramente, a cultura judaico-cristã, que deslocou os valores místicos dos bens naturais para uma entidade única (Jeová ou Deus) e colocou a natureza à disposição do homem, tornando-o hierarquicamente superior. Segundo, o advento da Revolução Industrial, comandada pela alta burguesia e baseada na pilhagem do sistema natural. Este sistema produtivo considera os recursos da natureza como amplos e inesgotáveis e o sistema natural capaz de assimilar e processar todas as formas de poluição decorrentes das atividades produtivas humanas.

O sistema de capitalismo dependente em que vive o Brasil impõe um modelo de produção, muitas vezes utilizando tecnologias impróprias para nossas condições ambientais. Podemos citar como exemplo o uso de arados, fungicidas e herbicidas que ao serem incorporados ao sistema de produção de alimentos, produzem também degradação ambiental (erosão, assoreamento dos rios) e doenças (carcinomas e envenenamentos).

O modo de produção interfere também na distribuição dos alimentos produzidos. De acordo com o IBGE, 51% da população brasileira vive abaixo do nível de pobreza, não tendo acesso à alimentação, moradia e saneamento adequados. Esta mesma população acabará por congestionar o sistema público de saúde, produzindo entre outras mazelas um quadro dramático de desnutrição, que está visceralmente relacionado às doenças infecto-contagiosas.

No meio rural, a combinação de contaminação da água, erosão, exaustão de nutrientes, sistemas de irrigação e o uso de agrotóxicos tem sido responsável pela construção de um novo perfil sanitário e ambiental, aumentando o risco de pestes e doenças em animais e vegetais.

Os desastres ecológicos, tais como mudanças de clima, falta de água e alimento, não são as únicas conseqüências resultantes da degradação da natureza. O ressurgimento e o surgimento de doenças causadas por agentes patogênicos emergentes surpreende a cada dia.

Quando o equilíbrio que se estabelece entre as diversas espécies em um ecossistema é quebrado, instala-se um jogo de influências entre as diversas variáveis ecológicas que poderão resultar no aparecimento do estado de enfermidade. Nas enfermidades transmissíveis, independente do mecanismo de instalação e progressão, sempre é preciso que estejam presentes: uma fonte de infecção do agente, um hospedeiro susceptível e uma via de transmissão. A especificidade na relação parasita-hospedeiro depende, em primeiro lugar, de condições ecológicas que permitam o contato entre um e outro. A presença e atuação antrópica em ecossistemas naturais propiciam o contato íntimo com elementos da fauna silvestre, fonte de infecção potencial para o homem e animais domésticos. O processo desordenado de ocupação da Amazônia, representado pela instalação de quartéis, garimpos e projetos de assentamento de agricultores, acabam por construir um novo perfil sanitário e ambiental. A destruição das florestas pode causar o deslocamento de espécies silvestres que passam a viver em áreas alteradas pelo homem, como terrenos baldios, margens de estradas, roças e quintais, seja pela perda de seu

hábitat natural ou pelo benefício que tais áreas trazem, como redução do número de predadores e competidores e abundância de alimento. Qualquer situação que promova o contato entre esses grupos (caça, preparo da carne e do couro, criação de animais silvestres em cativeiro) possibilitam a transferência de patógenos (seja direta ou indiretamente através da permuta de ectoparasitas ou outros veiculadores) e são elementos de contaminação freqüente.

A Terra é um organismo vivo, e perturbar uma só dessas partes da vida pode afetar o todo, da mesma forma que perturbar o nosso fígado, por exemplo, terá um efeito negativo sobre o funcionamento do corpo humano.

Nesse sentido, é preciso compreender que a Terra está doente, pois $\frac{3}{4}$ dos seus habitantes vivem na pobreza, milhões de pessoas em miséria absoluta.

A poderosa influência humana sobre o ambiente vem desencadeando acentuadas mudanças de comportamento em populações vetoras emergentes e reemergentes. De acordo com Forattini (1998), o crescimento populacional humano, propiciando maior contato com agentes que se encontram nos ecossistemas naturais, formação de criadouros anômalos de mosquitos, aparecimento de resistência aos inseticidas ou substâncias químicas e adaptações às transformações de origem antrópica vem desencadeando acentuadas mudanças de comportamento em populações vetoras e promovendo o surgimento de doenças emergentes e reemergentes.

Gettinger (1995) exemplifica a ação do impacto num ambiente natural levando à possibilidade de surgimento de novos vetores e patógenos, num estudo feito em uma comunidade de pequenos mamíferos e seus ectoparasitos no Brasil Central. Em 1993-1994 ele encontrou três espécies de pequenos mamíferos vivendo na área, cada uma ocupando um microhabitat específico no brejo. Não foi observada troca de artrópodes ectoparasitos associados ao pêlo e à pele entre as espécies hospedeiras. Depois que um incêndio atingiu a área, as características do microhabitat e a composição da comunidade foram alteradas. Uma das espécies de mamífero não foi mais capturada na área e as outras duas passaram a dividir o mesmo microhabitat. O colapso na estrutura da comunidade foi acompanhado por mudanças na intensidade e especificidade das associações de artrópodos e na troca destes entre os mamíferos do brejo. O autor sugere que a estrutura das comunidades de pequenos mamíferos e ectoparasitas em situações naturais previne o movimento de doenças para novos hospedeiros e novos habitats.

Coura (1992) afirma que o processo saúde/doença se situa na intersecção entre as pessoas com os seus genes e comportamentos, migrações e aglomerações, o meio natural - clima, recursos naturais, suprimento de água e alimentos, parasitas, reservatórios e vetores, de um lado, e, de outro, o meio artificial criado pelo próprio homem com a industrialização - máquinas e veículos, poluição do ar, da água e dos alimentos, radiações e ameaças diversas: enfim, o homem é hóspede da natureza e vítima de si próprio.

A rota traçada pela civilização predatória inexoravelmente conduz à depleção dos recursos naturais e à exploração do homem pelo homem. Parece necessário salientar

quanto às tomadas de decisões sobre a organização social e política do séculoXXI, bem como sobre a importância da questão dos valores norteadores da sociedade, a reformulação e reflexão do paradigma vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA-PIRES FD. **Zoonoses: Hospedeiros e Reservatórios.** *Cadernos de Saúde Pública*. 5: 82-97, 1989
- COURA JR. **Endemias e Meio Ambiente no Século XXI.** *Cadernos de Saúde Pública*. 8: 335-341, 1992.
- FERREIRA LF. **O Fenômeno Parasitismo.** *Rev Soc Bras Med Trop* 7: 261-277, 1973.
- FORATTINI OP. **Mosquitos Culicidae como vetores emergentes de infecções.** *Rev Saúde Pública* 32: 497-502, 1998.
- GETTINGER D, Ernest KA. **Small-Mammal Community Structure and the Specificity of Ectoparasite Associations in Central Brazil.** *Rev Brasil Biol* 55: 231-241, 1995.
- GOTTLIEB OR, Borin MRMB. **Degradação Ambiental e Doenças Endêmicas.** Resumos da I Bienal da Ciência - Fiocruz. pp 358, 1998.
- GUERREIRO MG et al. **Bacteriologia Especial: com interesse em saúde animal e saúde pública.** Ed. Sulina. 492pp, 1984.
- MCMICHAEL AJ, Patz J, Kovats RS. **Impacts of global environmental change on future health care in tropical countries.** *British Medical Bulletin*. 54: 475-488, 1998.
- RIBEIRO DE ALMEIDA J et al. **Planejamento Ambiental: caminho para a participação popular e gestão ambiental para o nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio.** Editora Thex. 154pp, 1993
- RICKLEFS RE. **A Economia da Natureza.** Editora Guanabara-Koogan. 470pp, 1993.